

Raimunda Silva d'Alencar
Carmen Maria Andrade

(organizadoras)



A EDUCAÇÃO (RE)VISITADA: A VELHICE NA SALA DE AULA





A EDUCAÇÃO
(RE)VISITADA:
A VELHICE NA SALA DE AULA





Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

OSVALDO BARRETO FILHO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - REITORA

EVANDRO SENA FREIRE - VICE-REITOR

DIRETOR DA EDITUS

Rita Virgínia Argollo

Conselho Editorial:

Maria Luiza Nora – Presidente

Evandro Sena Freire

Antônio Roberto da Paixão Ribeiro

Dorival de Freitas

Fernando Rios do Nascimento

Jaênes Miranda Alves

Jorge Octavio Alves Moreno

Lino Arnulfo Vieira Cintra

Lourival Pereira Júnior

Marcelo Schramm Mielke

Maria Laura Oliveira Gomes

Marileide Santos Oliveira

Raimunda Alves Moreira de Assis

Ricardo Matos Santana

Raimunda Silva d'Alencar
Carmen Maria Andrade

(organizadoras)



A EDUCAÇÃO (RE)VISITADA: A VELHICE NA SALA DE AULA



Ilhéus - Bahia


Editora da UESC

2012

©2012 by Raimunda d'Alencar | Carmen Maria Andrade

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45662-000 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028 - Fax: (73) 3689-1126
<http://www.uesc.br/editora> e-mail: editus@uesc.br

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Álvaro Coelho

REVISÃO

Genebaldo Pinto Ribeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação (re)visitada: a velhice na sala de aula /
Raimunda Silva d'Alencar, Carmen Maria Andrade
(Organizadoras). – Ilhéus, BA: Editus, 2012.
250p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7455-298-9

1. Educação – Finalidades e objetivos. 2. Idosos –
Educação. 3. Envelhecimento – Aspectos sociais.
I. D'Alencar, Raimunda Silva. II. Andrade, Carmen
Maria.

CDD 370.112

AGRADECIMENTOS

Um livro como este não poderia ter sido concluído no tempo de três meses sem que parceiros comprometidos se dispusessem a colaborar direta e prontamente.

Por isso, o nosso agradecimento inicial, e gigantesco, é para esses parceiros de caminhada, pelo espírito colaborador, pela cumplicidade em compartilhar a diversificada produção e exposição de experiências conosco, enriquecendo esta publicação.

Um segundo agradecimento, e não menos especial, é dirigido ao amigo e admirável colega que, lançando mão do seu precioso tempo como aposentado, e da sua longa trajetória como estudioso da questão do envelhecimento, dispôs-se a ler todos os textos e apresentar esta coletânea.

Somos particularmente gratas aos idosos que instigam, e inspiram, o nosso desejo de saber cada vez mais a respeito, permitindo que cruzemos diariamente a teoria com a prática.

Finalmente, e com prioridade máxima em nossos corações, um agradecimento a você, leitor, para quem organizamos esta edição. Pensamos em você, acreditando nas possibilidades de contribuir para tornar melhor o conhecimento sobre a velhice, sobre a educação e, especialmente, sobre a vida dos idosos do nosso entorno.

Raimunda e Carmen

PREFÁCIO

Educar na velhice..... para quê?

Viver muito, e bem, é o objetivo de todos nós, em um mundo que passa por profundas transformações. A rapidez, e até a precipitação dos acontecimentos, coloca para os idosos de hoje desafios e questionamentos que parecem de outra época, dado o abismo que nos separa de nós mesmos.

Os idosos estão divididos em função da sociedade que os mobiliza e, ao mesmo tempo, imobiliza, de diferentes modos e intensidades, às vezes mantendo-os ativos, às vezes impotentes e paralisados, enquanto a sociedade flui.

Alguns são mais exigentes, outros mais discretos, mas todos buscam compreender esse desencontro e decifrar as fraturas que marcam o cotidiano, especialmente porque precisam mover-se na direção das referências desse mundo aceleradamente em transformação. Idosos que continuam tendo sonhos, criando expectativas, construindo projetos, estabelecendo metas, sendo desafiados na con-vivência.

Responder a esses desafios e alimentar a esperança de que viver vale a pena, é a grande missão reservada à educação, que deve falar de coisas simples para pessoas com múltiplas experiências de vida, otimizando oportunidades para uma longevidade mais qualificada.

Este livro reúne textos de professores de diferentes realidades brasileiras interessados na questão da velhice e do envelhecer,

com o objetivo de subsidiar discussões sobre o tema, dentro e fora do ambiente acadêmico.

A ideia foi compartilhar as experiências que desenvolvemos, nas Instituições de Ensino Superior onde atuamos, com um volume maior de pessoas que já trabalham, ou desejam fazê-lo, com o segmento idoso da população.

A esperança é de contribuir com a educação, abrindo-a para novos diálogos, com novos sujeitos.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
O IDOSO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS EM UM ESTUDO DE CASO	
Monica Brandão Meireles	
Raimunda Silva d'Alencar	21
APRENDER A ENVELHECER NA SALA DE AULA	
Carmen Maria Andrade	43
PRÁTICA EDUCATIVA ENTRE GERAÇÕES: ESPAÇO DE AMIZADE E CIDADANIA	
Conceição de Maria Goulart Braga Cuba	69
O IDOSO E AS MUDANÇAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO PÓS-MODERNA	
Celia Maria de Souza Sanches Vieira	91
O BULLYING E O ESTATUTO DO IDOSO: DESAFIO DOS EDUCADORES DE ALUNOS DE TODAS AS IDADES	
Wagner Augusto Hundertmarck Pompéo	109
QUALIDADE DE VIDA NA VELHICE: A APLICABILIDADE DE RECURSOS EDUCACIONAIS E SOCIAIS	
Luciane Weber Baia Hees	
Carlos Alexandre Hees	137

**A (RE) CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE VELHICE NA
SOCIEDADE BRASILEIRA: VERDADES E MITOS**

Rita de Cássia da Silva Oliveira

Flavia da Silva Oliveira

Paola Andressa Scortegagna 161

**NÃO SEI LER, LOGO, NÃO POSSO USAR O
COMPUTADOR? ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO
DIGITAL NO CONTEXTO DA EJA**

Lívia Andrade Coelho

Maria Helena Silveira Bonilla 191

**ADULTOS E IDOSOS NO ENSINO MÉDIO: PERCEPÇÕES
E FRAGMENTOS DE UMA TRAJETÓRIA ESCOLAR**

Marjorie Aparecida Soares

Raimunda Silva d'Alencar219

**EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA O PROCESSO DE
ENVELHECIMENTO: CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM**

Jossiana Wilke Faller

Marcos Augusto Moraes Arcoverde233

APRESENTAÇÃO

Sinto-me orgulhoso em apresentar uma produção de textos tão importantes. Não falo com exagero. Muito já li nesses meus 25 anos de leituras sobre a velhice humana e, nos últimos 15 anos, sobre as questões educacionais e sua relação com o processo de envelhecimento. De modo especial, sempre me preocupou a escola como mediadora de um estilo de vida qualificado. Minha satisfação se tornou grande quando me deparei com dez textos da melhor qualidade tratando de uma forma ou outra com a questão da educação gerontológica. Não digo que estamos diante de um tratado, mas diante de uma referência importante para quem pensa e trabalha com a velhice ou com o processo de envelhecimento.

Impressionou-me a riqueza de abordagens que lidam com a educação das instituições, buscando levar em conta um novo aprendizado humano: o aprendizado de uma educação para a longevidade. Curiosamente, as universidades e as escolas, e de uma maneira geral todos que lidam com seres humanos, esquecem que o perfil humano se modificou.

Tomo a liberdade de pinçar algumas ideias dos textos. É claro, a riqueza extraordinária não se esgota em poucas palavras. As explicações, em cada tema, contêm abordagens teóricas e indicações bibliográficas muito bem postas. O aprofundamento de cada leitura mostra o talento e a competência dos autores. Apenas tenho a intenção de provocar ainda mais os leitores a se adentrarem nos textos e deles retirar inspiração para novos textos e novas ações na medida

em que objetivam a dignidade da vida que se estendeu. Falo um pouco de cada um para que os autores e autoras possam dizer melhor.

- ***O Idoso no Programa de Educação de Jovens e Adultos: perspectivas em um estudo de caso***, de Monica Brandão Meireles e Raimunda Silva d'Alencar. Texto agradável, importante, porquanto retrata a presença de idosos em um Programa de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Participaram da pesquisa 36 sujeitos, entre homens e mulheres, com idades entre 60 e 66 anos, além de quatro professores e um coordenador de curso. As autoras mostram resultados significativos, tanto no que diz respeito ao processo de aprendizagem na velhice como na repercussão social e familiar da inserção escolar desses idosos. Parte dos idosos afirma receber esse apoio e incentivo: dos netos, dos filhos e dos cônjuges. Esse incentivo, partindo de netos e filhos, sinaliza um novo olhar dos jovens sobre essa população idosa, portanto, uma mudança de atitude em relação à velhice, ainda tratada de forma discriminada em diferentes espaços.
- ***Aprender a envelhecer na sala de aula***, de Carmen Maria Andrade. A autora afirma ser *cada vez mais evidente a necessidade de oferecer condições e espaços para a construção de uma vida saudável, evitando-se um envelhecimento deficitário, denunciando a exclusão e buscando momentos e oportunidades para a constituição de uma identidade desejável por todos*. O

texto demonstra que uma escola pode ser uma escola aberta para a terceira idade, tendo em evidência algumas disciplinas e oficinas importantes e mediadoras de qualidade de vida. *Muitas outras escolas se inspiraram nessa proposta, algumas a implantaram, mas não esperaram os 'dez' anos para ver a atividade bem-sucedida.* A autora responde muito bem à seguinte questão: O quanto uma escola pode servir de espaço para todas as idades? Os alunos respondem que uma escola pode assumir o processo da educação permanente, pois faz atualizar conhecimentos, sair de casa, fazer novos amigos e aprender coisas novas. Numa escola assim os alunos, os mais velhos escolares, enfatizaram a busca pela qualidade de vida e atualização com o mundo, particularmente o das relações midiáticas, novas tecnologias e meio ambiente.

- ***Prática Educativa entre Gerações: espaço de amizade e cidadania***, de Conceição de Maria Goulart Braga Cuba. A autora traz em consideração uma fundamentação relevante aos estudos da Gerontologia, porquanto avalia os estudos filosóficos de Arendt, aproximando-os das questões do envelhecimento. O escrito é relevante pela aproximação entre teoria e prática da educação gerontológica, considerando tanto a educação em si, e como espaço de integração de gerações. O texto revela a magnitude de uma experiência onde reúne crianças, jovens, netos, professores e os resultados dessa iniciativa. *Acreditamos que a amizade, exercitada em sua dimensão po-*

lítica, pode ser uma saída para os impasses dos problemas sociais vivenciados pelos idosos. Daí a importância de estimular o diálogo e as trocas entre as gerações na ação educativa com idosos, para que possam atualizar seus conhecimentos, construir novas amizades, sair do isolamento e melhor exercer o seu direito a ter direitos, ou cidadania arendtiana. Esse excerto é apenas uma ponta da densidade textual em torno do qual a autora nos convida a aprofundar as possibilidades de envelhecer melhor.

- ***O idoso e as mudanças curriculares na educação pós-moderna***, de Celia Maria de Souza Sanches Vieira. A educação permanente é entendida como um processo inconcluso, em que são aprendidos e atualizados os saberes em constante transformação e reformulação, legitimando um perfil de pessoas sadiamente longevas. Os resultados das alterações históricas e das injustiças sociais inseridas nas diversas formas de exclusão, a devastação do meio ambiente, a violência nas relações entre os povos, os acontecimentos sociais do processo da industrialização, da conquista espacial na década de 1950, foram razões suficientes para que a sociedade optasse por uma construção sistemática de novas experiências escolares. O texto vem respaldar as ideias contidas nos dados que apontam para um novo perfil demográfico e para a necessidade de novos meios de organização da vida social, com vistas a uma melhor expressividade das pessoas que envelhecem. A lógica da razão instrumental tem se revelado impiedosa;

a hegemonia da vida adulta e os interesses dos meios de dominação revelam-se insensíveis ao mundo-da-vida, prevalecendo a política de resultados em poder de alguns que geram o patrimônio cultural e social em detrimento da vida. Daí a urgência para uma mudança curricular que contemple, conforme a autora, mudanças no currículo escolar formal como a proposta de aprendizados importantes na velhice.

- ***O Bullying e o Estatuto do Idoso: desafio dos educadores de alunos de todas as idades***, de Wagner Augusto Hundertmarck Pompéo. Baixa auto-estima, angústia, síndrome do pânico, falta de vontade de ir à aula, ansiedade de relacionamento interpessoal, mudanças de humor súbitas, choro e dificuldade de concentração são, dentre outras, conseqüências diretas desse mal que assombra o sistema educacional moderno. O autor vê com propriedade o espaço escolar como um laboratório de cuidados, fazendo uma densa aproximação entre Bullying e estatuto do idoso. *A discriminação na terceira idade é algo, infelizmente, mais corriqueiro do que muitos imaginam. Seus efeitos e conseqüências desencadeiam ciclos depressivos, além de patologias de grave combate e controle, a exemplo do que se pode citar a hipertensão e síndrome do pânico.* A ausência de interação do idoso junto ao ambiente em que vive acaba, também, isolando-o e trazendo, por conseqüência, problemas de fala e audição. É nesta direção que Tardif (2005, p. 28) afirma que os professores, mais que os demais agentes das ins-

tituições educativas, ocupam essencial posição junto a esse ambiente, pois são eles que diuturnamente mediam a cultura e os saberes ali insertos. O autor faz pensar o quanto nas escolas que se abrem para os mais velhos e o quanto nos grupos de convivência todo o cuidado e promoção do encontro humano são necessários. Assim, a aproximação do tema Velhice e Bullying faz entender melhor os caminhos da dignidade.

- ***Qualidade de vida na velhice: a aplicabilidade de recursos educacionais e sociais***, de Luciane Weber Baia Hees e Carlos Alexandre Hees. O texto mostra, de forma esclarecedora, três aspectos importantes nas questões relativas à educação e envelhecimento. O primeiro diz respeito a uma análise das orientações legais voltadas à educação e envelhecimento, facilitando a compreensão das diversas abordagens legais sobre o tema. O segundo trata da importância da educação no processo de envelhecimento e o terceiro traz em evidência estudos de pesquisas realizadas comprovando-se a importância da educação na velhice. Mais ainda, neste texto, evidencia-se a extensão do tema e a amplitude que se tem a conquistar no que tange à educação e ao envelhecimento.
- ***A (re) construção do conceito de velhice na sociedade brasileira: verdades e mitos***, de Rita de Cássia da Silva Oliveira, Flavia da Silva Oliveira e Paola Andressa Scortegagna. As autoras levam o leitor a novos horizontes conceituais, provocando novas atitudes e possibilidades de

intervenções educacionais. Avaliam inicialmente os estágios pelos quais os mais velhos podem passar. O primeiro estágio, denominado repulsão, refere-se às atitudes. O segundo estágio refere-se à forma de percepção relacionada com os serviços sociais. O terceiro estágio refere-se à participação. O quarto estágio é o da auto-realização. Feita a análise dos estágios as autoras aprofundam as questões sociais da velhice, evidenciando a complexidade da relação velhice e sociedade. A seguir avaliam o tempo em que os mais velhos são responsáveis pelo destino de seus dias, ultrapassando o tempo socialmente dominado. Adentram-se as autoras em dois temas relevantes: a educação e a sexualidade. As considerações em ambos os temas são aprofundadas e trazem esclarecimentos oportunos para quem busca compreender melhor e cooperar para com o envelhecimento saudável.

- ***Não sei ler, logo, não posso usar o computador?*** Alfabetização e letramento digital no contexto da eja, de Lívia Andrade Coelho, Maria Helena Silveira Bonilla As autoras aprofundam conceitos tais como letramento e alfabetização e a interseção entre ambos. O texto atrai porquanto aborda o entrelaçamento entre leitura escrita e a comunicação digital. Vai além: busca responder *como e porque o medo se manifesta diante do computador*, e avaliar o letramento digital na perspectiva de uma formação crítica e autônoma. Em última análise, define muito bem os campos da linguagem escrita da linguagem digital. De acordo com as

autoras, o processo de funcionamento do computador pode possibilitar que esse aluno se aproprie da tecnologia em um ritmo próprio, de acordo com o seu perfil de letramento, na medida em que ele vai conhecendo a dinâmica dos aplicativos, assim como as possibilidades da internet, potencializando com isso o seu processo de alfabetização. As imagens, os ícones, os sons – a multimídia - como elementos semânticos e integrantes do contexto digital é o que contribui para esse processo mais complexo de letramento, daí a possibilidade de, mesmo ainda não estando convencionalmente alfabetizado, ele ter condições de fazer uso das tecnologias digitais.

- **Adultos e Idosos no Ensino Médio:** percepções e fragmentos de uma trajetória escolar, de Marjorie Aparecida Soares e Raimunda Silva d'Alencar. As autoras, através de uma linguagem qualificada, analisam a complexidade do aprendizado de pessoas idosas inseridas num ambiente de ensino médio. Retratam diversas questões importantes como a falta de preparo de alguns professores em receber alunos idosos bem como a importância desse ensino para os mais velhos. Ora os idosos se sentem integrados, ora se sentem fora de contexto ao sentirem os mais jovens menos aplicados. De todo jeito que se olhar o texto, ele é de grande valor, pois aponta para a importância da escola como espaço de inserção social e como espaço de reciclagem diante de clientela com diferentes características e interesses. A estrutura escolar ainda está voltada para uma racionalidade instrumental e não dentro de

uma nova ética social a ser redefinida. As autoras, então, dirigem um olhar de resistência ao pensar para além das fronteiras da educação tradicional.

- ***Educação em Saúde para o Processo de Envelhecimento: contribuições da enfermagem***, de Jossiana Wilke Faller e Marcos Augusto Moraes Arcoverde. Os autores fazem uma abertura do texto revelando um pouco da história da geriatria e gerontologia e da legislação pertinente à velhice e ao processo de envelhecimento. Logo após direcionam seu trabalho para as questões educacionais e a legislação. O aprofundamento maior acontece quando são encaminhadas as questões da legislação voltadas à educação para a saúde. Finalizam o texto com a responsabilidade da enfermagem para com a educação e saúde. Os autores ressaltam, ao final, que os profissionais de saúde têm a responsabilidade de promover espaço e oportunidade para que, de fato, a educação em saúde ocorra ao longo de todo o processo de envelhecimento.

Finalizando, apresentar um universo de conceitos e propostas práticas foi uma tarefa agradável. Os textos estão de uma qualidade admirável e o aprendizado de quem lê faz ampliar os horizontes da Gerontologia e, particularmente, da Gerontologia. E o melhor que se tem a fazer é ir aos textos e tirar deles o maior proveito.

Passo Fundo, setembro de 2012
Agostinho Both.



O IDOSO NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS EM UM ESTUDO DE CASO¹

Monica Brandão Meireles

Raimunda Silva d'Alencar

Falar de envelhecimento em um país cujos valores e padrões estéticos tendem a exacerbar a sensualidade, enaltecendo a imagem do jovem e vinculando essa imagem à beleza e à saúde, é falar de preconceitos passados de geração em geração, que realçam a “inutilidade”, a “carentice”, dentre outros estereótipos, associando a imagem do idoso às doenças e feiúra, fazendo com que o estudo sobre o envelhecimento se torne cada vez mais desafiador e complexo. O velho, conceituado por Ferreira (1988) como ob-

¹ Este texto baseia-se na pesquisa O Programa de Jovens e Adultos na Perspectiva da Pessoa Idosa em Unidade Educacional do sul da Bahia, desenvolvida no curso de Especialização em Gerontologia Social da UESC.

soleto e gasto pelo tempo, é a caracterização que tem recebido as pessoas que já passaram dos sessenta anos.

Embora desde o início do século XX diversos segmentos nas áreas profissionais tenham demonstrado uma preocupação com o processo do envelhecimento humano, no Brasil essa preocupação chega mais tarde, com ênfase a partir dos anos oitenta desse século, quando os estudos demográficos sinalizam aumento do número de pessoas idosas. A partir daí essa preocupação ganha relevância, porquanto esse crescimento tem-se caracterizado de maneira célere.

Uma questão importante a ser registrada é o aumento de informações sobre o processo de envelhecimento que a população brasileira passou a receber dos mais variados meios de comunicação, aberturas de vagas para inserção em programas especiais nas universidades, criação de cursos de especializações de diferentes profissionais nas áreas geriátricas e gerontológicas. Tudo isso vem permitindo às pessoas mais próximas da velhice a prevenção de doenças e a promoção de qualidade de vida.

É consenso que a longevidade cria novas demandas sociais e indica a necessidade urgente de mudanças de atitudes em relação à convivência de múltiplas gerações nos mesmos espaços e mesmas instituições, dentre as quais a educação.

Mesmo assim, é preciso considerar que os sistemas educacionais continuam estabelecendo uma relação de aprendizagem para a fase da infância, da juventude e da maturidade, esquecendo-se de especificar entre essas a velhice. A realidade tem mostrado que as escolas de nível médio são procuradas por pessoas idosas que desejam aprimorar o saber acumulado, além de exercitar a convivência e ampliar sociabilidades, para manterem-se ativas.

Isto não significa alterações na estrutura, programas e práticas pedagógicas das unidades escolares para lidar com um segmento que tem especificidades que precisam ser consideradas.

Como o envelhecimento não é homogêneo, algumas pessoas envelhecem com perdas de visão, audição, mobilidade, condições que não deveriam constituir-se como impeditivas para intervenções educativas, num momento histórico em que tanto se fala em inclusão.

Levando-se em conta que os espaços de lazer e cultura disponibilizados para os idosos são quase inexistentes enquanto espaços públicos, a escola vem sendo considerada como aquele que permite a interação e uma vida ativa. Nesse contexto se insere a proposta da Escola Grapiúna², aquela organizada com base nos ciclos de formação e desenvolvimento humano, na educação inclusiva, na criação de oportunidades para todos – seja qual for sua condição social, idade, cor e religião – e, principalmente, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada indivíduo. Nessa proposta encontra-se o Programa de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), contemplando a inclusão do idoso, cuja procura pela escola, em grande parte dos casos, se dá pela necessidade de socialização.

Assim, conhecer e entender esse processo de adaptação e desenvolvimento do idoso no ensino e ambiente escolar foi o que impulsionou a realização desta pesquisa. Questões como o perfil dos idosos inseridos no Proeja (idade, sexo, estado civil, oportunidades anteriores de estudo), as expectativas que trazem para a

² Localizada em cidade do sul da Bahia, com mais de 220 mil habitantes (cerca de 9% dessa população tem mais de 60 anos), com uma economia concentrada no comércio varejista e de prestação de serviços, mas desenvolvida também por atividades do agronegócio e outras indústrias.

escola, o que o programa considera na convivência e interação com o meio, além da formação dos professores (tempo de trabalho, treinamento específico e recursos disponibilizados) e indicação das principais dificuldades na prática pedagógica com pessoas idosas.

A rede municipal de ensino onde a pesquisa foi desenvolvida é constituída por 126 escolas que atendem alunos da Educação Básica na faixa etária que envolve desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental, ou seja, Fundamental I, da primeira à quarta série e Fundamental II, da quinta a oitava série. Nem todas as escolas trabalham com o Proeja; apenas 32 delas se envolvem com essa proposta³. Esse envolvimento se dá por estágios de aprendizagens, contemplando no Ensino Fundamental I (nível pesquisado) os estágios: 1 (que corresponde à primeira série), 2 (correspondendo à segunda série) e o 3 (correspondendo à terceira e quarta séries). Dessas 32 escolas, foi selecionada a Escola Grapiúna⁴, que possui 120 alunos matriculados, distribuídos nos três estágios do Ensino Fundamental I, turno noturno. Participaram da pesquisa 36 sujeitos, entre homens e mulheres, com idades entre 60 e 66 anos, além de quatro professores e um coordenador de curso.

³ Conforme Secretaria de Educação e Cultura do município, 2005,

⁴ Esta pesquisa caracteriza-se como estudo de caso. A coleta de dados foi feita através de questionário misto, incluindo perguntas fechadas e abertas para todos os selecionados, além de levantamentos relativos à quantidade de alunos matriculados junto à Secretaria da Educação do município onde a pesquisa foi realizada, no sul da Bahia.

1 Da Educação de Jovens e Adultos à Educação Permanente – no discurso oficial há lugar para o idoso?

Definir a educação de jovens e adultos requer conhecer um pouco da história dessa modalidade. De acordo com Freire (apud GADOTTI, 1979, p.72), “[...] os termos Educação de Adultos e Educação Não-Formal referem-se à mesma área disciplinar – Teoria e Prática da Educação –, porém com finalidades distintas”; finalidades que devem relacionar-se às necessidades, expectativas, interesses, ritmos e outros aspectos e características próprias ao público destinado.

Esses termos têm sido popularizados pela UNESCO, referindo-se às áreas especializadas da educação. No entanto, existe uma diversidade de paradigmas dentro da educação de adultos. A esse respeito, Freire assevera que:

A educação de jovens e adultos deve ser sempre uma educação multicultural; uma educação que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade cultural, uma educação para a compreensão mútua contra a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura e outras formas de discriminação, e para isso, o educador deve conhecer bem o seu próprio meio, o educando, pois somente conhecendo a realidade desses jovens e adultos é que haverá educação de qualidade (apud GADOTTI, 1979, p. 73).

A educação de adultos tomou outro rumo depois da I Conferência Internacional sobre Educação de Adultos realizada

na Dinamarca, em 1949, estruturando-se como uma espécie de educação moral. Nesse contexto, o papel da escola era trabalhar formas paralelas ao cotidiano pós-guerra, tendo como finalidade principal contribuir para o resgate do respeito aos direitos humanos e a construção da paz.

As conferências internacionais, de acordo com Scolcuglia (2001), modificaram solenemente a escolarização de pessoas adultas ao longo do tempo. Um exemplo disso foi a IV Conferência Internacional de Educação de Adultos realizada em Paris, em 1985, que discutiu a questão como uma continuidade dos outros níveis de ensino. A que ocorreu na Tailândia, definiu que a alfabetização, por exemplo, não podia ser separada da pós-alfabetização durante a primeira etapa da Educação Básica (SCOCUGLIA, 2001).

No Brasil, essa trajetória foi se consolidando lentamente. Numa retrospectiva histórica, ainda de acordo com o mesmo autor, a educação de adultos era entendida, nos anos 1940, como uma extensão da escola formal, principalmente, para a zona rural. Já nos anos de 1950 passa a ser concebida como uma educação de base, associada ao desenvolvimento comunitário. Com isso, surgem, no final dessa década, duas tendências significativas na Educação de Adultos: uma, entendida como educação libertadora (conscientizadora), e outra como funcional (profissional). O Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), na década de 1970, consolidou as duas correntes, compreendendo-as como uma educação não formal, mas de suplência.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação n.º 5.692/71 estruturou um capítulo para o ensino supletivo, cuja recomendação aos estados da União era ter como clientela os jovens e adultos, aprovada em 11 de agosto de 1971, substituindo a Lei n.º 4.024/61,

reformulando, assim, o ensino de 1º e 2º graus. Essa reformulação significou, conforme o Art. 24, que o ensino supletivo teria por finalidade suprir a escolarização regular dos adolescentes e adultos que não o tivessem, na idade própria, seguido ou concluído; bem como proporcionar, mediante repetidas voltas à escola, aperfeiçoamento ou atualização para os que tivessem seguido o ensino regular, no todo ou em parte. Após a LDB 5.692, de 1971, portanto, a estrutura de ensino supletivo seguiu a orientação expressa na legislação, de suprir a escolaridade regular daqueles que não tiveram oportunidade na idade própria.

Apesar das preocupações contidas na LDB, o Ministério da Educação não incluía, na sua estrutura, um órgão/setor para direcionar recursos financeiros e estimular pesquisas e estudos voltados para a Educação de Jovens e Adultos (SCOCUGLIA, 2001). Dessa forma, pode-se compreender o histórico distanciamento entre os fatos reais que constituem a sociedade e seus cidadãos e o Estado, a partir dos problemas no sistema educacional brasileiro.

Na lei de diretrizes e bases da educação nacional n.º 9.394/96 constam dois artigos relacionados, especificamente, à educação de jovens e adultos (Título V, Capítulo II, Seção V). Assim, baseadas em interesses políticos e econômicos, tanto a LDB 5.692 quanto a 9.394 apontam a necessidade de que a EJA constitua uma política específica, pensada e planejada em função do universo do jovem e do adulto.

Diferentemente do passado, a educação básica de jovens e adultos tem seu conceito ampliado, estendendo-se da alfabetização à capacitação para realizar práticas de leitura e escrita orientadas pela busca do sentido e de significados. A proposta é possibilitar a formação de jovens competentes na língua materna,

inserida em um processo de educação básica continuada (BRASIL, 2001). Esse processo de reconhecimento progressivo da importância e da especificidade da Educação de Jovens e Adultos produziu consequências positivas e relevantes.

Em 1996, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especifica que os Estados deverão oferecer com prioridade o Ensino Médio (Art. 10), cabendo aos municípios oferecer a Educação Infantil em creches e pré-escolas, priorizando, também, o Ensino Fundamental (Art. 11). Nesses termos, a oferta da EJA, enquanto uma modalidade do Ensino Fundamental é, prioritariamente, de responsabilidade dos municípios. Assim, o Art. 4º., Inciso IV, da LDB (1996), referendando a Constituição de 1988, define que:

O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidade adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

A Educação de Jovens e Adultos, portanto, faz parte das políticas públicas educacionais do governo municipal, sob a coordenação do Estado Federativo, no que tange ao desenvolvimento técnico-didático-pedagógico.

As diretrizes curriculares nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer 11/2000 e Resolução 1/2000, do CNE), homologadas em julho de 2000, ressaltam a exigibilidade do direito à educação escolar de jovens e adultos, observadas a formação inicial e

continuada dos professores, bem como a formulação e execução de uma proposta pedagógica que corresponda aos anseios e à identidade desta modalidade. Dessa forma, tanto o parecer quanto a resolução, reafirmam a necessidade da institucionalização da EJA enquanto garantia desse direito, e prima pela busca da oferta com qualidade.

Com evoluções constantes no contexto nacional, a referida Lei, resultante de um amplo processo de debate entre diferentes tendências do pensamento educacional brasileiro, levou treze anos para ser editada. Ainda assim, apresenta lacunas, não correspondendo fielmente às necessidades contemporâneas, sobretudo no que diz respeito à educação do idoso, não incluída, ou mesmo especificada, na nova LDB, que descreve sobre a Educação de Jovens e Adultos, como se observa no Capítulo II, Seção V, Art. 37:

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo no ensino fundamental e médio na idade própria. [...] § 1º Os sistemas de ensino assegurarão aos jovens e aos adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educativas apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e trabalho mediante cursos e exames.

Dessas observações pode-se deduzir que a inclusão é um conceito parcial na oficialidade e legalidade dos documentos sobre educação, em especial a de pessoas idosas, ainda que um dos papéis da educação, concordando com Delors (2000), seja o de combater todas as formas de exclusão.

2 O idoso no contexto da relação ensino-aprendizagem

Um dos mitos construídos e alimentados pelo imaginário social brasileiro diz respeito à questão da aprendizagem de pessoas idosas. Ouvimos, repetidas vezes, ditos populares do tipo "papagaio velho não aprende a falar" e/ou "idoso tem dificuldade de aprender", reforços à ideia de que o idoso não tem capacidade ou, minimamente, é lento para aprender. Tradicionalmente, pois,

[...] o ato de aprender, associado ao rendimento e à produtividade, é ligado às faixas etárias mais jovens, de modo que as pessoas assumem uma atitude negativa ao relacionar aprendizagem e velhice (MORAGAS, 1997, p. 66).

Em ensaio que escreveu sobre aprendizagem na velhice, Agostinho Both (2001) assinala as aprendizagens contínuas como elementos construtores de um ser humano potencialmente integrado à sociedade de pertencimento. Para o autor, "aprendizagem significa a renovação de estoques existenciais mediados pela interação com vistas ao desenvolvimento" (BOTH, 2001, p. 129).

Embora as necessidades básicas do ser humano permaneçam as mesmas ao longo da vida, na fase da velhice algumas delas adquirem conotações especiais, dentre as quais salário e benefícios de aposentadoria, assistência especializada à saúde com serviços e programas educacionais. No processo educativo, a busca se dá no sentido de propiciar ao ser humano, em qualquer idade e tempo, desenvolvimento pessoal e valorização social. Possibilitar ao indi-

víduo, em todas as faixas etárias, o direito à participação no sistema educacional é uma atitude democrática, inteligente e compatível com os princípios de educação permanente. Contudo, esta é uma prática que ainda precisa ser exercitada na realidade brasileira.

A Constituição brasileira vigente incorporou a obrigatoriedade do Ensino Fundamental gratuito para todos aqueles que não tiveram acesso na idade própria. Isto, no entanto, não garante sua efetiva realização, por motivações as mais variadas, dentre as quais a inadequação das estruturas escolares para absorver toda a população que deseja estudar. Além dos aspectos ligados à estrutura, não se registra com frequência uma preocupação com a formação e atualização de profissionais para lidar com diferentes situações e diferentes sujeitos, inclusive o idoso.

Só recentemente esse processo está mudando e, muitas vezes, por iniciativas individuais. Algumas organizações de ensino superior vêm oferecendo cursos de especialização em Gerontologia Social e Geriatria, da mesma forma que vêm abrindo seus espaços para atividades e cursos, em diferentes perspectivas, para o segmento idoso. Ainda assim, existem limitações estruturais, inclusive de recursos humanos para o desenvolvimento desse trabalho com pessoas idosas, que trazem especificidades e desafiam a educação a sair da falsa ideia de preparação para o trabalho e se envolva com a preparação para a vida, uma vida com o outro e em busca de plenitude.

Tomando o Art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ALMANAQUE, 2003), fica evidenciado que toda pessoa tem direito à instrução e esta deve ser gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. Enquanto a instrução elementar deve ser obrigatória, a instrução superior deve estar baseada no mérito.

Da mesma forma, o Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, do qual o Brasil é signatário (BRASIL, 2003, p. 41), trata do acesso ao conhecimento, à educação e à capacitação de pessoas idosas, afirmando que

[...] a educação é base indispensável para uma vida ativa e plena [...]. A educação e a capacitação permanente são indispensáveis para conseguir a produtividade dos trabalhadores e das nações.

O que os dois documentos colocam em evidência é a necessidade de se compreender a velhice como uma etapa do curso da vida e, como tal, de desejos individuais, de crescimento pessoal e de autonomia em todo seu percurso. Essa preocupação faz sentido na medida em que todos, jovens e velhos, precisam incorporar novas concepções de vida e de ciclos da vida onde a velhice é parte dele, e onde

[...] as estruturas sociais disponíveis, quer no nível da saúde, da moradia, do transporte, da educação, do lazer e, até mesmo da justiça, precisam acelerar o ritmo de adequação a essa nova realidade [...] (D' ALENCAR, 2002, p. 64).

A educação, embora com pouco ou quase nenhum investimento para inclusão desse segmento, vem reconhecendo que o idoso deve estar inserido e situado no próprio contexto onde vive e com o qual se relaciona.

Apesar das mudanças já observadas, não se pode desconsiderar o que sinaliza o Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-

tística (IBGE, 2010): que os idosos brasileiros apresentam baixa escolaridade (30,7% tem menos de um ano de instrução, e apenas 17,4% tem acima de 9 anos). A preocupação com este quadro de desescolarização junto à população idosa recebe reforço no Estatuto do Idoso que, no seu artigo 20, reafirma que

[...] o idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

O Estatuto, fomentando a participação do idoso no sistema de ensino, assegura no Art. 21 que

[...] o Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a eles destinados.

Além disso, assegura que nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

O idoso, nesse contexto, ainda não se encontra inserido de forma destacada nas discussões da LDB 9.394/96. Contudo, outros mecanismos legais devem pautar a fundamentação da estrutura e prática pedagógica do Programa de Jovens e Adultos nas unidades escolares, a exemplo do próprio Estatuto do Idoso, bem como dos projetos que cada rede de ensino ou escolas deve

elaborar para atender às necessidades específicas de cada grupo e de cada indivíduo, de forma a oferecer, e produzir, uma educação de acesso, qualidade e permanência.

3 A experiência da Escola Grapiúna com idosos no Ensino Fundamental I

Aprender, diz Both (2001, p. 35)

[...] não significa somente traduzir o que é aprendido com suas próprias palavras, mas envolver-se com o que é aprendido, dizendo o que aquele conhecimento tem a ver com sua vida e a vida dos outros ou do seu entorno.

Como em qualquer outra idade, o idoso que retorna à sala de aula necessita estar motivado. E as motivações sinalizadas pelos idosos desta pesquisa se relacionam com: a) interesse para melhorar a escrita e a leitura (61%); b) qualificar-se para melhor atuar no mercado de trabalho (29%); c) preencher o tempo livre (10%).

Com essas respostas, os idosos estão realçando que as motivações podem variar de pessoa para pessoa mas, independente dessas motivações, o sentido mais amplo é o de saber situar-se no próprio contexto, sentindo-se ativos.

As diferentes motivações exigem competências, como a capacidade de comunicação, de trabalhar com os outros, de gerir e de resolver conflitos. A reflexão em torno das estratégias para o enfrentamento das mudanças por parte das pessoas teve, em

Feliciano Villar (apud CAMPOS, 2004), uma explicação que foi levada em conta por esta pesquisa, pela abordagem muito próxima da questão motivacional. Nessa explicação, o autor divide essas estratégias em dois grandes grupos e inclui, no primeiro, as estratégias que propõem transformar o mundo ou aspectos que não sejam problemáticos, mas que incomodam as pessoas. Neste caso, a tendência das pessoas é alterar as situações que dificultam a realização de suas preferências e metas. Já no segundo grupo, as estratégias dizem respeito aos significados que cada um atribui às mudanças desejadas.

Continuarem vinculadas ao mundo é uma das estratégias que as pessoas idosas utilizam para compensar ou mudar os aspectos negativos associados à idade. Esta vinculação se refere a três aspectos que são válidos para qualquer pessoa, independente da idade: a) manter-se ativo, física e intelectualmente, naquelas tarefas de que sempre gostou; b) continuar vinculado ao mundo, o que implica também manter e, inclusive, aprofundar, as relações de afeto e amizade que cada indivíduo mantém com as pessoas que o rodeiam; e c) comprometer-se com a comunidade e as instituições.

Both (2001, p. 44) reforça isto afirmando que “[...] o professor que pretende qualificar a vida dos alunos deve ir até as raízes das questões levantadas no momento de situar o currículo”. Isto significa que as referências e as experiências de vida trazidas por esses idosos devem ser respeitadas na motivação delas. A importância de que sejam considerados em sala de aula os acontecimentos da vida cotidiana, as necessidades de que são demandantes, com todas as dificuldades e possibilidades que o cotidiano incorpora, são aspectos importantes a serem olhados pelos professores.

Considerando que 54% dos alunos idosos desta pesquisa encontram-se no estágio I do Programa de Educação de Jovens e Adultos, que na realidade pesquisada corresponde ao período de alfabetização, é importante assinalar o que diz Both (2001, p. 48), quando afirma que a alfabetização se torna eficaz e de qualidade a partir de três direções:

- a) alteração do eixo da transmissão dos conteúdos formais para o eixo da elaboração-reelaboração do conhecimento, criando as condições para uma compreensão mais elaborada da realidade e, por consequência, desenvolvimento da capacidade de intervenção para modificá-la;
- b) promoção de sentido da pertinência e competência dos alunos por parte do professor, que tem papel de mediador e coordenador de esforços;
- c) atenção às questões éticas da vida do aluno nas relações estabelecidas consigo próprio e com o mundo.

Levando em conta a experiência profissional dos professores do Proeja (45% atuam na educação por tempo que varia de doze a dezessete anos; 30% entre seis e onze anos e 25% com atuação entre um e cinco anos); e considerando sua formação (55% possuem magistério; 15% curso superior incompleto; 15% superior completo e 15% especialização na área de atuação do EJA), é

de se esperar que a educação desses idosos apresente, de fato, as condições para uma visão prospectiva de mundo e de desenvolvimento da capacidade de adaptação, de atualização, aprofundamento e enriquecimento do conhecimento para pessoas maiores. Um dado importante é que 70% dos professores têm idade entre 31 e 50 anos, o que traduz maturidade e experiência de vida, portanto, competência e sabedoria para não só compreender as carências diferenciadas dos alunos, mas as dificuldades vividas pelos sistemas sociais onde a educação e a escola se encontram.

Analisando a relação ensino-aprendizagem da pessoa idosa, D' Alencar (2002, p. 72) afirma ser desafiador para os professores a presença do idoso em sala de aula, especialmente porque esse sujeito não está preocupado com o diploma, mas com um conhecimento que lhe “ajude a compreender e viver melhor o momento e lugar em que se encontra”. Por outro lado, o envelhecimento tem especificidades não amplamente conhecidas pela população, inclusive os professores, em cuja formação o envelhecimento não entra, nem mesmo como tema transversal.

O conhecimento, por parte dos professores, das dificuldades que enfrentam as pessoas idosas que (re) tornam à sala de aula facilitaria a identificação e o estabelecimento de metodologias de ensino mais apropriadas e capazes de contribuir com o suprimento de algumas necessidades básicas, ampliando as possibilidades para a aprendizagem, o desejo e a permanência da vinculação à escola o que, por extensão, ampliaria as possibilidades de melhoria da própria qualidade de vida.

Ao avaliar as condições físicas e materiais didáticos utilizados pelos professores em sala de aula, 32% dos alunos expressam que não correspondem às suas expectativas, não influenciando,

portanto, na melhoria das condições de aprendizagem. Além disso, as atividades desenvolvidas em sala de aula têm reforçado a inferiorização com que são tratados, e até o despreparo dos professores para trabalhar com esse segmento etário (17% deles acham fraco o conteúdo), conforme a fala de uma das entrevistadas - *parece até que a gente é criança*.

Na avaliação dos professores os recursos didáticos disponíveis na escola não são suficientes e adequados para atender às necessidades de aprendizagem dos alunos. Supondo que esses materiais são da escolha do professor e atendem a planejamentos (que exigem opções teóricas, metodológicas e conteúdos), é visível a inadequação e despreparo de toda a estrutura escolar, inclusive conteúdos mais contextualizados aos alunos idosos. Além desses aspectos, os professores destacam a necessidade de adaptações da infraestrutura escolar, como corrimão em escadas, barras nas paredes, e incluem a necessidade de cursos destinados aos docentes para atendimento dos alunos idosos, preenchendo de modo mais eficaz a lacuna deixada pelo desconhecimento das especificidades da velhice.

Um dos aspectos positivos realçados na pesquisa são as relações interpessoais estabelecidas pelo aluno idoso no ambiente da escola, tanto entre colegas (62%) quanto entre professores (52%), por ele considerada boa. O idoso define uma convivência escolar sem muitos problemas, mas sem muita intimidade, exceção aos colegas da mesma geração. Apesar disso, não é desprezível o índice daqueles que consideram ruim a qualidade das relações estabelecidas no ambiente escolar, seja entre colegas (23%), seja entre professores (21%). Se, por um lado, a qualidade desse relacionamento pode influir na motivação desse idoso para con-

tinuar no ambiente escolar, por outro, como afirma Bosi (1994), é possível perceber no idoso uma certa reclusão em outros grupos que não o seu, sinalizando uma tendência ao isolamento.

O apoio familiar aparece na pesquisa como elemento importante e influente no retorno do idoso à sala de aula. Parte dos idosos afirma receber esse apoio e incentivo dos netos (45% deles), dos filhos (38%) e dos cônjuges (17%). Esse incentivo, partindo de netos e filhos, indica um novo olhar dos jovens sobre essa população idosa, sinalizando uma mudança de atitude em relação à velhice, ainda tratada de forma discriminada em diferentes espaços.

A escola tem uma grande responsabilidade em criar as condições para a prática cotidiana da tolerância, ajudando os alunos, de qualquer idade, a considerar e respeitar os pontos de vista dos outros, estimulando discussões em torno de questões ou situações que impliquem opções éticas (DELORS, 2001).

Referências

ALMANAQUE ABRIL 2003. São Paulo: Abril. 2003

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, 2002 / Organização das Nações Unidas. Tradução de Arlene Santos, revisão de português de Alkmin Cunha; revisão técnica de Jurilza M.B. de Mendonça e Vitória Gois. Brasília: DF: ONU, 2003.

BOSI, E. Memória e sociedade: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTH, A. Educação Gerontológica: posições e proposições. Erechim: São Cristovão, 2001.

CAMARANO, A. A. et al. Idosos brasileiros – indicadores de condições de vida e de acompanhamento de políticas. Brasília, DF: Presidência da República, 2005.

CAMPOS, H. C. M. Aplicação pedagógica dos computadores junto à população idosa. 2003. Trabalho Monográfico do Curso de Especialização em Aplicações Pedagógicas dos Computadores. Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2003

CHALITA, G. Pedagogia do amor – a contribuição das escolas universais para a formação de valores das novas gerações. São Paulo: Gente, 2003.

D' ALENCAR, R. S. Ensinar a viver, ensinar a envelhecer: desafios para a educação de idosos. Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento. ,Porto Alegre, RS, v. 4, p. 61-83, semestral. 2002.

DELORS, J. et al. **Educação – um tesouro a descobrir.** Tradução: José Carlos Eufrazio. Preparação da edição brasileira: Maria Alves Muller 4ª. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário** Aurélio Básico da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

GADOTTI, M. **Histórias das idéias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS (Brasil). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos & Pesquisas, 27. Informação Demográfica e Socioeconômica**. Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. Aprender a ensinar cada vez melhor. Programa de Formação de Professores Alfabetizadores. **Jornal do MEC**, Brasília, DF, Ano IX, n. II jun./jul. 2001.

KNECHTEL, M. do R. **Educação para a terceira idade na perspectiva da Educação Permanente**. Universidade Regional de Blumenau: Editora FURB, 1995.

BAHIA. Secretaria da Educação. LDB - Agenda do Educador: *Leis*. Secretaria da Educação. Salvador, Bahia. 1998.

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1992.

PROEJA/PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA. Secretaria de Educação. PROEJA. Itabuna: 2005 (Documento interno).

PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS. **Política nacional do idoso**. Ministério da Justiça. Brasília, DF: Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 1998.

SCOCUGLIA, A. C. **Histórias inéditas da Educação Popular**: do sistema de Paulo Freire aos IPMs da Ditadura. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; São Paulo: Cortez :Instituto Paulo Freire, 2001.



APRENDER A ENVELHECER NA SALA DE AULA

Carmen Maria Andrade

A propósito do considerável aumento da população idosa brasileira, estudos apontam que esse tempo de vida prolongado não é alcançado de forma satisfatória e sem graves problemas, seja nos aspectos da biologia ou do lugar social da velhice, ainda não devidamente considerada nos papéis que podem representar para toda e qualquer sociedade. Essa camada da população, em diferentes realidades, tende a ser desprezada e marginalizada, ainda que se reconheçam as normais modificações que afetam a relação indivíduo e ambiente.

Várias áreas do conhecimento vêm desenvolvendo projetos e atividades visando preparar as pessoas para enfrentar, da melhor maneira possível, esse momento da vida. Decorre daí a importância do assunto que será desenvolvido neste artigo, uma experiência chamada Projeto Escola Para Adultos, oriundo de

uma parceria entre a Universidade Federal de Santa Maria e uma escola de Educação Básica, ambas na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O projeto foi criado com o propósito de oferecer às pessoas maiores de 45 anos uma atividade de atualização de conhecimentos e uma preparação para a aposentadoria.

A análise busca compreender o significado desse projeto na percepção dos alunos que dele participam, as motivações para participarem e as mudanças observadas após a participação. Trata-se de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, cuja coleta de informações foi realizada através da entrevista estruturada, aplicada junto a trinta alunos (22 mulheres e 8 homens) durante o horário de aula.

1 Considerações sobre o envelhecimento humano

Faz parte da cultura brasileira nem mesmo conversar sobre envelhecimento. O pavor de envelhecer e o preconceito contra a velhice são mais fortes do que podemos imaginar (GIACOMIN, 2011, p.15)

Diante das considerações introdutórias sobre o envelhecimento humano, iniciamos esta seção perguntando: *O que é ser velho? Quem você acha que vai chegar aos 90 anos? Até quantos anos você espera viver?*

Pode parecer estranho, mas quando se vai falar seriamente sobre a velhice, os problemas surgem já na terminologia usada. Em nossa cultura, o termo velho (ou velhice), assume uma conotação depreciativa, chegando quase a entrar no vocabulário do

insulto e da ofensa. Um vocábulo muito usado é o ancião, para indicar a pessoa; para indicar velhice tem feito sucesso o termo terceira idade. Desde a década de noventa do século passado, o termo mais usado para indicar esta população tem sido idoso. Aqui, serão usadas as terminologias: velho e idoso.

O envelhecimento da população é um fenômeno de amplitude mundial. A Organização Mundial de Saúde (OMS) prevê que em 2025 existirão 1,2 bilhão de pessoas com mais de 60 anos, sendo que os muito idosos (com 80 ou mais anos) constituem o grupo etário de maior crescimento (OMS, 2001). Ainda de acordo com a mesma fonte, a maior parte dessas pessoas (aproximadamente 75%) vive nos países em desenvolvimento.

A sociedade brasileira envelhece a passos largos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em relatório publicado em 2008, afirmou que no Brasil, em 1950, a expectativa de vida era de 46 anos. Hoje, está em torno de 73 anos a média nacional, estimando-se em pouco mais de 21 milhões, a população brasileira de idosos, prevendo-se, ainda, a incorporação anual de mais 650 mil habitantes dessa faixa etária. As projeções do IBGE dão conta de que o Brasil terá a sexta maior população idosa do planeta, já em 2025, com cerca de 34 milhões de pessoas com mais de 60 anos, o que representará 14% do total de sua população.

Um fator que contribui para o aumento da taxa de envelhecimento dos brasileiros é a queda do índice de fecundidade observada nos últimos cinquenta anos. Nos anos 1960 do século passado, o número de filhos por mulher era de cinco, atualmente caiu para dois. Dessa maneira, a previsão de crescimento demográfico da população brasileira não se confirmou, estando prevista uma diminuição da população de jovens para os próximos anos (IBGE, 2008, p.29).

A partir da Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, a classificação como idoso e participante da terceira idade se atribui aos indivíduos de 60 anos em diante. Simões (1998) afirmou que, devido ao aumento da expectativa de vida e das questões relacionadas à aposentadoria, esse marco, em muitos países, passou para 65 anos podendo variar, a depender da cultura onde o indivíduo está inserido.

A Organização Mundial de Saúde classifica o envelhecimento em quatro estágios: meia idade, de 45 a 59 anos; idoso, de 60 a 74 anos; ancião, de 75 a 90 anos; velhice extrema, de 90 anos em diante (SIMÕES, 1998). Essas categorizações não contam com a unanimidade na área da Gerontologia. Uma das ideias que tem sido muito considerada é a do médico norte-americano Walter Bortz (1995, p. 34), que escreveu:

[...] nosso primeiro desafio é admitir nossa longevidade natural de 120 anos e redefinir seus segmentos. Há três segmentos na vida: a juventude, a meia-idade e a velhice.

Em cada um desses segmentos, Bortz (1995, p.34) coloca 40 anos e subdivide ao meio, gerando os seguintes segmentos etários: 1. Juventude: Tenra (0 - 20) e Madura (20 - 40); 2. Meia-Idade: Tenra (40 - 60) e Madura (60 - 80); 3. Velhice: Tenra (80 - 100) e Madura (100 - 120), cuja representação gráfica poderia, ficar assim:

Juventude		Meia-Idade		Velhice	
Tenra	Madura	Tenra	Madura	Tenra	Madura
40 anos		80 anos		120 anos	

As capacidades do indivíduo envelhecem em diferentes proporções, razão pela qual a classificação de um indivíduo como idoso não leva em conta apenas a idade cronológica mas, também, as idades biológica, social e psicológica. A diferença entre elas é importante para a compreensão da velhice. Duarte (1999), por exemplo, afirma que, cronologicamente, devemos considerar o fato de que os calendários são diversificados e a idade cronológica é adotada de maneira também distinta, dependendo da sociedade. Quanto à idade biológica, ligada aos aspectos físicos e biológicos, pode ocorrer de forma diferenciada entre os indivíduos de uma mesma sociedade. Já a idade psicológica está relacionada às modificações cognitivas e afetivas transcorridas ao longo do tempo de vida, o que significa que existe um grande potencial para o rendimento intelectual na velhice (Silva apud CUSTÓDIO, 2006).

Já a idade social designa papéis que se pode, deve, pretende e deseja que venham a desempenhar na sociedade. Determinados papéis sociais podem entrar em conflito com aspectos arbitrários da idade cronológica. Este conflito entre as idades social, psicológica e cronológica constitui uma forma de dissonância, sobretudo quando se faz referência ao isolamento social do idoso, podendo ser ocasionado, por exemplo, pela aposentadoria ou morte de parentes, antecipando assim a morte social frente à biológica (Mishara; Riedel apud DUARTE, 1999).

Nesse sentido, as teorias do envelhecimento bem sucedido veem o sujeito como pró-ativo, regulando a sua qualidade de vida através da definição de objetivos e lutando para alcançá-los, acumulando recursos que são úteis na adaptação à mudança e ativamente envolvidos na manutenção do bem-estar. Portanto, um envelhecimento bem sucedido é acompanhado de qualidade

de vida e bem estar e deve ser fomentado ao longo dos estados anteriores de desenvolvimento.

O processo de envelhecimento é um processo ativo sendo, de certa maneira, imposto pelo próprio organismo, segundo um programa localizado dentro do patrimônio genético e que também recebe influência do meio. Assim, quanto mais atuante estiver o ser humano na sociedade, maior será a qualidade de sua vida (ANDRADE, 2011). O envelhecimento, portanto, não deve ser encarado como um prenúncio de morte, visto que a morte não é privilégio da velhice, mas se dá em todas as idades. Deve ser encarada como uma nova fase da vida, mais rica e menos atribulada, um momento em que as respostas não vêm do vigor físico, mas do aprimoramento da sensibilidade (SIMÕES, 1998). Na realidade, o envelhecimento assusta por ser a fase final do organismo humano, o que leva algumas pessoas a associarem a sua chegada à proximidade da morte. Indivíduos que conseguem superar este medo passam a encarar a velhice como uma nova fase da vida, cheia de desafios a enfrentar, como em qualquer outro período da existência.

Na sociedade capitalista, a forma correta de agir socialmente está associada ao adulto jovem, considerado produtivo. Isso se reflete na sociedade brasileira onde a velhice costuma ser associada à invalidez e, muitas vezes, a um período dramático, marcado por incertezas e irrelevâncias. Mesmo aquelas pessoas de mais idade consideradas física e mentalmente capazes, são, muitas vezes, discriminadas pela idade e recusadas em uma série de atividades.

Diferente da nossa realidade, a sociedade oriental vem procurando integrar essas pessoas à vida social. Em muitos gru-

pos eles são sábios e dignos de respeito e atenção, pela experiência acumulada durante suas vidas. O respeito aos mais velhos é cultivado em todas as idades. No Brasil, a discriminação muitas vezes existe não só no âmbito social como no familiar, onde o idoso reduz sua participação nas decisões à medida em que avança a idade.

Profissionalmente, é importante que se mantenha ativo, não se isolando como se fosse incapaz. Embora algumas profissões exijam certo condicionamento físico e possam ser vetadas a pessoas com idade avançada, existe uma gama de atividades que são perfeitamente possíveis aos mais velhos. A partir do momento em que pessoas idosas não têm uma ocupação, passam a se sentir inúteis e desvalorizadas no meio onde vivem, tornando-se necessário e importante a criação de oportunidades para continuarem desenvolvendo seus potenciais.

Nesta direção estão os pressupostos do Estatuto do Idoso, originado da construção coletiva da sociedade brasileira, que se propôs a garantir direitos à vida, à saúde, à alimentação, à cidadania, ao esporte, ao lazer, à liberdade, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e comunitária, à cultura, e à educação.

Nunes (apud CUSTÓDIO, 2006) afirma que pensar a educação e a atualização contínua é desenvolver uma nova postura crítica e reflexiva frente aos problemas decorrentes dessa fase da vida, estimulando a criatividade. Isso porque é importante que, independente da idade, todos possam exercitar uma visão crítica da realidade em que vivem e atuam, bem como a convicção de que é possível transformá-la. A educação é também condição para a participação. Aprender a participar é se apoderar de ideias, de hábitos e habilidades com um novo padrão de comportamento

e isto é possível ao longo de toda a vida. Através de um processo de educação permanente pode-se assumir uma nova posição frente às situações do cotidiano, desenvolvendo potencialidades muitas vezes adormecidas e acionando a criatividade (BALTES; SILVENBERG, 1995).

Nessa mesma direção, escreve Salgado (1988, p.18):

[...] as sociedades precisam reformular suas ideias sobre a velhice eliminando as posturas preconceituosas que tanto aviltam a dignidade que durante milênios de evolução, a espécie humana tem lutado para conquistar.

É necessário que se prolonguem ou se criem oportunidades novas para os que envelhecem, mantendo-os vivos e participantes, segundo suas condições psicofísicas para, com isso, devolver-lhes sua total dimensão.

Ao cessar sua atividade produtiva, o idoso tende a reduzir o contato com o meio, angustiando-se por compreender que seu tempo de vida é cada vez mais restrito, o que reduz sua autoestima, manifestando frequentemente um estado depressivo. As perdas mais significativas que ocorrem na terceira idade se referem aos problemas de autoimagem e autoestima, identificadas pela destruição da imagem pessoal, por não se sentir mais uma pessoa útil e produtiva, acarretando angústia, agressividade, podendo ainda desencadear problemas psiquiátricos (ANDRADE, 2012). Sem nenhum planejamento para continuarem a ser úteis e a manter elevada autoestima, essas pessoas tenderão a ocupar o tempo com ideias fúteis ou atividades frívolas, ou mesmo retrain-

do-se em frente de uma televisão, lendo romances ou revistas, até a saturação.

O comportamento de pessoas que se retiram de suas ocupações mostra como a aposentadoria pode ser uma situação traumática, que exige um difícil reajuste (CAMARGO, 1977, p. 77),

A ociosidade será suportada até que a vida totalmente sem significado, as alterações de relacionamento entre cônjuges, as implicâncias com os familiares, as manifestações exacerbadas de traços de caráter, tornem-se recheios para o vazio existencial. A aposentadoria pode trazer à tona conflitos interpessoais que foram, durante muitos anos, mascarados pelas atividades ocupacionais. Em qualquer fase do desenvolvimento, o reconhecimento social e a influência dos grupos de participação são de primordial importância para a manutenção dos sentimentos de pertença e engajamento a grupos específicos e de valorização pessoal.

O adulto com idade acima de 45 anos enfrenta, ainda hoje, muitas dificuldades no que tange ao relacionamento com pessoas de faixas etárias diferentes, em especial mais jovens, e quanto as oportunidades de atuação e possibilidades de mostrar suas qualidades, podendo sentir-se discriminado e desvalorizado. Nesse sentido, é necessário realizar um trabalho que qualifique as pessoas, desde cedo, para o envelhecimento, seja pessoal ou social. Não só a família deve reconhecer a importância da pessoa idosa, compreendê-la, apoiá-la e protegê-la, como a sociedade deve se preparar para modificar o comportamento com relação à velhice, demonstrando respeito, valorizando e criando soluções para os seus problemas.

Veras (1999) assinala que o atendimento à população envelhecida deve ser uma aspiração natural de qualquer sociedade; mas, tal, por si só, não é o bastante. É importante almejar uma melhoria da qualidade de vida por aqueles que envelhecem. Para o autor, o desafio para os países pobres é considerável, já que no passado, quando as populações dos países europeus começaram a envelhecer, tais países eram ricos, a população mundial menor e a sociedade menos complexa. Atualmente, os países do terceiro mundo, como o Brasil, além de não conseguirem atender as necessidades básicas da infância, se defrontam com o crescimento de um novo grupo etário com demandas específicas.

Por isso enfatizam-se a educação, cultura, esporte e lazer, presentes no texto do Estatuto do Idoso, ou Lei n.º 10.741 (BRASIL, 2003), realçando que o idoso tem direitos e que a sociedade deve garantir-lhe o acesso ao lazer, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade. Portanto, cabe ao poder público criar oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos e metodologias de forma a integrá-lo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos. Também devem ser incluídos, nos diferentes níveis de ensino, conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso; os meios da comunicação devem manter espaços especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural (PAIM, 2004).

O que se constata é que ainda existe um grande distanciamento entre o texto da lei e a realidade da participação social dos idosos na conquista de seus direitos. Por isso, os programas direcionados aos idosos se tornam imprescindíveis para se trabalhar essas questões.

2 Escola para adulto

A sociedade precisa mudar em relação aos adultos médios (45 a 60 anos) e aos idosos (maiores de 60 anos), dando oportunidade a todos. Atualmente, as pessoas dessa faixa etária estão buscando seu espaço na sociedade, valorizando-se mais e procurando o convívio em grupos da mesma e/ou diferentes idades .

Por isso, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de oferecer condições e espaços para a construção de uma vida saudável, evitando-se um envelhecimento deficitário, denunciando a exclusão e buscando momentos e oportunidades para a constituição de uma identidade desejável por todos.

O aumento rápido da esperança de vida implica viver por um período de tempo bastante longo, sendo necessário, então, que a sociedade ofereça possibilidades de maior participação e valorização, evitando que, em função da idade, as pessoas se tornem marginalizadas. Como as possibilidades de uma vida mais longa são maiores, é essencial trabalhar as virtudes fundamentais para tornar a vida interessante e socialmente densa em todos os sentidos (apud COELHO, 2002).

A dedicação excessiva ao trabalho e a procriação fazem com que os adultos sintam-se realizados pelas suas produções e suas relações afetivas. Porém, como um fato natural, acontecem seguidamente a jubilação do trabalho, a saída dos filhos de casa e outras perdas consideradas importantes, sendo necessário estabelecer vínculos de reconhecimento, atualização de conhecimentos e do sentido da própria vida.

Por isso, é recomendável que haja integração entre as pessoas de uma mesma faixa etária, de preferência dentro de uma

instituição, para que se estabeleçam vínculos significativos entre as mesmas. Uma escola para adultos é, sem dúvida, um lugar ideal para estimular pessoas idosas, visto ser um espaço que contribui para a educação de todas as idades (ANDRADE, 1996, p. 245).

De acordo com Coelho (2002, p. 17),

A escola permitirá a valorização do adulto, a melhoria da sua qualidade de vida, a oportunidade de resgatar seus sentimentos humanitários, adquirindo novo gosto de viver, ao mesmo tempo em que oferece a sua integração na comunidade.

Atenta ao aumento crescente do número de pessoas idosas no país, a Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, através do Curso de Mestrado em Educação, linha de pesquisa Educação, Vida Adulta e Envelhecimento Humano, desafiou um colégio de Educação Básica da cidade a abrir suas portas e proporcionar às pessoas com idade acima dos 45 anos um espaço para a renovação de seus conhecimentos, com dignidade e participação. Um ambiente onde os alunos adultos pudessem se desenvolver informando-se e modificando a si mesmo e ao outro.

Assim, a Escola Para Adultos originou-se dessa parceria, e objetivou atrair ex-alunos, ex-professores, ex-funcionários e seus familiares, de ambas as instituições, que estivessem na ociosidade após a aposentadoria. Mais tarde, as atividades também foram abertas à comunidade, com o fim de atender pessoas recém-aposentadas e aquelas queixosas de solidão, que não tinham parentes ou amigos na cidade.

O objetivo inicial da escola para adultos foi desenvolver

um trabalho interdisciplinar voltado à valorização do adulto médio e/ou do velho, estudando as particularidades do envelhecimento. A metodologia, inicialmente proposta e trabalhada, bem como a participação ativa dos componentes da escola e da universidade, buscavam refletir sobre as condições de vida do adulto na contemporaneidade. A partir daí, era iniciada, lentamente, uma análise do processo de envelhecimento, procurando incentivar a percepção própria dos integrantes e da coletividade, pela socialização, atuação, amizade e atualização.

O funcionamento das aulas, na largada do projeto, ocorria nas segundas, terças e quartas-feiras, sempre às tardes, ministradas por professores da Universidade Federal de Santa Maria, do colégio, e da própria comunidade, nas dependências das duas instituições. Faziam parte da grade curricular do projeto as disciplinas: Psicologia do Envelhecimento, Fundamentos da Vida Adulta e/ou Filosofia, Estudos Sociais; Oficinas de Línguas (Português, Inglês e Espanhol), Oficinas de Artes (Coral e Dança), Oficina do Movimento (Natação, Ginástica, Ioga), Oficina de Informática, e conhecimentos gerais. Além das aulas, os alunos assistiam palestras e cultos ecumênicos, participavam de encontros, viagens, visitas de estudo e atividades de confraternização.

Esta proposta inicial foi alterada ao longo dos quinze anos seguintes, haja vista os desafios, avanços e retrocessos, comuns em projetos dessa natureza. O importante é que continuou sua caminhada, inspirado no que escreve Mlodinow (2009, p. 172):

[...] a capacidade de persistir ante a adversidade é um fator ao menos tão importante quanto o talento na busca do sucesso. É por isso que os especialistas costumam falar na ‘regra dos dez anos’,

segundo a qual precisamos de no mínimo uma década de trabalho firme, prática e empenho para sermos muito bem-sucedidos na maior parte dos empreendimentos.

O projeto continua, consolidado; sofreu alterações (a metodologia, a procedência dos professores e os conteúdos se adequaram aos novos tempos e às necessidades atuais das pessoas que o buscam), mas seu objetivo permaneceu. Hoje o projeto foi integralmente absorvido pelo colégio, sem envolvimento da universidade. Muitas outras escolas se inspiraram nessa proposta, algumas a implantaram, mas não esperaram “dez anos” para ver a atividade bem-sucedida. Atualmente, pelo menos, mais duas estão em funcionamento, em diferentes bairros da cidade de Santa Maria.

3 Ouvindo os alunos

A Escola Para Adultos está adolescente: em março de 2012 integralizou quinze anos de funcionamento. Na visão acadêmica, o lucro foi grande, pois foram produzidos sobre ela uma tese de doutorado, dissertação de mestrado, uma série de monografias de especialização, trabalhos finais de graduação, relatórios de estágio, um incontável número de artigos e pôsteres circulados em eventos nacionais e internacionais. Cabe, agora, conhecer a visão dos adultos e idosos que dele participaram, a fim de conhecer o que dizem os alunos, a razão da sua criação. Das questões formuladas aos alunos, apenas destacaremos duas delas, cujas falas desvelaram um sem-fim de percepções.

Ao ser proposta a questão sobre as razões para frequentar o projeto, os participantes tinham quatro alternativas de escolha. Essas alternativas surgiram de um debate em sala de aula, que apontou vinte e seis razões, mas selecionamos as quatro mais incidentes: interesse em atualizar conhecimentos, sair de casa, fazer novos amigos e aprender coisas novas. Nesta, os alunos ainda enfatizaram a busca pela qualidade de vida e atualização com o mundo, particularmente o das relações midiáticas, novas tecnologias e meio ambiente.

Neste sentido, Gadotti (1988) salienta que a tarefa da educação consiste em afirmar a existência concreta do ser humano, que está sempre se formando, não é estático. O homem precisa decidir-se, comprometer-se, escolher, se encontrar com o outro e estar permanentemente se atualizando.

Algumas falas reforçam a afirmação de Gadotti:

– [...] desejo me manter atualizada com a vida atual para poder me sentir fazendo parte de meu grupo familiar entendendo a linguagem e interesses de meus filhos e netos...; [...] Gosto de português, conhecimentos gerais, psicologia; [...] para ter uma convivência de estudo e social com pessoas da mesma faixa etária.

Simone de Beauvoir (1990, p. 661) ressalta

[...] para que a velhice não seja uma irrisória paródia de nossa experiência anterior, só há uma solução [...] é continuar a perseguir fins que deem um sentido a nossa vida: dedicação a indivíduos, a

coletividades, a causas, trabalho social ou político, intelectual, criador, [...], é preciso desejar conservar na última idade paixões fortes o bastante para evitar que façamos um retorno sobre nós mesmos. A vida conserva um valor enquanto atribuímos valor a vida dos outros, através do amor, da amizade, da indignação, da compaixão. Permanecem então razões para agir ou para falar.

Outras respostas justificaram a participação nas aulas pelo desejo de:

– Ampliar os horizontes através dos passeios, excursões, enfim viagens para tantos lugares. Viajar, confraternizar em datas festivas; [...] Preencher o tempo ocioso com atividades proveitosas; [...] atualização, aprender mais. Em casa, sozinhas, as pessoas não adquirem conhecimentos. Aqui dá para trocar pareceres com os colegas; [...] Ter alguma atividade fora do ambiente familiar. Conviver com pessoas da minha faixa etária, com pontos de identificação no passado e no presente; [...] Renovar conhecimentos já esquecidos após aposentadoria do serviço público, e integrar-me com pessoas de atividades e grupos sociais diferentes.

As respostas demonstram a necessidade de se sentirem valorizadas, pela oportunidade de um espaço apropriado como a escola e a universidade. Andrade (1999) lembra que um projeto proposto para os aposentados deve ser concebido no conceito de Educação Permanente, processo que abrange todas as dimensões da vida, em

todos os campos do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento da personalidade humana, pela interação permanente de reflexão e ação. Nas palavras da autora, cristaliza-se a ideia do aspecto social da aposentadoria, com todas as implicações na qualidade de vida, na necessidade de uma educação para tornar-se maduro, levando em conta que os indivíduos mais idosos têm potencialidades e limitações, como qualquer outra pessoa de outra faixa etária. Assim, só a partir do reconhecimento dessas possibilidades será viável um processo educativo.

Desde o seu início, a Escola para Adultos procurou conhecer e compreender seus alunos, observar suas atitudes, seus relacionamentos e suas manifestações nas diferentes situações em sala de aula ou mesmo fora dela. Constituindo-se como uma proposta de educação permanente e adequada a adultos médios e idosos, contribuiu efetivamente para que os participantes se situassem como pessoas capazes de influenciar na solução de problemas, não só dentro da própria família, mas, das próprias comunidades.

4 *E a vida mudou...*

A partir do momento em que os alunos passaram a frequentar o projeto, algumas mudanças ocorreram em suas vidas. Algumas das falas, seguintes, corroboram esta afirmação:

– Minha qualidade de vida melhorou 100%;

– Tenho maior autoestima e maior poder de decisão;

– A maioria dos conhecimentos que nos foram passados pelas experiências de colegas e professores são aplicações no nosso dia a dia na família, na vizinhança e mesmo na sociedade!

– Retomei minha motivação. Comecei no período em que minha vida estava parada, triste, sem motivos para ver as coisas boas;

– Despertou meu interesse por conhecimentos tecnológicos. Maior disposição física e mental, maior tolerância e amplo conhecimento do relacionamento humano.

Essas mudanças na vida dos alunos mostram que é importante ocupar o tempo livre do dia a dia exercendo atividades que desenvolvam o gosto pelo viver, melhorem a autoimagem e a autoestima. Não precisamos envelhecer sozinhos; em todas as idades é saudável o relacionamento com outras pessoas, pois essa convivência oferece oportunidades para conhecer as diferenças e semelhanças interpessoais. Somente através das relações humanas aprendemos valores como alegria, solidariedade, amizade e o amor a si próprio e aos outros, e este aprendizado não é feito num único período da vida. Portanto, é importante que as pessoas tenham o seu espaço e possam compartilhar a sua experiência de vida na família ou comunidade onde convivem.

– Quando comecei a frequentar a Escola para Adultos fazia seis meses que meu marido havia falecido. Eu me sentia no ‘fundo do poço’, mergu-

lhada em depressão... Esta experiência foi fundamental para que eu recomeçasse a viver.

– Aqui fui estimulada a ter vontade de vir à aula, e ter mais alegria de viver, participar da vida dos outros, amigos, familiares, e, sobretudo a ter minha própria agenda. Agora não abro mão das minhas atividades no projeto por nada no mundo.

Estas falas apontam para um compromisso: que o projeto continue em constante revisão e adequação aos desafios atuais, pois, como diz Mlodinow (2009, p. 21):

[...] dado que a decisão de dar o sinal verde a um projeto é tomada anos antes... de ser colocado em prática; eles estão sujeitos a muitos fatores imprevisíveis durante os anos de produção e divulgação, sem falar nas preferências insondáveis do público.

5 Novo projeto, nova escola, outra história

Após anos de trabalho nessa Escola, projeto similar foi proposto para a Faculdade Palotina de Santa Maria, Rio Grande do Sul, designado Faculdade da Maior Idade (FAPAMI), vinculada ao Núcleo Palotino de Estudos do Envelhecimento Humano. Hoje ela vai para seu quinto ano. A história terá muito a nos dizer sobre o que ela significa para essa nova instituição, e para esse novo grupo de professores e alunos. Isto será o resultado de outra experiência a ser relatada detalhadamente num outro artigo.

6 Considerações

O envelhecimento é um processo natural do ser humano, disso todos sabem. Mas as questões relativas a essa etapa da vida se apresentam cada vez mais complexas e desafiadoras para a sociedade, constituindo-se num dos mais importantes fatos sociais nos dias de hoje. Atitudes maduras e de aceitação do envelhecimento ajudarão a entender que cada fase da vida tem as suas alegrias e as suas dificuldades.

O aumento da população de idosos tem sido expressivo, e a esperança de vida média com um período de tempo bastante longo, tem se tornado maior entre as pessoas, que estão buscando, cada vez mais, uma melhor qualidade de vida. É crescente o reconhecimento da importância da educação de pessoas adultas para o fortalecimento da cidadania e melhoria do bem-estar social. Assim, é importante e urgente que as pessoas se preparem para a chegada da velhice, considerando os seus múltiplos aspectos. As instituições devem propor ações que permitam a formação integral do idoso, desenvolvendo sua capacidade de reflexão e valorizando sua autoestima. O conhecimento adquirido, as experiências vividas e a sabedoria dessas pessoas não podem ficar sem investimento, aproveitamento e valorização. O envelhecimento não deve significar decadência, mas uma sequência da vida; a passividade diante das transformações da idade pode trazer sérios transtornos à saúde física e mental, com comprometimentos para famílias e sociedade.

O projeto da Escola para Adultos se desenhou como um espaço que contempla tanto as necessidades físicas, sociais, intelectuais, afetivas, como as espirituais, auxiliando pessoas a [re]

encontrarem o sentido de suas vidas, dando-lhes condições de viverem mais felizes e com dignidade. Uma vida com novas oportunidades e convívio entre pessoas com as mesmas necessidades, traz consequências positivas e uma nova visão de mundo.

Este projeto se revelou como uma possibilidade de aprendizagem, tanto para as pessoas envolvidas diretamente nas suas atividades (professores e alunos) como para as instituições e seus familiares. Para a universidade, mostrou uma nova maneira de interagir com a comunidade externa, mas, sobretudo, com a comunidade interna, muitas vezes esquecida, em especial, professores e funcionários que se aposentam. Alunos, professores e funcionários também envelhecem, e o retorno à instituição significa desafios que envolvem todos, para a leitura dos conteúdos, das metodologias usadas, das estratégias de avaliação, além da revisão das barreiras arquitetônicas existentes e dos horários propostos, contemplando trabalho, intervalo, alimentação e uso de instalações sanitárias.

Esta atividade vem mostrando, nesses quinze anos, que funcionários e professores não interessados em uma atividade profissional após a aposentadoria, não encontravam nada que os motivassem e mantivessem atualizados, pois as propostas existentes priorizavam as atividades física e religiosa, os bailes. Muitos deles migraram para esse projeto após a aposentadoria, motivados pela proposta de estudarem sem exigências de avaliação, mas com a certeza de se manterem atualizados.

Independente de idade e condição, quando bem conduzido, um colégio e uma universidade são estabelecimentos para todas as idades. Adultos e idosos têm muito a ganhar quando retornam à sala de aula e convivem com crianças e jovens. Esses

estabelecimentos de ensino se revelaram locais de referência para uma vida de qualidade, dando conta que envelhecer também se aprende na sala de aula.

O projeto veio preencher uma lacuna na comunidade. No que se refere ao colégio, esses novos *alunos-velhos* promoveram significativas alterações na rotina escolar, tanto no que diz respeito às relações pedagógico-administrativas, como na ocupação dos espaços, seleção de metodologias, na queda das barreiras arquitetônicas, no cardápio e mobiliário da lanchonete, nas atividades interséries e nas relações interpessoais, sem dizer que agora são muitas as crianças e jovens que ficam esperando seus pais e avós que ainda permanecem em aula quando eles saem, e não mais o contrário.

A comunidade santa-mariense acredita no projeto, muitos alunos vêm se matriculando por sugestão de geriatras, ginecologistas, psicólogos, psiquiatras, nutricionistas e outros profissionais, sendo que alguns deles entram pessoalmente em contato com a Escola em busca de vagas para seus pacientes menores de 45 anos, certos de que a atividade é a ideal na fase do tratamento em que se encontram.

Portanto, muitas foram as razões que levaram os alunos a frequentarem a Escola para Adultos, em especial o interesse em se manter atualizados, o desejo de aprender coisas novas, de fazerem novos amigos e, finalmente, a vontade de sair de casa. A conclusão é que a Escola para Adultos tem um perfil que deu certo; as evidências, constatadas nas falas e na convivência, mostraram que o projeto transformou a vida dos participantes, que admitem estarem exercendo a sua cidadania e [re] descobrindo sua identidade.

Em 1996 o projeto foi proposto com a crença de que é possível reorganizar conceitos e práticas diante de incertezas. Hoje, comungando com Mlodinow (2009, p.231), a crença é que

[...] podemos tentar entender as qualidades de pessoas ou situações de maneira bastante independente dos resultados obtidos, e podemos aprender a julgar cada decisão com base no espectro de possíveis resultados que teria gerado, e não apenas no resultado particular que de fato ocorreu.

Referencias

ANDRADE, C. M. **Uma pedagogia para a velhice**: o desafio da construção de um trabalho com idosos no Brasil. 1996. Tese (Doutorado em Educação)– Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

_____. **Quando eu envelhecer**. Santa Maria: Biblos, 2011.

_____. **Quando eu me aposentar**. Santa Maria: Biblos, 2012.

BALTES, M.; SILVENBERG, S. A dinâmica dependência-autonomia no curso da vida. In: NÉRI, A. **Psicologia do envelhecimento**. Campinas: Papirus, 1995.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Lei N.º 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Presidência da República**, Casa Civil, Subsecretaria de Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 10 out. 2003.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: fev. 2012.

BORTZ, W. M. **Viva mais de cem anos**. Rio de Janeiro: Record, 1995.

CAMARGO, R. C. T. **A universidade, os cursos de fisioterapia e a terceira idade**. 1977. (Dissertação de Mestrado)– Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 1977

COELHO, E. S. **Escola para Adultos**: uma valorização à vida. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002.

CUSTÓDIO, L. **Gerenciamento de empresas x envelhecimento humano**: exigências do mercado frente às características inerentes ao envelhecimento de gestores nas organizações. 2006. Artigo (M.B.A. em Recursos Humanos e Marketing)– Faculdade Metodista de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

DUARTE, L. R. S. Idade cronológica: mera questão referencial no processo de envelhecimento. **Estudos Interdisciplinares Sobre Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 2, p. 35-47, semestral. 1999.

GADOTTI, M. **Educação e compromisso**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1988.

GIACOMIN, K. C. O papel do Conselho Nacional dos direitos do idoso na elaboração e implementação de políticas públicas no Brasil. **Revista dos Direitos da Pessoa Idosa**, Brasília, DF, p.14-18..., novembro, 2011. Edição Especial.

GOLDMAN, W. **As aventuras de um roteirista de Hollywood**. New York: Warner Books, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

MLODINOW, L. **O andar do bêbado**: como o acaso determina nossas vidas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **The world health report**. Genebra: [s.n.], 2001.

PAIM, P. **Estatuto do Idoso**. Lei nº. 10.741/2003. Brasília, DF: [s.n.], 2004.

SALGADO, M. A. Envelhecimento: um desafio para a sociedade. **A Terceira Idade**. São Paulo: SESC, 1988.

SILVA, M. C. O processo de envelhecimento no Brasil: desafios e perspectivas. **Textos sobre Envelhecimento**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p 43-60, semestral. 2005 .

SIMÕES, R. **Corporeidade e terceira idade**: a marginalização do corpo idoso. 3. ed. Piracicaba: UNIMEP, 1998.

VERAS, R. P. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira Idade. **Ciência & Saúde Coletiva**. Revista da Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva. v. 9, n. 2, p. 423-432, ... 1999.



PRÁTICA EDUCATIVA ENTRE GERAÇÕES: ESPAÇO DE AMIZADE E CIDADANIA

Conceição de Maria Goulart Braga Cuba

As transformações sociais no Brasil enfraqueceram a valorização dos idosos, que antes eram considerados patrimônio e transmissores da tradição, nas sociedades mais simples. O individualismo predominou, afetando diretamente a vida e as relações sociais de todos os idosos, resultando em seu isolamento no próprio ambiente doméstico. Essas transformações contribuíram também para silenciar sua militância política. Essas questões desafiam, especialmente, os assistentes sociais que trabalham com esse segmento, ao tentarem facilitar o seu acesso às políticas sociais, buscando retirá-los da exclusão e tentando ampliar-lhes os direitos sociais e a cidadania.

O fenômeno mundial do envelhecimento populacional, em função da queda da mortalidade infantil, melhoria das condições de

vida, saneamento e outras conquistas, é complexo e heterogêneo.

Muitos idosos brasileiros vêm sendo alvo de estereótipos e preconceitos (DEBERT, 1999) e isso provoca a sua desmobilização para expressar-se na esfera pública. Apesar disso, muitos idosos vêm participando, também, de programas para a sua geração, como nos Centros de Convivência do Serviço Social do Comércio (SESC) e nas Universidades da Terceira Idade, visando atualizar conhecimentos. Essas microuniversidades se destacam como espaços de visibilidade das questões do envelhecimento, atualização do conhecimento dos idosos, onde tecem amizades e tentam quebrar preconceitos, como afirma Motta (2004), em atividades educativas, inclusive, com outras gerações, como mostra este artigo.

Trata-se de uma atividade educativa, através da relação entre idosos, jovens estagiários de Serviço Social e crianças de 3 a 6 anos de um Centro Social no Rio de Janeiro. Essa atividade integra o projeto de curso “Amizade dos Idosos na Família e na Sociedade” da Universidade da Terceira Idade - UnATI/UERJ. O curso visa a integração social da geração idosa, o fortalecimento dos vínculos familiares e a construção de novas amizades na esfera pública, através das quais os idosos possam lutar para garantir direitos e ampliar cidadania. O curso tem como referencial teórico a obra de Hannah Arendt (1906-1975), filósofa alemã, pensadora da ruptura com a tradição, que apresenta ao mundo uma ideia de um constante recomeço e esperança na dignidade humana. No curso, são priorizados o diálogo, a troca de aprendizagem e a formação da amizade e sua dimensão política arendtiana entre as gerações envolvidas. A criação desse curso foi motivada pela constatação da importância da amizade para os idosos da UnATI/UERJ.

A amizade sempre foi um tema recorrente entre os idosos

da UnATI/UERJ que apresentam a construção de novas amizades como segunda motivação para se inserirem nesse programa, estando em primeiro lugar, a aquisição de novas aprendizagens (NUNES; PEIXOTO, 1995; GOLDMAN, 2003); entretanto, esta forma de amizade é considerada, em diferentes pesquisas, como uma forma de sociabilidade.

Entendemos a amizade como um processo construído ao longo da história, que se efetua “nas” e “através” das relações sociais. Entretanto, ela nem sempre foi valorizada no âmbito público, sofrendo transformações na modernidade, onde o espaço público se decompôs e as relações foram privatizadas e despolitizadas (ARENDETT, 2002a), resultando daí um enfraquecimento das práticas e da reflexão sobre a amizade (ORTEGA, 2002). Talvez seja essa uma das razões em que Bauman (2004) se apoia para esclarecer que a amizade, um dos elementos importantes “da construção comunitária” de outrora, tornou-se frágil, inconsistente e muito “rala” em algum lugar da história e, na contemporaneidade, se tornou líquida e efêmera, quase irrelevante.

Em nossa pesquisa de mestrado em Serviço Social, na PUC-RJ¹, identificamos a alta relevância da amizade para os idosos, pois, “não se vive sem amizade!”². A pesquisa qualitativa com oito idosos pertencentes à camada média da população do Rio de Janeiro³, mostrou duas dimensões de amizade exercitada pelos idosos, como rede de suporte social e como política.

A dimensão política da amizade segue as ideias de Hannah

¹ Ninguém Vive sem Amizade! A Importância da Amizade Política dos Idosos Colaboradores da UnATI/UERJ, dissertação defendida em 2005

² Identidade do entrevistado preservada.

³ Sendo dois homens e seis mulheres com idades entre 64 e 82 anos.

Arendt, que fundamentaram a pesquisa. Esses sujeitos percebem a amizade como direito e cidadania, sendo um vínculo que os tira do isolamento. Constroem e exercitam a amizade quando, em sala de aula, debatem sobre os direitos sociais assegurados nas políticas sociais dos idosos (PNI e EI)⁴, onde expõem seus pontos de vista no debate sobre todos os assuntos, inclusive sobre as políticas sociais e governamental.

No intuito de melhor esclarecer sobre a contribuição da dimensão política da amizade nas ações educativas com idosos, apresentaremos, em um primeiro momento deste artigo, as ideias de Hannah Arendt sobre o elemento político da amizade. Em seguida, mostraremos a prática educativa entre as gerações e, finalmente, teceremos algumas considerações.

1 A dimensão política da amizade em Hannah Arendt

Nesta seção, será apresentada, brevemente, a dimensão política da amizade, nas ideias de Hannah Arendt. Para essa autora, a amizade tem um elemento político, uma abertura para o mundo, o que significa que vai além da percepção da sociedade, que se habituou a considerar esse vínculo apenas como uma relação íntima e de troca de confidências (ARENDR, 2003), sendo esta a nossa compreensão. Mas, ao mostrar essa dimensão mundana da amizade, a autora trouxe uma luz nova sobre a forma como é comumente percebida.

⁴ Plano Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso.

Hannah Arendt, alemã e de família judia, foi uma filósofa do século XX que estudou as consequências do totalitarismo da Alemanha Nazista. Essa autora apresentou ao mundo uma esperança na dignidade humana e uma ideia de um constante recomeço, ao analisar a crise da tradição. Apesar de não ter elaborado um estudo sistemático sobre a amizade, nem mesmo sobre a sua dimensão política, ela exercitou e valorizou a amizade em toda a sua vida e sua obra é permeada pela amizade.

A amizade é um fenômeno antigo, estudado especialmente pela Filosofia e pela Psicologia, mas não é objeto de estudo do Serviço Social. O aspecto político da amizade em Arendt (2002a) constitui uma forma de ação pública e política que reúne basicamente três categorias fundamentais: ação, espaço público e política. Para essa autora, a amizade na esfera pública, tenta resgatar o interesse dos excluídos pelos problemas sociais, ao possibilitar a troca de opiniões. Assim, une os sujeitos em torno de uma *pólis* (ARENDR, 2002b), provocando em todos a cidadania ou o direito a ter direitos (ARENDR, 2002a).

Segundo Arendt (2002a), a ação, que é desenvolvida pelo diálogo público e plural, remete à natalidade e à criatividade; por isso, agir é começar de novo. Desencadeia contínuos processos de ação em cadeia na esfera pública, onde as reivindicações ganham expressão. Como a ação é exercitada tanto pela ação quanto pelo discurso (ação-discurso), permite que os cidadãos estabeleçam teias de relações humanas (ARENDR, 2002a) tal como a amizade, especialmente na sua dimensão política. Eisenberg (2001) pontua que a ação em Hannah Arendt passa a ter um caráter político quando os sujeitos se libertam dos seus interesses individuais, ligados às necessidades, e podem fazer uma interconexão com

uma compreensão de virtude pública derivada, entre outros, do amor à igualdade.

Além disso, agindo e dialogando na esfera pública e plural de um mundo comum a todos, os cidadãos constroem um espaço público e político por definição, em que podem trocar experiências e se organizar para reivindicar os seus direitos, e essa ação, política, pode transformar o mundo. Além disso, a qualidade de humano, pelo discurso, é um fato político e de cidadania porque, ao se expressarem publicamente, os cidadãos compartilham mutuamente o mundo e a vida, diz Arendt (2002a).

Essa expressão livre e pública de todos os sujeitos, sem distinções de qualquer natureza, em um mundo comum, compreende também a política arendtiana que, nas reflexões dessa autora, não se restringe àquela que apenas alguns burocratas são empossados para administrar um país. Ao contrário, a política para ela surge como preocupação com o mundo e se funda na convivência pública “entre-os-homens”, que podem se organizar e lutar juridicamente por seus direitos (ARENDRT, 1999).

Para Arendt (2002a), pois, o elemento político da amizade pode se expressar, mesmo havendo prazer com a presença do amigo, uma vez que a amizade é exercitada na esfera pública do mundo comum a todos, através de um diálogo em que os participantes emitem opiniões plurais em uma relação horizontal. Nas palavras desta autora,

O elemento político, na amizade, reside no fato de que, no verdadeiro diálogo, cada um dos amigos pode compreender a verdade inerente à opinião do outro. [...] Esse tipo de compreensão - em que se vê o mundo (como se diz hoje um tanto trivial-

mente) do ponto de vista do outro - é o tipo de *insight* político por excelência (ARENDR, 2002b, p. 99, grifo da autora).

Dessas palavras depreende-se que, através da ação livre e conjunta, os sujeitos dialogam com os amigos e criam novas amizades na esfera pública, inclusive com outras gerações. Nesse espaço, podem compartilhar suas opiniões sobre os problemas sociais, os direitos e as políticas sociais e, especialmente, os idosos, podem ensinar e aprender. Essa forma de interação com as demais gerações mostra-se profícua como estratégia para a realização da prática educativa com idosos, além de possibilitar o exercício da dimensão política da amizade.

2 A prática educativa entre gerações

A prática educativa entre idosos, jovens estagiários e crianças de um Centro Social integra, como dito antes, as atividades do curso “Amizade dos Idosos na Família e na Sociedade” da UnATI/UERJ, desenvolvido desde 2009. O curso insere estagiários de Serviço Social e busca instrumentalizar os idosos a enfrentarem a fragilidade dos laços sociais, o preconceito, a discriminação, na sociedade e na família.

Os idosos vêm se engajando em atividades dos programas da Universidade de Terceira Idade, cuja evolução é recente nos municípios brasileiros. São desenvolvidos, no interior das universidades, espaços tradicionalmente frequentados por jovens universitários. A UnATI/UERJ foi criada em agosto de 1993 e integra

em suas atividades, o ensino, a pesquisa e a extensão. Surgiu do grupo de estudos composto de profissionais do Hospital Universitário Pedro Ernesto – HUPE/UERJ, coordenado pelo professor Américo Piquet Carneiro. O objetivo desse grupo, que era formado de pessoas qualificadas de diversas áreas, era estudar questões referentes ao processo de envelhecimento.

As atividades oferecidas pela UnATI, propiciam aos idosos uma interação com todas as gerações, a construção de amizades, a quebra de preconceitos e o enfrentamento do isolamento social. Os assistentes sociais estão presentes nesse programa desde a sua criação, como professores e coordenadores de programas e projetos de extensão, que constituem cursos para idosos, também ministrando a supervisão aos estagiários de Serviço Social que compõem suas equipes.

O curso citado oferece 30 vagas anuais desde o ano de 2010 e se desenvolve por meio de aulas semanais, abordando temas que socializam informações e promovem uma reflexão sobre o processo de envelhecimento no Brasil, relações familiares, direitos e políticas sociais dos idosos, com a intenção de possibilitar uma visão crítica e propositiva dos idosos acerca dos problemas sociais que os atingem. O curso se baseia em uma metodologia diversificada, destacando-se aqui a atividade educativa entre gerações, especialmente com crianças.

O conteúdo que trabalhamos nas aulas e na atividade educativa busca proporcionar novos aprendizados e estimular o resgate de lembranças, especialmente da trajetória de cidadania vivenciada pelos participantes. Na velhice, a capacidade de recordar é fundamental e se torna até mesmo uma necessidade social, uma vez que lembrar possibilita trazer a público os fatos viven-

ciados e testemunhados. Apesar de lembrar não ser uma tarefa fácil, pois traz à luz estigmas, mostra, por outro lado, uma luta política dos idosos e a sua capacidade de agir em conjunto, como um direito de tentar reverter uma velhice assistida.

Além disso, Bosi (2006) esclarece que a memória, em que a amizade toma corpo, é propriamente sociopolítica e não uma memória nostálgica do passado. Por isso, a vida dos idosos “[...] ganha uma finalidade se encontrar outros ouvidos atentos, ressonância” (BOSI, 2006, p. 82). Acrescenta-se a isso o fato de que as novas gerações podem melhor compreender o mundo por meio do relato das recordações de momentos vivenciados pelos idosos, lembranças essas que podem “humanizar o presente” (BOSI, 2006, p. 82). O presente dos idosos é a necessidade de terem os seus direitos atendidos, garantidos, apesar de assegurados na Política Nacional do Idoso aprovada em 1994 e incorporados pelo Estatuto do Idoso (EI), sancionado em 2003.

Em um perfil dos idosos que realizamos no início das aulas, através de um questionário com perguntas abertas e fechadas, buscamos conhecer a realidade e as necessidades desses sujeitos, tais como idade, renda, escolaridade, o que motivou sua busca pelo curso. Esse perfil mostra que os idosos encontram-se na faixa etária entre 62 e 84 anos de idade e pertencem à camada média da população, com renda média entre um e seis salários mínimos⁵. A maioria reside em bairros próximos à universidade, zona norte da cidade.

Os homens representam a minoria e são aposentados; as mulheres idosas e viúvas são aposentadas e/ou pensionistas. A

⁵ Valor de 2011.

presença maciça das mulheres idosas nas atividades educativas da UnATI/UERJ foi constatada nos estudos de Sant'Anna (1995) que, segundo esta autora, resulta da intensidade com que “as mulheres vivenciam [...] a Terceira Idade como uma nova etapa da vida” (p. 100).

A maioria dos idosos integrantes do curso partilha suas residências com seus filhos e seus netos e relatam ótimo relacionamento com os familiares, sendo por eles apoiados em sua participação no curso e outras atividades da UnATI. Duas idosas relatam que se inscreveram no curso em pauta por indicação dos netos, que as ajudaram a escolher as atividades em que desejavam se inscrever. Desse modo, essas idosas sempre comentam com os netos o conteúdo das aulas e as demais atividades que desenvolvem no curso.

Novae (1997) entende que a troca geracional entre crianças e idosos pressupõe o respeito aos limites e possibilidades de cada um desses grupos etários. Isto porque a criança expressa a sua experiência do agora e o idoso, no contato com a criança, pode resgatar a sua experiência pretérita. Nesse contexto, o diálogo e as trocas entre as gerações podem transformar e reconstruir as relações sociais e familiares e contribuir para a diminuição do preconceito social com relação ao idoso. Nesse contexto, a atividade educativa intergeracional pode promover dignidade aos idosos e respeito à diversidade de experiências de vida e visões de mundo dos grupos etários envolvidos.

Além disso, a troca geracional, nessa forma de atividade educativa, pode beneficiar especialmente os idosos, cuja expressão na esfera pública possibilita a sua integração social. Isto porque, os idosos ampliam seus conhecimentos e a sua visão de

mundo, na troca de opiniões com as outras gerações, podendo assim melhorar o seu relacionamento familiar. Apesar dos idosos em seus relatos expressarem melhor relacionamento com seus filhos e netos, a partir do seu engajamento no curso, a maioria vem sendo provedor de cuidados e suporte financeiro dos seus filhos, mesmo com suas poucas pensões e aposentadorias, situação por vezes geradora de tensões na família.

Os idosos referem o interesse pelo curso, para ampliar e atualizar seus relacionamentos e aprender uma forma de melhor se entrosar com seus filhos e netos e, nesse sentido, melhorar o diálogo com outras gerações. Observamos, portanto, que o principal motivo é aprender a melhorar o relacionamento familiar, especialmente com os seus netos. Essa evidência e a verbalização dos idosos sobre o desrespeito e o preconceito que lhes são direcionados pelos grupos geracionais na esfera pública levou-nos a promover a troca entre os idosos e as crianças.

Optamos, então, por um processo de aprendizagem que possibilitasse a cidadania das gerações envolvidas. Segundo Vieira (2008), a troca geracional beneficia a todos os sujeitos envolvidos, tanto na família, transferindo o saber e o fazer, como na sociedade, onde os jovens aprendem com a experiência dos mais velhos. Assim, adquirem a oportunidade de

[...] melhor se prepararem para a própria velhice, na medida em que convivem, respeitam e valorizam aqueles que já envelheceram (VIEIRA, 2008, p. 42).

Nesse sentido, a troca de experiências entre gerações realizada no curso, além de promover a integração social, busca

desenvolver uma aprendizagem dos alunos idosos, facilitando a realização do direito a uma positiva convivência familiar e social.

Entendemos que as relações intergeracionais positivas na família são de extrema relevância para facilitar aos sujeitos idosos a melhor lida com os possíveis conflitos geracionais, seja pela diferença de ideias, valores, comportamentos, que vão interferir em sua relação familiar (CUBA, 2009), podendo facilitar a administração dos cuidados e beneficiar toda a sociedade. Isto é importante na medida em que o individualismo, valorizado na era moderna, cria uma distância entre as gerações, como já dito. Nesse sentido, atividades que promovam a aproximação dos grupos etários, podem representar uma alternativa importante para evitar, e até enfrentar, o isolamento social dos idosos, uma vez que estimula o respeito, a solidariedade e a amizade entre as gerações.

3 Atividade educativa, amizade e cidadania

A atividade educativa do curso é desenvolvida pelos idosos com crianças do Centro Social Semear e Educar (CSSE)⁶, coordenado por uma assistente social⁷. Este espaço realiza atividades educativas e recreativas com crianças, no intervalo da aula e nos horários livres, e faz um trabalho com a sua família ascendente, tendo em vista a relação entre avós e netos. Os idosos são estimulados para essa atividade, por meio de informações da equipe do curso e de uma palestra da coordenadora do Centro, em que

⁶ (SILVA 2008).

⁷ Sra. Edilma S. da Silva

ela esclarece sobre as atividades que desenvolve com as crianças e seus ascendentes. Os idosos dialogam com ela questões sobre a dificuldade em lidar com seus netos e os conflitos daí decorrentes, o que propicia a eles melhor compreensão sobre a relevância do convívio respeitoso entre as gerações, apesar dos conflitos, para evitar o seu isolamento social.

As atividades com as crianças são realizadas em dois momentos distintos, segundo a disponibilidade dos sujeitos envolvidos (alunos idosos, equipes do curso e do Centro Social). No primeiro momento, os idosos visitam as crianças no Centro Social e, em sala de aula, desejam saber de nós: – Como devem se comportar com as crianças? Esclarecemos que devem ser espontâneos, pois, nesse momento, nos engajaremos nas atividades programadas pela educadora do Centro Social. Nesse espaço, os idosos estabelecem diálogos com as crianças, enquanto realizam atividades educativas diversas, ajudando-se mutuamente – idosos, crianças e jovens estagiários –, na realização das mesmas. Por exemplo, as crianças são incentivadas pelos idosos e estagiários a ajudá-los a confeccionar, pintar e colar cartões, caixas para a festa de Natal; lanterna para a festa junina; os idosos contam histórias e interagem com as crianças fazendo perguntas; idosos e estagiários cantam as músicas junto com as crianças e brincam de roda e outras brincadeiras.

Além disso, perguntam seus nomes, onde moram, contam para as crianças suas experiências na época de escola e perguntam-lhes sobre as atividades que desenvolvem nas suas escolas e sobre suas amizades nesse espaço; também perguntam sobre as famílias das crianças. Constroem um ambiente de confiança e amizade enquanto cidadãos plurais, daí a relevância do diálogo e

da amizade entre essas gerações, para desenvolverem uma aprendizagem de respeito e evitar a discriminação entre gerações.

O segundo momento representa a comemoração do Dia das Crianças, que a Assistente Social passou a realizar desde 2009, com os idosos do curso na UnATI/UERJ. Nessa oportunidade, idosos e crianças também desenvolvem atividades educativas e recreativas acompanhados dos componentes da equipe do curso. Os idosos mostram-se interessados em saber: – O que vamos fazer, junto com as crianças? Esclarecemos sobre a recepção às crianças e à equipe do Centro Social e demais atividades na sala.

Os idosos criam brincadeiras e histórias que costumavam fazer e ouvir na infância, segundo nossas orientações, e, assim, construímos juntas atividades que eles desenvolverão com os pequenos em sala de aula. Dessa forma, na UnATI, os idosos, as crianças e os jovens estagiários realizam as atividades, incentivados pela educadora do Centro Social. Posteriormente, os idosos contam histórias, que são atentamente ouvidas e desenvolvem brincadeiras que escolheram. Essas atividades em que as diversas gerações interagem, criam laços de amizade recíprocos.

Assim, os mais velhos avaliam a sua participação nas atividades com as os mais novos do Centro Social como:

- Muito boa, por que faz a gente voltar ao passado, se sentir criança de novo;

- Eu não tenho netos, pois meu filho ainda não é casado, mas eu fiquei assim pensando como eu brinquei na minha infância;

- Achei muito interessante, inclusive levei essa ati-

vidade pra fazer com os idosos do asilo, lá onde eu sou voluntária;

– Gostei muito, inclusive, depois daquele dia, brinquei com o meu neto e ensinei ele a fazer aquela lanterna que fizemos com as crianças.

Os idosos mostram que na atividade educativa intergeracional resgatam lembranças, aprendem e ensinam, nos diversos espaços da esfera pública que participam. Sobre este aspecto, observamos que, para eles, a lembrança das próprias experiências com seus filhos torna-se importante na revisão da sua trajetória de vida e podem aprimorar a relação com os mesmos. Além disso, a amizade exercitada pelo diálogo tem uma dimensão educativa e política, uma vez que, interagindo, idosos, jovens e crianças passam a compreender o mundo, a partir da opinião que cada um emite.

Além disso, a convivência com as gerações valoriza o conhecimento dos idosos e os qualifica para uma vida com mais respeito e cidadania, conforme mostrado nos depoimentos a seguir:

– Eu achei ótimo. Sempre fui meio seca, mas gostei muito, pois as crianças foram muito receptivas;

– Só entendemos as crianças quando chegamos à terceira idade. Somos adultos-crianças.

Esses depoimentos mostram que aproximar faixas etárias diferentes, possibilitando uma troca de experiência mútua, pode levar à quebra de preconceitos; desenvolver uma aprendizagem

que evite a discriminação dos idosos por parte de jovens e crianças e, conseqüentemente, propiciar o respeito. Ao estimular o respeito, a solidariedade e a amizade, essa experiência também tira os idosos do isolamento social, estimulando a sua expressão na esfera pública.

Concordamos com Lima (2008) quando esclarece que reconhecer a existência de outros sujeitos no entorno da escola, que se engajam em atividades comuns, não apenas mostra uma forma eficaz de “evitar preconceitos como pode diminuir conflitos”. Significa também que

Transferir, a partir do diálogo e da convivência, essa experiência é, sem dúvida alguma, uma oportunidade para a educação recolocar a socialização das novas gerações em patamares que não restrinjam os relacionamentos interpessoais (LIMA, 2008, p. 60-61).

Nesse sentido, a geração dos jovens estagiários, envolve-se com os idosos e em todas as atividades do curso, desde o início do ano letivo, em todas as atividades, especialmente, na atividade educativa com as crianças do Centro Social. Assim, os estagiários ampliam conhecimento e aprimoram a competência profissional, desenvolvendo uma análise crítica sobre a realidade da velhice no Brasil e das políticas sociais para a geração idosa. Essa oportunidade os torna mais comprometidos com a qualidade da sua ação junto aos idosos.

A experiência com os estagiários mostra que, tanto os idosos como os jovens expressam uma quebra de paradigmas sobre suas concepções a respeito do envelhecimento e desenvolvem uma

relação de respeito, solidariedade e amizade na perspectiva política arendtiana. Os estagiários até fortalecem seu compromisso de ampliar a cidadania dessa geração.

4 Comentários finais

O presente artigo não teve a intenção de ser conclusivo, e merece aprofundamentos; mostrou uma atividade educativa em que idosos, interagindo com crianças e jovens estagiários, expressam flexibilidade em aprender e ensinar novos conteúdos; que a reciprocidade e a amizade entre as gerações é possível através do diálogo e da troca de experiências. Expressando-se como atores e autores de novas ações na esfera pública, os idosos constroem e exercitam novas amizades, inclusive na dimensão política arendtiana, podendo juntos, implementar lutas pela garantia de direitos.

O elemento político da amizade pode surgir nas relações entre os idosos e as diversas gerações como ampliação da cidadania de todos. Daí, porque, o programa UnATI constitui um espaço privilegiado de relações e de atividades intergeracionais, considerando que as atividades que os idosos desenvolvem no interior do curso são compartilhadas por professores e estagiários de várias gerações, e funcionam nos espaços de uma universidade, espaço tradicionalmente frequentado por estudantes jovens.

Além disso, a atividade educativa aproxima gerações e desenvolve uma reciprocidade, integrando socialmente os idosos, que incide até mesmo na positiva convivência com os seus filhos e netos. Nesse contexto, a referida atividade ajuda-os a sair do

isolamento e a desmitificar preconceitos, propiciando uma visão crítica, ética e uma participação ativa que fortalece as gerações envolvidas para reivindicarem direitos.

Como as experiências não são lineares, nem mesmo entre a população idosa, a convivência entre as gerações, transmitindo mutuamente diversos saberes e experiências, pode ainda transformar a compreensão dos idosos e das demais gerações sobre os problemas sociais e a forma de enfrentá-los. Assim, a ação educativa entre idosos e crianças, no curso referido, busca promover a amizade e melhor qualificar os sujeitos idosos para uma vida com mais respeito e cidadania.

Além disso, os idosos se colocam como multiplicadores dessa aprendizagem, ao repassarem os novos conhecimentos às demais gerações, na família e na comunidade onde vivem, fortalecendo seus vínculos nas diferentes esferas da vida. Ao se associarem com outras gerações, nessas diversas esferas, os idosos se assumem como cidadãos de todos os direitos, assegurando o seu legítimo espaço na esfera pública. Nesse sentido, a prática educativa entre gerações possibilita uma aprendizagem sedimentada pela troca de conhecimentos e pela amizade, inclusive na perspectiva política arendtiana.

Acreditamos que a amizade exercitada, em sua dimensão política, pode ser uma saída para os impasses dos problemas sociais vivenciados pelos idosos. Daí a importância de estimular o diálogo e as trocas entre as gerações na ação educativa com idosos, para que possam atualizar seus conhecimentos, construir novas amizades, sair do isolamento e melhor exercer o “seu direito a ter direitos”, ou cidadania arendtiana.

Referências

ARENDRT, H. **Homens em tempos sombrios**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 10. ed. 2. reimp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a.

_____. **A dignidade da política**: ensaios e conferências. 3. ed. Tradução Helena Martins et al. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002b.

_____. **O que é política?** Tradução Reinaldo Guarany. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BARROS, M. L. de. **Autoridade & afeto**: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

BAUMAN, Z. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos.

Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BERZINS, M. A. V. da S. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. **Serviço Social & sociedade**, São Paulo, ano XXIV, n. 75, p. 19-33, Trimestral. 2003.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRASIL. Lei n.º 8.842/94 Senado Federal. - Dispõe sobre a **Política Nacional do Idoso**. Brasília: DF, 1994.

_____. Lei Nº 10.741/2003 - Dispõe sobre o **Estatuto do Idoso**. São Paulo: SP Editora Escala, 2003.

CUBA, C. de M. G. B. **Ninguém vive sem amizade!** A importância da amizade política dos idosos colaboradores da UnATI/UERJ. 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)– Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Projeto amizade dos idosos na família e na sociedade**. Rio de Janeiro: UnATI: UERJ, 2009.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e processo de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Edusp: Fapesp, 1999.

EISENBERG, J. Comunidade ou República? Hannah Arendt e as linguagens do pensamento político contemporâneo. In: MORAES, E. J. de; BIGNOTO, N. (org.). **Hannah Arendt**: diálogos, reflexões, memórias. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

GOLDMAN, S. N. **Universidade para Terceira Idade**: uma lição de cidadania. Olinda: Elógica, 2003.

LIMA, L. M. S. M. A escola como espaço de sociabilidade entre jovens e velhos: a cumplicidade do ensinar e do aprender. **Memorialidades**, Ilhéus, n. 9-10, p. 53-88 jan./dez. 2008. .

MOTTA, A. B. da. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

NUNES, A. T. G. L.; CUBA, C. M. G. B. **Projeto idosos colaboradores**. 1. rev. Rio de Janeiro: UNATI: UERJ, 2001.

NOVAES, M. H. **Psicologia da 3ª idade**. Rio de Janeiro: NAU, 1997.

NUNES, A. T. G. L.; PEIXOTO, C. **Perfil dos alunos da Universidade Aberta da Terceira Idade** – UnATI/UERJ. Rio de Janeiro: FSS: UERJ, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, DIESA. **The World Aging Situation**: Strategies and Policies. New York: [s.n.], 1985.

ORTEGA, F. **Genealogia da amizade**. ... São Paulo: Iluminuras, 2002.

SANT'ANNA, M. J. UnATI: a velhice que se aprende na escola, um perfil de seus usuários. In: VERAS, R. P. (org.). **Terceira idade**: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ: UnATI, 1995.

SILVA, E. S. da. **Crianças e relações familiares**: experiência de uma assistente social em um Centro Social. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)– Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008.

SIMÕES, J. A. Provedores e militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

VERAS, R. P. A frugalidade necessária: modelos mais contemporâneos. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 1152-1154, mensal 2004b. Disponível em: <<http://www.scielosp.org>>. Acesso em: 22 jan. 2012.

VIEIRA, C. M. de S. S. Educação e envelhecimento: rompendo as fronteiras e os limites da idade. **Memorialidades**, Ilhéus, n. 9-10, p. 27-51, jan./dez. 2008.



O IDOSO E AS MUDANÇAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO PÓS-MODERNA

Celia Maria de Souza Sanches Vieira

Este artigo enfatiza os aspectos pedagógicos envolvidos no processo curricular da população que vem envelhecendo. O aumento expressivo da faixa etária acima de 60 anos é um fenômeno global que gera importantes repercussões no campo social e econômico. A conquista da longevidade possibilita estratégias significativas no currículo e políticas educacionais para essa clientela da Terceira Idade, ampliando condições coerentes para uma qualidade de vida com dignidade e a inserção de uma cidadania satisfatória.

O texto apresenta a historicidade e a reconstrução da identidade desses cidadãos, ressaltando o aprofundamento de estudos na área do envelhecimento e a qualificação cada vez maior de profissionais em pesquisa, além de maiores esclarecimentos

e fundamentos no processo de envelhecimento. Trata-se de processo que abrange mudanças curriculares na vida do ser humano, especialmente quando articula uma educação diferenciada em comparação com a educação oferecida à juventude, não pelo fator de redução da capacidade dos idosos para aprender, mas pelas condições de natureza emocional, com origem psicossocial.

Essa educação diferenciada, definida como permanente, é entendida como um processo inconcluso, em que são aprendidos e atualizados seus saberes em constante transformação e reformulação, legitimando um perfil de pessoas sadiamente longevas.

A pós-modernidade caracteriza-se como época de grandes transformações curriculares, culturais e históricas, garantindo por meio de conhecimentos diversificados, o rumo para a construção de uma sociedade melhor, possivelmente mais justa.

1 Os Objetivos Curriculares e a Conquista dos Direitos do Idoso

O currículo para a longevidade objetiva instruir a geração de idosos na compreensão de variados conhecimentos, sociais e científicos, significando o projeto pedagógico na mudança curricular, ampliando conceitos e hábitos para o entendimento do processo de um envelhecimento qualificado e a preservação dos direitos fundamentais. Enfim, a educação contínua passou a ser vista não como um sonho de vida, mas como algo natural de uma nova sociedade.

No pós-modernismo a articulação do currículo é abrangente e rica, pois objetiva a exploração de múltiplas analogias, amplian-

do o papel do professor no currículo, criando oportunidades para a reestruturação e legitimação de conhecimentos e abrindo, dessa forma, um leque nas questões de diversificados gêneros culturais; essa dinâmica caracteriza a era do multiculturalismo, enfatizando os conhecimentos culturais mais do que os escolares.

O currículo atual é mutável, sempre em constantes transformações, não existindo norma estabelecida como um ponto referencial. Essa reorganização objetiva a história da centralização de poder no Brasil e no mundo. Aproximadamente há meio século, a questão da descentralização do currículo e da autonomia da gestão da escola tem ocupado um espaço em análises e proposições de políticas educacionais. É interessante enfatizar a escola democrática de qualidade, que se traduz na supressão das desigualdades sociais, legitimando uma qualidade de vida para a cidadania, possibilitando ao cidadão apropriar-se dos conhecimentos básicos e necessários para o exercício da sua função social.

Um exemplo disso pode ser analisado em 1964, com a ditadura, quando a classe trabalhadora, excluída, padece ainda mais no cenário político nacional; é a repressão a tudo e a todos. Participações em sindicatos ou associações, livros ou artigos em jornais e revistas que tivessem temáticas supostamente inspiradas no comunismo eram “motivos” suficientes para demissão.

Em 1967, surge mudança significativa para os idosos, quando é unificado o então Instituto de Aposentadorias e Pensões (IAPS) para o sistema do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), possibilitando pensão aos homens que completassem 65 anos, e às mulheres, aos 60. Em 1977, o Ministério da Previdência e Assistência Social define a Política Social dos Idosos, apresentando programas, como pré-aposentadorias.

Contudo, ao longo das últimas décadas, as condições de vida dos idosos se deterioram violentamente, o que pode ser constatado pela brutal defasagem dos proventos dos aposentados (HADAD, 2001, p.12).

Na sociedade contemporânea, industrial e pós-industrial, cria-se o mito de que, ao aposentar-se, o indivíduo irá usufruir sua vida, os bens e os serviços que a sociedade oferece. Isto gera um grande estímulo para que o trabalhador lute de 30 a 35 anos para a obtenção da “grande aposentadoria”. Na maioria dos casos, a aposentadoria não permite a satisfação das necessidades primárias dos indivíduos. Até a classe média perde um percentual significativo do poder aquisitivo e estrutura social.

Na Constituição de 1988, inicia-se a ampliação dos direitos à população idosa, novas conquistas da aposentadoria, propagando na década de 1990, articulações bastante significativas em tais movimentos sociais. A Lei 8.842/94, sancionada pelo Presidente Itamar Franco, conhecida como a “Política Nacional do Idoso” torna-se mais consistente, incentivando o cidadão maior de 60 anos a lutar pelos seus direitos, possibilitando também aos profissionais específicos instrumentos para obtenção de resultados cada vez mais abrangentes nessa luta pelo reconhecimento dos direitos sociais da pessoa idosa.

O fenômeno da velhice é bastante complexo, e o crescimento quantitativo de idosos vem se estabelecendo em todas as partes do mundo, ocasionando uma preocupação mundial.

No Brasil, o ritmo de crescimento da população idosa tem sido sistemático e consistente. Segundo a Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios - PNAD 2009, o País contava com uma população de cerca de 21 milhões de pessoas de 60 anos ou mais de idade. Com uma taxa de fecundidade abaixo do nível de reposição populacional, combinada ainda com outros fatores, tais como os avanços da tecnologia, especialmente na área da saúde, atualmente o grupo de idosos ocupa um espaço significativo na sociedade brasileira.

A expectativa de vida do ser humano cresceu bastante, demonstrada através do desenvolvimento científico e cultural. O progresso na medicina, a higienização pessoal e alimentar permitiram a existência mais longa e saudável do indivíduo. Porém, com o avanço das tecnologias, começaram a ser geradas barreiras culturais e técnicas, dificultando para o idoso o acesso às novas informações, possibilitando com isso a diminuição dos contatos com o mundo exterior, diminuindo cada vez mais o seu universo social, levando-o à depressão.

As Universidades Abertas representariam, assim, uma maneira muito eficaz e agradável de preparo para o envelhecimento saudável e produtivo, diminuindo bastante os traumas e desencantos... (KACHAR, 2001, p.57).

No pós-modernismo, portanto, a educação legitima as diversidades de experimentos históricos da própria temporalidade que penetram em crises, articulando formas de compreensão efetiva e sofrendo profundas mudanças. São essas mudanças que possibilitarão a construção de uma sociedade melhor e mais justa. Trata-se de valorização universal, de problematização central

do mundo pós-moderno, objetivando o poder da demarcação pela luta, a conquista dos direitos por meio de movimentos sociais que se movem para oferecer suporte e vigor à camada excluída da população.

Na sociedade brasileira, chegar às condições de ser idoso é um privilégio, pois o indivíduo consegue legitimar todas as fases de vida do ser humano, muitas vezes portador de uma aposentadoria insignificante, que o faz se sentir reduzido a um objeto descartável, visto ser considerado um peso para a sociedade.

O sistema capitalista só atribui valor ao indivíduo quando ele está em condições favoráveis de ofertar a força de trabalho; caso contrário, negará o seu mínimo direito, privando-o das oportunidades concretas para sobreviver. A sociedade capitalista foi capaz de desprestigiar e reduzir os velhos à pobreza, sem função social. O cidadão idoso vem enfrentando injustiça nos seus mínimos direitos às oportunidades concretas para sobrevivência; a ordem social deverá possibilitar uma ação de praticidade, para libertação desses oprimidos e excluídos do contexto global.

O fenômeno da velhice é alvo de questionamento problemático, que poderá ser solucionado tecnicamente, com medidas econômicas e assistenciais. Assim, a problemática não está na velhice, porém nos procedimentos cabíveis para tais realizações.

2 O Idoso e as Metodologias nas Mudanças Curriculares

O currículo pode ser considerado como um instrumento pelo qual a sociedade instrui as gerações na compreensão de um

estoque de interpretações do meio em que vive.

O mundo da práxis é um mundo construído, não natural. Assim, o conteúdo do currículo é a construção social (SACRISTÁN, 2000, p.49).

Aprender a pensar não significa apenas decorar os conteúdos, mas observar a sua qualidade e suas implicações, sendo participante da elaboração do seu saber. De tempos em tempos o currículo sofre transformações, adequando-se ao momento histórico.

Uma idéia comum a todas as teorias da aprendizagem humana, sejam associativas ou construtivas, é que aprender implica mudar os conhecimentos e os comportamentos anteriores (POZO, 2002, p.60).

O aumento crescente da democracia, em substituição aos princípios da autoridade tradicional, as descobertas da psicologia, a organização do trabalho, o domínio da tecnologia, todos esses fatores contribuíram para a aceleração da mudança curricular brasileira. Os resultados das alterações históricas e das injustiças sociais inseridas nas diversas formas de exclusão, a devastação do meio ambiente, a violência nas relações entre os povos, os acontecimentos sociais do processo da industrialização, da conquista espacial na década de 1950, foram razões suficientes para que a sociedade optasse por uma construção sistemática de novas experiências escolares.

A Lei 5.692/71, pensada à luz das exigências científicas trazidas dos Estados Unidos, foi imposta na industrialização brasi-

leira, objetivando proporcionar uma educação profissionalizante no antigo ensino de 1º e 2º graus, atualmente ensinosa fundamental e médio, com ênfase para o desenvolvimento das potencialidades e auto-realização, qualificando o educando para o trabalho. Esta educação tecnicista busca mudança de comportamento por meio de treinamento, para que o indivíduo esteja apto a desenvolver certas habilidades, muito conhecidas como técnicas de condicionamento. O professor é um técnico, assessorado por outros técnicos, despejando no alunado conhecimento técnico e objetivo.

A conquista da longevidade constitui-se em razão suficiente para repensar o currículo, transformando-se em objeto capaz de atrair a atenção dos educadores e estudiosos. Essas mudanças exigem conhecimento e estratégia para professores evidenciarem as possibilidades de extensão qualificada da vida. O novo projeto pedagógico favorece conhecimentos em relação à qualidade de vida, avaliando-se também os conhecimentos sob a ótica do bem-estar biopsicossocial, orientando alunos a descobrirem os caminhos da autonomia, no sentido de auto-preservação. A universidade poderá contribuir decisivamente, fortalecendo e incluindo disciplinas para melhorar a qualidade humana em seu processo de longevidade.

O desejo da qualidade de vida depende também das experiências de vida que cada pessoa tem. Os negros, pobres, índios, velhos e mulheres, durante muitos séculos foram maltratados, e suas opiniões eram descartáveis. O mundo social é feito de acordo com os interesses de alguns que têm o poder político e econômico. Na verdade, ninguém conseguia algo se não tivesse o reconhecimento e o olhar generoso daquele que detinha o poder. Nesse sentido, diz Freire:

A educação para a libertação, responsável em face da radicalidade do ser humano, tem como imperativo ético a desocultação da verdade. Ético e político (FREIRE, 2000, p.92).

O professor, no papel de mediador, cria oportunidades para que os discentes obtenham resultados significativos e construtivos. Este conhecimento adquirido possui um fator necessário, considerado algo que representa a verdade estabelecida, sofrendo processo de construção às influências sociais, políticas e culturais. Tudo isso faz parte do currículo, que proporciona construções que exigem participação efetiva dos professores, alunos, família, forças sociais e intelectuais, para que não seja uma mera reprodução de decisões. Embora todos os atores tenham papel importante no processo, o professor é um agente ativo, decisivo, na concretização dos conteúdos e significados dos currículos. Sua prática pedagógica deve sempre enfatizar a participação de sujeitos ativos e não de objetos estáticos.

A cultura reúne tudo, criando ao mesmo tempo distinções por faixas etárias; não é a cultura elitizada dos séculos anteriores, contaminada pelas músicas ou moda de massa do tempo atual, fazendo surgir a discriminação das idades, com músicas de gosto duvidoso, roupas e outros modismos. Alguns idosos têm até verbas para consumo, mas há o medo de serem ridicularizados, maior do que a vontade de comprar, existindo, entretanto, aqueles que não se importam de se expor a nenhuma situação, vivendo cada um os períodos com sua história e seu orgulho.

No mundo ocidental, o envelhecimento é um produto dos tempos da modernidade; o olhar preconceituoso do outro

pelo fato de uma pessoa ter se tornado velha gera o desprestígio, “a inferioridade”, endeusando uma sociedade juvenil, como se este grupo jamais fosse envelhecer, portador da fórmula de rejuvenescimento, conservando sua vida, a pele jovem, o físico acelerativo, a mente extraordinária, negando a velhice. O Campeonato Mundial Máster de natação mostra que idade não deve ser obstáculo na vida de quem participa: idoso com 90 anos obtém título de tetracampeão. No Remo Máster idosos com 80 anos se destacam, colhendo bons resultados. Nas Olimpíadas de 1932, a nadadora brasileira Maria Lenk tornou-se recordista mundial, e até hoje esta atleta é reverenciada pela sua performance naquele evento. Com 92 anos, encontrava-se ainda em atividade, participando de campeonatos em sua categoria, obtendo resultados excelentes, tornando-se grande exemplo para idosos e jovens. Em abril de 2007, sofreu um mal súbito quando treinava no Clube de Regatas do Flamengo; encaminhada para o hospital, não resistiu, falecendo.

É importante ressaltar os benefícios trazidos pelas diversas áreas do saber, lançando um olhar reflexivo para os estudos da gerontologia, que proporciona uma compreensão maior do envelhecimento humano. Esse processo natural, dinâmico, progressivo e irreversível instala-se em cada ser humano, desde o seu nascimento, e o acompanha ao longo da vida, culminando com a morte. A velhice pode ser definida como uma condição temporal, experiência vivida e de saber acumulado.

Fatos importantes da história da civilização, antes das revoluções, ressaltam que a família executava a maioria das funções, amparando os portadores de doenças, crianças e idosos. A família que era extensa, atualmente é formada basicamente pelo

marido, mulher e o mínimo de filhos. Indiretamente, esta família foi atingida pelo processo de industrialização e urbanização, reduzindo a prole, antes numerosa, com muitos filhos, primos, tias e outros. Assim, com todos os problemas de ajustamentos e desajustamentos, dificilmente poderá manter as condições de continuar a arcar sozinha, ou com grande parte, dos pesados encargos de cuidar dos doentes e idosos. Essas tarefas estão sendo repartidas ou transferidas para instituições estaduais ou outros órgãos competentes.

Na medida em que foi surgindo a tecnologia, só especialistas poderiam operá-la. A unidade familiar deixou de praticar este cuidados para entregá-los nas mãos destes profissionais, já que a família tem sua limitação de conduta. As mulheres, que ficavam nos afazeres da casa, modificaram-se, trabalhando para ajudar no sustento da família, cumprindo dupla jornada de trabalho: na casa, com suas tarefas domésticas; no trabalho, com as atividades e responsabilidades profissionais.

3 Desenvolvimento Histórico do Envelhecimento

O envelhecimento é definido não só por formas científicas, mas também por emoções entranhadas no ser humano que percebe a sua chegada lentamente: seu corpo não é mais seu amigo, não obedece mais à sua vontade, começa a desacelerar, surgindo, então, a consciência de não poder fazer, iniciando-se progressivamente etapas, longas no início, a fase de aceitação de que tudo já não é mais como antes. E começam as perdas da faixa etária, anunciando o próprio desaparecimento, a reivindicação à morte,

brotando um medo terrível da solidão, esperando ser amado, acariciado por alguém – este é um forte desejo, no momento.

A vida na sociedade medieval era mais curta; os perigos, menos controláveis; a morte, muitas vezes mais dolorosa; o sentido da culpa e o medo da punição depois da morte, a doutrina oficial. (ELIAS, 2001, p.23).

Os povos medievais temiam a punição de ser condenados ao inferno e presenciar a figura aterrorizante do demônio. Na Europa Medieval, as epidemias, a má nutrição, a falta de higiene e as guerras abreviavam precocemente o ciclo de vida da grande maioria; somente alguns privilegiados prolongavam sua existência, e a expectativa de vida das pessoas não ultrapassava os 25 anos, assim, era necessário ser mais forte do que os outros para sobreviver aos combates.

A cronologia exata do nascimento da velhice não é tecnicamente declarada. O surgimento do enfraquecimento na atividade física é consideravelmente sucessivo e natural nos idosos, porém os lapsos de memória deixam de ser lapsos e tornam-se perturbações. O casal que envelhece junto é mantido apenas pela vontade comum de se proteger da solidão. O idoso é sempre ambivalente, sabe mais, aprende a economizar o tempo, a desperdiçar menos e cada vez mais terá saudade do que fez.

Na pós-modernidade, não existe uma história cômoda da identidade; do nascimento até a velhice, a identidade muda, sofre um processo que poderá ser de sucesso como também de perdas.

Esta não é uma mudança automática, tem o seu tempo de transformação.

A extensão da vida traz novas responsabilidades sociais, culturais e educacionais, proporcionando mudanças sobre o entendimento da condição humana diante do envelhecimento, construindo de forma significativa diversificadas oportunidades institucionais: aposentadoria, educação permanente, habitação, saúde, lazer, são fatores de qualidade para as pessoas idosas.

4 Conclusões Axiológicas para uma Educação Longeva

O ser humano apresenta a historicidade da sua conquista pessoal e social, e das injustiças sociais inseridas nas diversificadas maneiras de exclusão. O grande marco da industrialização obteve de forma essencial a transformação curricular, em que o ser humano busca atualização constante e permanente gerando modificações nessa mesma sociedade como resultado da própria educação conquistada.

Toda a vida do homem se faz em educação e por educação. A civilização material retrata-se na educação, que perpassa toda a sua vida social. Vida é, com efeito, comunicação entre os homens. E comunicar é educar-se. (TEIXEIRA, 2000, p. 111).

A axiologia educacional procura demonstrar a sustentabilidade curricular das aquisições de promoções conquistadas, enfati-

zando uma pedagogia consciente e consistente, com propósito de garantir uma aprendizagem de qualidade que promova o exercício pela cidadania e a construção de saberes culturais no processo de grandes transformações.

Educar é um ato que promove a convivência social, a cidadania e a tomada de consciência política. A educação escolar, além de ensinar o conhecimento científico, deve assumir a incumbência de preparar as pessoas para o exercício da cidadania, entendida como o acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade, e ainda significa o exercício pleno dos direitos e deveres previstos pela Constituição da República.

Para a preservação da qualidade de vida da geração idosa, as instituições envolvidas em promover serviços deverão desempenhar formas cabíveis e flexíveis, que permitirão aos longevos descobertas de caminhos adequados para a legitimação da autonomia, tornando-a mais produtiva e valorizada no processo educativo, considerando que

A meta primordial da educação é criar condições para o fortalecimento do poder individual e a autoformação dos alunos como sujeitos políticos (Giroux; McLaren, apud MOREIRA, 2001, p.139-140).

É importante ressaltar o comprometimento que as Universidades da Terceira Idade têm demonstrado no aprimoramento sociopolítico e cultural do indivíduo, proporcionando adequados meios para um envelhecimento digno, participativo, atuante e prazeroso. Os idosos, diante dos desafios, aumentam a participação gradativa na era da computação, incluindo-a como objeto da

educação continuada. A aquisição de conhecimentos da tecnologia vem apontando um papel importante nesse processo de inclusão, após a superação dos justificados receios de grande parcela dessa população idosa.

O aprender não é mais privilégio de uma só idade. O homem e a mulher preparam-se durante toda a vida, pois são seres que estão sempre em construção, em constante formação, aperfeiçoamento e evolução (SILVA, 2003, p.57).

Para obter aperfeiçoamento e evolução para o processo de envelhecimento ativo, o essencial é que o idoso possa compreender que o momento atual é mais uma etapa de crescimento pessoal, de experiências e interações que desenvolvem novos olhares sobre a vida, sobre si mesmo e o próximo, com autonomia e dignidade.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2ª ed. rev. atual. São Paulo: Moderna, 2001.

BOTH, Agostinho. **Gerontologia**: educação e longevidade. Passo Fundo/RS: Imperial, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação**. Brasil os anos de autoritarismo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos**: seguido de envelhecer e morrer. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**: ensaio. São Paulo: Cortez, 2000.

FRUTUOSO, Dina . **A Terceira Idade na Universidade**: relacionamento entre Gerações no Terceiro Milênio. Rio de Janeiro: Agora, 1999.

GOERGEN, Pedro. **Pós-Modernidade Ética e Educação**. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

GORDILHO, Adriano et al. **Desafios a Serem Enfrentados no Terceiro Milênio pelo setor Saúde na Atenção Integral ao Idoso**. Rio de Janeiro: UERJ/UnATI. 2000.

HADDAD, Eneida. **O Direito à Velhice**: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 2001.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz T. Silva e Guacira Lopes Louro. 5ª .ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

IBGE. Estudo e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica, nº 27, Rio de Janeiro, 2010.

KACHAR, Vitória. **Longevidade**: um novo desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001.

LOMBARDI, José Claudinei (org.) **Globalização, Pós-Modernidade e Educação**. II série. Autores Associados: HISTEDBR; Caçador/SC: Unc. 2001

MAYO, Peter. **Gramsci, Freire e a Educação de Adultos**: possibilidades para uma ação transformadora. Trad. de Carlos Alberto Silveira Netto. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MOREIRA, A. F. Barbosa; SILVA, Tomaz T. da (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. Trad. Maria Aparecida Baptista. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIEVENSTEIN, Claude. **O Nascimento da Velhice**. Tradução de Viviane Ribeiro. São Paulo: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.

PAES, Serafim Paz et al. **Envelhecer com Cidadania**: Quem sabe um dia? Rio de Janeiro: ANG/CBCISS, 2000.

POZO, Juan Ignacio. **Aprendizes e Mestres**: A Nova Cultura da Aprendizagem. Trad. Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SACRISTÄN, J. Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3ª ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

Teixeira, Anísio. **Pequena introdução à Filosofia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, Marlene Dierschnabel et.al. **A Vida na Maturidade**: uma contribuição à educação permanente. Blumenau: Nova Letra, 2003.



O *BULLYING* E O ESTATUTO DO IDOSO: DESAFIO DOS EDUCADORES DE ALUNOS DE TODAS AS IDADES

Wagner Augusto Hundertmarck Pompéo

Este artigo apresenta um estudo bibliográfico que, partindo da origem e conceituação do *bullying*, busca compará-lo aos pressupostos do Estatuto do Idoso e, assim, apresentar indicadores para os procedimentos com alunos de todas as idades.

Devido à mobilização dos mais variados setores sociais em favor do reconhecimento da legitimação de suas diferenças, as instituições de ensino estão se tornando mais conscientes de seu papel estratégico na conscientização pela aceitação das diferenças; ao lado de diferentes espaços sociais, figuram como terreno fértil à construção de uma consciência crítica acerca de assuntos como diversidade e direitos humanos.

Essas instituições detém, nesse sentido, importante papel transformador, devendo levar a todos respostas que, muitas vezes, pela ausência de discussão e debate, ficam restritas a determinados grupos. Empurrões, fofocas, piadas e risos são apenas alguns dos disfarces sob os quais está, nesse ambiente educacional, o que se convencionou chamar de *bullying*, prática remota da qual um dia, por mais distante que seja, todos foram vítimas ou autores.

Quem, independentemente da idade, nunca foi zoadado ou zoadou alguém na escola ou universidade? Em que pese a normalidade e naturalidade com que muitas vezes são analisadas as “brincadeiras”, há de se ter bom senso e reconhecer que, em algumas oportunidades, elas acabam rompendo os diques do aceitável, campeando a uma situação vexatória e humilhante que merece, por reprovável, ser repreendida pelos educadores.

Pérez Gómez (2001) salienta que o corpo docente sempre que postado diante de questões atinentes a mudanças radicais, interligadas a culturas e valores, mostra-se isolado, deslocado, sem iniciativa e com práticas didáticas obsoletas. Por esse motivo é que a problematização do tema se justifica, pois:

[...] parecemos carecer de iniciativa para enfrentar novas exigências porque, afinal de contas, nos encontramos encurralados pela presença imperceptível e pertinaz de uma cultura escolar adaptada a situações pretéritas. A escola impõe lentamente, mas de maneira tenaz, certos modos de conduta, pensamentos e relações próprios de uma instituição que se produz a si mesma, independentemente das mudanças radicais que ocorrem ao redor (PÉREZ GÓMEZ, 2001, p. 11).

Diante dessa realidade acredita-se que, para as instituições de ensino abordarem assuntos que mexam com os conceitos de *bullying* – sua prevenção e erradicação –, se faz necessário estudar a própria “experiência de si”¹ do educador, o que melhor se perfaz quando de sua formação. A identificação de atitudes preconceituosas e ofensivas disfarçadas de *pseudo*-brincadeiras é ferramenta fundamental ao respeito à integridade física e moral dos estudantes de todas as idades.

1 **Bullying: origem, conceito e aspectos jurídicos fundamentais**

Apelidar, zoar, gozar, ofender, humilhar, fazer sofrer, intimidar, discriminar, excluir, ignorar, perseguir, assediar, ameaçar, agredir, quebrar pertences, enfim, são apenas alguns dos comportamentos que, antes comum para muitos, hoje recebe o nome de *bullying*.

Originário da língua inglesa, o termo *bully* significa valentão, é conceito específico e muito bem definido, uma vez que não se deixa confundir com outras formas de violência. Isso se justifica pelo fato de apresentar características próprias, dentre elas, talvez a mais grave, seja a propriedade de causar traumas ao psiquismo de suas vítimas e envolvidos (FANTE, 2005).

Descreve situações onde determinado agente se utiliza,

¹ “Estudar a constituição do sujeito como objeto para si mesmo: a formação de procedimentos pelos quais o sujeito é induzido a observar-se a si mesmo, analisar-se, decifrar-se, reconhecer-se como um domínio do saber possível” (FOUCAULT apud LARROSA, 1994, p. 55).

sem motivo aparente, de práticas e atitudes agressivas com o intuito deliberado de causar sofrimento, angústia e dor a outrem. Mas, afinal, em termos mais diretos, Cleary (2002, p. 3) sinaliza que em geral o *bullying* possui cinco características comuns, das quais se nota:

[...] um comportamento deliberado (premeditado) para ofender e machucar; é repetitivo, frequentemente durante um período de tempo; para os agredidos, é difícil se defender; para os que agridem, é difícil aprender novos comportamentos socialmente aceitos; a pessoa que pratica o *bullying* tem e exerce poder de forma inapropriada sobre a vítima.

Em que pese, portanto, o fato de ser um fenômeno premeditado e injustificado quanto a suas causas, no que se refere às consequências, por mais simples que possa parecer, fica claro e cristalino que suas chagas perduram durante longo tempo junto ao psicológico da vítima que, muitas vezes, passa a ter problemas pedagógicos acentuados.

Baixa autoestima, angústia, síndrome do pânico, falta de vontade de ir à aula, ansiedade de relacionamento interpessoal, mudanças de humor súbitas, choro e dificuldade de concentração são, dentre outras, consequências diretas desse mal que assombra o sistema educacional moderno.

A Constituição Federal (1988), em seu Art. 227, preceitua que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança e ao adolescente, com absoluta

prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

As ações decorrentes do *bullying* acabam por ofender bens juridicamente relevantes, pois resguardados pelo corpo constitucional². Não obstante isso, a própria Declaração dos Direitos Humanos, a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Convenção Internacional de Direitos Humanos – essa última mais conhecida como Pacto de São José da Costa Rica –, por exemplo, afastam, de igual maneira, qualquer espécie de tratamento cruel, desumano ou degradante ao ser humano.

Há, nesse contexto, a possibilidade de, inclusive, falar-se em tutela jurídica penal, uma vez que a conduta hostil pode se revelar como forma de crime contra a honra, lesão corporal, racismo ou, até mesmo, estupro. De igual forma, por força dos artigos 186 e 927 do Código Civil, imperativa a viabilidade de responsabilização civil, ocasião em que serão acionados os genitores, tutores, guardiões ou qualquer outro que esse papel desempenhe.

Com isso, a responsabilidade acerca do tema em comento, sob aspectos jurídicos, se faz solidária, a partir do momento em

² Como tentativa de coibir a proliferação de ações dessa estirpe, o projeto de Lei 228/2010, em tramite no Senado Federal, visa à inclusão junto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/96) de dispositivo que combata intimidações e agressões no ambiente educacional, a fim de que, a partir disso, vigore como verdadeiro instrumento de prevenção e repressão. Na Câmara dos Deputados a história não é diferente, existindo, atualmente, sete projetos em trâmite.

que impõe, concomitantemente, a mais de um agente o dever de proteção à criança e ao adolescente. Isso denuncia, pois, o relevo que, nos últimos tempos, o *bullying*, considerado um dos maiores problemas educacionais do novo século, vem ganhando.

2 O papel dos educadores de todas as idades: conhecer para combater e erradicar

O primeiro passo para contribuir com a melhoria da qualidade de ensino no Brasil é reconhecer que, partidarismos à parte, nossas deficiências são, ainda, plurais. Seja sob o ponto de vista da infraestrutura, seja pela parca remuneração que recebem os educadores, o fato é que, da aurora ao crepúsculo, novos desafios surgiram, dentre eles uma silenciosa e pacata prática discriminatória, a qual se denominou *bullying*.

No mundo globalizado, onde a educação do século XXI já se mostra tão desafiada pela ausência de referências educacionais³, são cada vez mais escassos os momentos de diálogo entre pais e filhos, o que se justifica também pela escalada feminina que, já há algum tempo, revela-a em *status* de igualdade se con-

³ “A narração de que o educador é sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em ‘vasilhas’, em recipientes a serem encheidos pelo educador. Quanto mais vai ‘enchendo’ os recipientes com seus ‘depósitos’, tanto melhor o educador será. Quanto mais se deixem docilmente ‘encher’, tanto melhores educandos serão. Desta maneira a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 2006, p.66, grifo do autor).

frontada com o gênero masculino.

Fomentado por esse sentimento de orfandade, dada à ausência – até mesmo despercebida – de pais e mães, o sistema educacional tem sob sua responsabilidade papel salutar que, se bem analisado, originariamente, não seria seu, o de identificar e coibir ações que extrapolem um mínimo aceitável. Com isso, dentre os inúmeros co-responsáveis pelo combate e erradicação do *bullying*, os educadores são quem, de uma maneira mais direta, estão, através do exercício profissional diário, ligados a essa cruel realidade, de modo que é necessário prepará-los para lidar com essa (não) recente (mas, agora, acentuada) situação.

Isso “principalmente porque não se educa estritamente com o que se sabe, mas fundamentalmente com o que se é” (MARTINS, 2008, p. 1-2). Não há como negar que a “escola é palco para as grandes transformações sociais” (LONGO, 2003, p.127) e, em decorrência disso, revela-se como lócus diferenciado, quando o assunto é o detalhe do problema.

Na busca pela sua identificação entremeio ao cotidiano educacional, Neto (2004, p.36) alerta para o fato de que:

O *bullying* é classificado como direto quando as vítimas são atacadas diretamente, ou indireto, quando as vítimas estão ausentes. São considerados *bullying* direto os apelidos, agressões físicas, ameaças, roubos, ofensas verbais ou expressões ou gestos que geram mal estar aos alvos. São atos utilizados com uma frequência quatro vezes maior entre os meninos. O *bullying* indireto compreende atitudes de indiferença, isolamento, difamação e negação aos desejos, sendo mais adotados pelas meninas.

Entretanto, existem situações distintas, onde se notam participante indiretos.

A forma como reagem ao *bullying* permite classificá-los como auxiliares (participam da agressão), incentivadores (incentivam e estimulam o autor), observadores (só observam ou se afastam) ou defensores (protegem o alvo ou chamam um adulto para interromper) (NETO, 2004, p.52).

A dificuldade vai estampada na sutilidade que determina o que pode ser considerado brincadeira e o que, no caso, denota uma agressão dissimulada.

Nesse sentido, escrevem Oliveira e Votre (2006, p. 175):

[...] a título de ilustração do caráter criativo e imagético do *bullying*, citamos o caso de uma menina, de boca acima do tamanho normal, que é chamada de vaso sanitário; de um garoto orelhudo, chamado de fusquinha de portas abertas; do garoto narigudo, que é o tromba de elefante; do menino portador de olheira funda, que é chamado de morreu; dos garotos com trejeitos afeminados, que são chamados de *pit* bitoca; das meninas com alguns traços masculinos, que são apelidadas de sapata, além dos apelidos clássicos, como Maria João.

O próprio educador, no exercício profissional, deve agir com cautela. Conforme o magistério de Chaves (2006), o professor precisa ter cuidado para que não haja uma inversão de papéis,

tornando-se ele, educador, um agressor inconsciente, entrando em sintonia com os praticantes dessa espécie de violência.

Para tanto, conclui o autor, no sentido de que é necessário

[...] atentar para algumas situações, como: a forma de fazer as correções pedagógicas para não ridicularizar ou rotular alunos; evitar depreciações quanto ao rendimento deles; mostrar preferência por alguns e indiferença a outros (2006, p. 152) [, uma vez que] a crítica injusta é uma das formas de má comunicação, que provoca ressentimento, hostilidade e deterioração de desempenho, seja em que idade for (LOBO, 1997, p.91).

Não resta dúvida que os homens são produtos das circunstâncias e da própria educação. Assim, o educador, independente de sua idade, enquanto modelo imposto aos alunos tem papel fundamental na prevenção e erradicação do *bullying*, podendo atuar no sentido de modificar a relação entre alunos, visando à conscientização e construção de seres homens modificados. Isso vem à tona para demonstrar que o educador não pode parar no tempo, eis que:

[...] é ator no sentido forte do termo, isto é, um sujeito que assume sua prática a partir dos significados que ele mesmo lhe dá, um sujeito que possui conhecimento e um saber-fazer provenientes de sua própria atividade e a partir dos quais ele a estrutura e a orienta (TARDIF, 2002, p.230).

Linhares (2001, p.37) muito bem determina que

[...] o impacto das transformações de nosso tempo obriga a sociedade, e mais especificamente os educadores, a repensarem a escola, a repensarem a sua temporalidade.

Com o surgimento de novos desafios sociais, característicos do mundo globalizado, o próprio educador necessita ser educado, de modo que, diante de novos desafios, aufrira a melhor forma de agir e ensinar (MARX, 1845).

Independe se o professor tenha 25 (vinte e cinco), 35 (trinta e cinco) ou 45 (quarenta e cinco) anos, ou mais, quando não mais, o fato é que, como já salientava Teilhard de Chardin (2000)⁴, o progresso de uma civilização é diretamente proporcional ao aumento de nossa sensibilidade para o outro. Vale dizer que é necessário que nos doemos cada vez mais ao próximo, buscando entender seus problemas.

Noutras palavras, precisamos:

[...] estar atentos para a urgência do tempo e reconhecer que a expansão das vias do saber não obedece mais a lógica vetorial. É necessário pensarmos a educação como um caleidoscópio, e perceber as múltiplas possibilidades que ela pode nos apresentar, os diversos olhares que ela impõe, sem, contudo, submetê-la à tirania do efêmero (MARX, 1845, p. 208).

⁴ O papel do cognitivo e social da sensibilidade,

O *bullying*, ao contrário do que muitos pensam, não é uma invenção dos tempos modernos. Mesmo que antes presente, somente agora é que o tema passou a atrair a atenção de estudiosos de diversos campos das ciências sociais e humanas, passando a ocupar local de destaque em assuntos ligados, principalmente, às áreas da educação, direito e psicologia.

A abordagem do tema por parte dos educadores de todas as idades se faz importante, não sendo dever única e exclusivamente dos pais. Os próprios estabelecimentos de ensino, fulcro no art. 932, inciso IV do Código Civil, podem ser responsabilizados em caso de inércia ou omissão em casos capitulados como *bullying*. Tanto é que dado o progressivo aumento dos casos de *bullying* o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) elaborou e distribuiu uma cartilha informativa sobre o assunto.

Disponibilizada junto a seu sítio oficial na *web*, a mesma evidencia que:

[...] a escola é corresponsável nos casos de *bullying*, pois é lá onde os comportamentos agressivos e transgressores se evidenciam ou se agravam na maioria das vezes. A direção da escola (como autoridade máxima da instituição) deve acionar os pais, os Conselheiros Tutelares, os órgãos de proteção à criança e ao adolescente etc. Caso não o faça poderá ser responsabilizada por omissão. Em situações que envolvam atos infracionais (ou ilícitos) a escola também tem o dever de fazer a ocorrência policial. Dessa forma, os fatos podem ser devidamente apurados pelas autoridades competentes e os culpados responsabilizados. Tais procedimentos evitam a

impunidade e inibem o crescimento da violência e da criminalidade (CARTILHA, 2010, p.12).

Devido a essa imputação objetiva, urge com veemência a necessidade de repensar as práticas escolares, facultando-se sejam tomadas medidas de prevenção, tanto de iniciativa pública como, também, privada. A violência nas escolas tem sido diagnosticada de forma cada vez mais frequente, valendo considerar que por violência entendem-se ações que ofendem tanto a integridade física como a psíquica, pois

[...] o medo, a tensão e a preocupação com sua imagem podem comprometer o desenvolvimento acadêmico, além de aumentar a ansiedade, insegurança e o conceito negativo de si mesmo (FANTE, 2005, p. 201).

Enquanto a violência física é infração que deixa vestígios, facilitando, por isso, sua identificação, a modalidade psíquica, por sua vez, paira as sombras de um agir dissimulado. Independentemente disso, Fante (2005, p. 44) destaca que:

[...] as consequências para as vítimas desse fenômeno são graves e abrangentes, promovendo no âmbito escolar o desinteresse pela escola, o déficit de concentração e aprendizagem, a queda do rendimento, o absentismo e a evasão escolar.

Na mesma linha, Marchesi (2006, p. 82) bem lembra que:

[...] as dificuldades emocionais dos alunos podem alterar suas relações sociais com professores e colegas e dificultar seriamente sua aprendizagem. Entre elas se encontram a percepção da falta de afeto, o isolamento social, a tristeza prolongada, o sentir-se marginalizado e maltratado.

Em decorrência disso, não há dúvidas que pela abrangência conquistada nos últimos tempos, porquanto se trata de problema universal, cujo contexto é mundializado, que o *bullying* figura como pandemia invisível, consistindo em um dos maiores desafios dos educadores no século XXI, independentemente de qual seja a sua idade ou experiência, em termos profissionais.

3 O bullying e o Estatuto do Idoso

Editado por meio da Lei n.º 10.741, de 1º de Outubro de 2003, o Estatuto do Idoso é instrumento legislativo que tem por finalidade regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Uma vez que já abordado por estudo bibliográfico o que pertine ao *bullying*, necessário, agora, compará-lo aos pressupostos trazidos pela promulgação do Estatuto do Idoso, propiciando que, em sede conclusiva, sejam apresentados indicadores para os procedimentos envolvendo alunos de todas as idades.

O sistema de ensino brasileiro é, na atualidade, marcado por grandes diferenças. O mesmo ocorre com o perfil dos estudantes e educadores que, se bem visto, revelam diferentes estere-

ótipos e genótipos. Essa conjuntura de dados varia de região para região⁵, revelando educadores e alunos de todas as idades, todos propensos, por estarem imersos no ambiente estudantil, a serem vítimas ou autores do *bullying*.

O desejo pela escolarização é, hoje em dia, um aspecto que não mais se relaciona apenas com a juventude. Pelo contrário, vem crescendo em meio às pessoas de todas as idades, em especial, entre os idosos, o desejo em retomar os estudos, concluindo, não só o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, como, também, participando de programas oferecidos pelas instituições de ensino superior para pessoas idosas. Já que muitos deles, em suas infâncias, foram por questões econômicas e de sobrevivência, obrigados a trabalhar ao invés de estudar, esse público tem no atual contexto educacional a oportunidade de concluir o que “em idade regular” não pode fazer. A privação que sofreram pode também ser relacionada à falta de escolas que, algumas décadas atrás, era uma realidade.

Esses fatores acabaram por formar verdadeiros “excluídos”. Martins (1997, p. 18), a despeito disso, lembra, com propriedade, que: a exclusão é apenas um momento da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que concretamente se traduz em privação: [...] privação de bem-estar, privação de direito, privação de liberdade, privação de esperança.

Necessário, portanto, que sejam buscados meios de combate e erradicação do *bullying*, que envolvam alunos e educadores de todas as idades. Isso por que o

⁵ Nesse termo capitulado não apenas “Estados distintos” como, até mesmo, variações ocorridas dentro de um mesmo Estado, mas consideradas regiões geoeconômicas distintas.

[...] sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma boa conotação da forma histórico-social de estar no mundo de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se ache em permanente processo de tornar-se de modo que, completa, não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança (FREIRE, 2006, p. 13).

Enganam-se, pois, aqueles que pensam que os idosos estão a salvo dos efeitos discriminatórios do *bullying*. Prevendo essa forma de discriminação, o Estatuto do Idoso foi cuidadoso ao esclarecer, logo em seu artigo 2º, que:

[...] o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhe, [...], todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Daí a preocupação do legislador ao disciplinar, junto ao Título II, Capítulo II, do Estatuto dos Idosos, os chamados “direitos fundamentais” da terceira idade, donde se aventa no Art. 10 que:

[...] é obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

Adiante, no mesmo título, porém, em Capítulo V, a educação, a cultura, o esporte e o lazer são os que ganham lugar de destaque, já que o Art. 20 explicita que:

[...] o idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Ao falar sobre o acesso do idoso, este capítulo, no seu art. 21 diz que:

[...] o Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

O Estatuto enfoca a preocupação com a acessibilidade do idoso à educação formal, tanto quanto se preocupa com a preparação das diferentes gerações para o convívio com o próprio envelhecimento e com a convivência com a grande parcela da população maior de sessenta anos que integra nossa população. Esta ideia fica clara no artigo 22 que diz:

[...] nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Como forma de estimular a convivência intergeracional

em minimizar os preconceitos e discriminações, o Estatuto também apresenta que

[...] a participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais (ART. 23).

Andrade (1998) escreve que uma das maneiras de se evitar o preconceito é a convivência dos diferentes, a veiculação de programas de rádio e TV, e a disponibilização de material informativo. O Estatuto prevê que

[...] os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento (Art. 24).

Uma outra forma de inserção idoso nos bancos escolares é através dos programas e projetos das universidades; eles trazem esta população para seu interior e provocam uma nova convivência e novos sentimentos por parte de seus integrantes. O artigo 25 do Estatuto deixa bem claro o apoio a essas iniciativas, dizendo:

[...] o Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão

editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

A discriminação na terceira idade é algo, infelizmente, mais corriqueiro do que muitos imaginam. Seus efeitos e consequências desencadeiam ciclos depressivos, além de patologias de grave combate e controle, a exemplo da hipertensão e da síndrome do pânico. A ausência de interação do idoso com o ambiente em que vive, acaba, também, isolando-o, trazendo, consequentemente, problemas de fala e de audição.

Desta feita, é importante que o idoso, em ambiente escolar, encontre atenção diferencial para, em terreno fértil, buscar o que, a significativo tempo, ficou esquecido. GIOVANETTI (2006, p. 246), a respeito, salienta que:

[...] este direito é aqui entendido não apenas como o do acesso... à escola, mas, também, como propiciador de sua permanência em uma escola que proporcione um processo educativo marcado por sua inclusão efetiva; enfim, o direito a uma educação de qualidade [...].

A escola é mais do que um lugar onde se visa educar. Dayrell (1996, p. 144), compartilha tal raciocínio, destacando os diferentes significados pelos educandos atribuídos ao seu processo educativo, senão vejamos:

[...] o lugar de encontrar e conviver com os amigos; ... onde se aprende a ser 'educado'; ... onde se aumentam os conhecimentos; ... onde se tira um

diploma ... Diferentes significados para um mesmo território, certamente irão influir no comportamento dos alunos, no cotidiano escolar, bem como nas relações que vão privilegiar (grifo do autor).

Assim vista,

[...] a escola se torna um espaço de encontro entre iguais, possibilitando a convivência com a diferença, de uma forma qualitativamente distinta da família e, principalmente do trabalho. Possibilita lidar com a subjetividade, havendo oportunidade para os alunos falarem de si, trocarem ideias, sentimento. Potencialmente, permite a aprendizagem de viver em grupo, lidar com a diferença, com o conflito (DAYRELL, 1996, p.144),

e, mais do que nunca,

[...] assumindo como pressuposto que os conhecimentos que cada aluno traz devem ser valorizados, a atitude do professor também teria mudado, no sentido de que ele estaria aberto a instaurar uma relação mais democrática com o aluno, ainda que sem abdicar de um papel condutor do processo – com autoridade, mas sem autoritarismo.

Portanto, não restam dúvidas da fundamentalidade do Estatuto do Idoso frente as situações de *bullying* envolvendo educadores e educandos de todas as idades, devendo, a cada dia, ser

redobrada a atenção no que concerne a essa moderna pandemia do século XXI.

4 Sugestões para instrumentalizar professores

Necessário se faz repensar, dentro do espaço educacional, formas de instigar os educadores a debater o tema. Somente através do conhecimento profundo do problema encontrar-se-á, a curto, médio ou longo prazo, meios efetivos de modificação de um momento presente desapontador.

Elaborar e implementar oficinas⁶ que abordem as questões de *bullying* nas universidades, em eventos científicos, em instituições educacionais, pode, sem sombra de dúvidas, contribuir para esse primeiro e tão importante passo rumo a erradicação do *bullying* praticado contra alunos de todas as idades.

Proporcionar momentos de aperfeiçoamento e troca de experiências, possibilitando que sejam externadas posições frente às temáticas abordadas nas oficinas é uma medida que poderá

6 As Oficinas se mostram imprescindível a abertura de espaços de discussão entre futuros educadores. Dessa forma, seus participantes apreendem a lidar com problemas, o que para Garcia (1997) é um processo intelectual, pois oferece múltiplas possibilidades de aprendizado por meio do desencadeio de inovadoras questões a serem trabalhadas ao redor do eixo que se propôs explorar. Isso por que “a perspectiva não disciplinar não descarta o conhecimento disciplinar, mas se insurge contra os efeitos de poder produzidos por ele. Principalmente o efeito do poder do especialista científico possuir esse conhecimento e ‘negociá-lo’ dentro de uma economia em que os saberes científicos são qualificados e outros desqualificados” (CORRÊA, 2000, p.124, grifo do autor).

servir para construir subsídios para novas abordagens das questões nos espaços escolares.

Sugere-se isso como uma possibilidade se de evitar que a ignorância, em alguns aspectos, acabe por sacramentar opiniões equivocadas como sendo absolutas e inquestionáveis verdades. Acreditando-se na fundamentalidade da importância de efetivação de ações que busquem viabilizar aos futuros educadores novas bases conceituais, serão oferecidas ferramentas que lhes permitam lidar com as diferenças, em especial com situações que envolvam o *bullying*.

Louro (2003) é esclarecedor ao determinar que, corriqueiramente, os educadores se sentem pouco à vontade quando confrontados com ideias de incerteza, tendo extrema dificuldade ao lidar com tais situações. As situações cotidianas demonstram que professores precisam estar preparados para lidar com as novas perspectivas, de modo que, com o surgimento de novos desafios, o sistema educacional se articule gerando ações que contribuam, de maneira eficaz, para esse enfrentamento que se mostrará não só recomendável como – uma hora ou outra – inevitável.

A mídia, nesse sentido, tem sido utilizada como uma via alternativa, ou seja, como verdadeira ferramenta que tem por finalidade amparar as pretensões da terceira idade, na busca pela real efetivação dos direitos garantidos junto ao sistema jurídico e democrático nacional, minimizando, assim, o antigo pensamento de que o *bullying* estaria ligado apenas a alunos mais jovens.

A mídia é o espelho que reflete o real, o imaginário e o simbólico social, estes padrões de comportamento logo passam a ser considerados pela massa

como uma via alternativa para a conquista de voz e vez no discurso social (ATAYDE, 2000, p. 12)..

A mídia vem efetuando, também, uma significativa aproximação entre a sociedade civil em geral – seus problemas, anseios – e aqueles que foram escolhidos, mediante voto direto, para lhes representar. O papel executado no contexto globalizado é fundamental, porquanto, restaura laços da democracia, levando até os parlamentares as necessidades sociais, tornando mais tênue o abismo que separam da comunidade. Esse distanciamento entre votante e votado, de fato, não é uma consequência natural – ao menos não deve ser considerado com “naturalidade” –, nem mesmo devia ocorrer, pois a democracia, enquanto valor social máximo de uma sociedade pressupõe

[...] um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. [...] A regra fundamental da democracia é a regra da maioria, na qual são consideradas as decisões coletivas (BOBBIO, 1986, p. 18).

Isso vem reforçando a ideia do poder público, por meio de campanhas em nível nacional, de desenvolver um maior enfrentamento do *bullying*. A distribuição de cartilhas, como a produzida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e disponível no sítio *web* <http://www.cnj.jus.br/images/Justica_nas_escolas/cartilha_web.pdf>, é uma medida que deve ser repetida e exaustivamente divulgada, trabalhada e discutida. Assim, estar-se-ia propiciando o

debate nas escolas, onde, inclusive, poderia haver a participação de egressos de diferentes profissões e meios de atuação.

A escola ou universidade, atualmente, precisa, mais do que nunca, estimular a participação em ações com pessoas diferentes (sexo, etnia, idade, religião, cor, etc.), para, dessa forma, desmistificar e fortalecer informações, criando novos conceitos.

5 Considerações finais

As ações a serem articuladas no âmbito das instituições educativas a fim de contribuir para o enfrentamento do *bullying*, exigem educadores preparados para lidar com essas perspectivas. É nesta direção que Tardif (2005, p. 228) afirma que os professores, mais que os demais agentes das instituições educativas, ocupam essencial posição junto a esse ambiente, pois são eles que diuturnamente mediam a cultura e os saberes ali insertos ou, em outras palavras, pelo fato de que “é sobre os ombros deles que repousa no fim das contas, a missão educativa da escola”.

Disso se extrai o potencial transformador do educador para alunos de todas as idades no contexto educacional, mormente no que órbita ao tema idoso, já tão introjetado, mesmo que dissimuladamente, na sociedade contemporânea. Portanto, é indispensável que seja estimulado esse debate não só nas instituições educacionais, mas na sociedade em geral, a fim de que, cada

vez mais, se construam estratégias e concedam subsídios para a ampliação de conhecimentos acerca do tema, bem como a curto ou médio prazo contribua para uma educação que contemple as mais variadas formas de ser, pensar e agir.

Concluimos que é necessário em primeiro lugar instrumentalizar os professores para afrontarem a questão do *bullying* nas Instituições de ensino de todos os níveis, e com alunos de todas as idades. Em segundo lugar é fundamental fazer valer as disposições legislativas, tuteladas por meio da Constituição Federal e do Estatuto do Idoso, sem prejuízo de que, em compasso, sejam responsabilizadas as escolas e responsáveis em âmbito, até mesmo, penal, quando comprovadamente, inertes, a coibir situações vexatórias, discriminatórias e humilhantes, como aquelas aqui tratadas.

Referencias

ATAÍDE, Y. D. B. A educação e a cultura de paz. **Revista da FAEEDA**, Salvador, ano 9, n. 13, p.11-18, jul./dez. 2000.

ANDRADE, C M. Preconceito também se aprende na Escola. **Revista Educação**, Santa Maria, v 5, n. 10, p. 14-37, 1998.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Coleção Pensamento Crítico, nº 63. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Cartilha Bullying**. 1. ed. Brasília, DF: CNJ, 2010. Disponível em: <www.cnj.jus.br/images/Justica_nas_escolas/cartilha_web.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2012.

CHARDIN, T. O papel cognitivo e social da sensibilidade. In: ASSMANN, H.; CHAVES W. M. Fenômeno *bullying* e a educação física escolar. In: ENCONTRO FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 10., 2008, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2006.

CLEARY M. **Bullying information for schools**. New Zealand: New Zealand Police, 2011. Disponível em: <http://www.police.govt.nz/service/yes/nobully/bullying_info.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

DAYRELL, J. **A escola como espaço sócio-cultural**. In: _____ (org.). **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG,1996.

FANTE, C. **Fenômeno bullying**: Como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas: Verus Editora, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado, 24ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2007.

GIOVANETTI, M. A. G. de C. **A formação de educadores de EJA: o legado da Educação Popular**. In: SOARES, L. J. G., GIOVANETTI, M. A. G. de C. e GOMES, N. L.(ORGS.) **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica. 2ª. ed., 2006.

BRASIL. Lei nº. **10.741 - Estatuto do Idoso**. Brasília, DF. 2003.

BRASIL. Lei nº. **10.406. Novo Código Civil Brasileiro**. Brasília, DF. 2002.

LINHARES DA SILVA, M. A urgência do tempo: novas tecnologias e educação contemporânea. In: ____ (org.) **Novas tecnologias: educação e sociedade na era da informática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LOBO, L. **Escola de pais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1997.

LONGO, E. A. G. M. Educar para a liberdade. **Revista Periódica EDUCação – CREUPI**, Espírito Santo do Pinhal, v. 1, n. 1, out. 2003.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade. In: _____ et al (org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MARCHESI, A. **O que será de nós, os maus alunos?**Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MARX, K. **Terceira tese sobre Feurbach**. Obras Escolhidas, São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2011.

MARTINS, L. C. **A dimensão ética no processo de formação universitária**. [Belo Horizonte: UFMG, 200-?]. Disponível em: <http://www.ufmg.br/bioetica/trabalhos/CONTRIBUICOES_A_DIMENSAO_ETICA-LINCOLN_C_MARTINS.doc>. Acesso em: 8 abr. 2011.

NETO, A. L. **Diga não ao bullying**. 5. ed. Rio de Janeiro: ABRÁPIA, 2004.

OLIVEIRA, F. F. de; VOTRE, S. J. **Bullyng** nas aulas de Educação Física. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v.12, n. 2, p.173–197, maio/ago. 2006.

PÉREZ GÓMEZ, A. I. **A cultura escolar na sociedade neoliberal**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional** TRADUÇÃO DE FRANCISCO PEREIRA DE LIMA.. ... Petrópolis: Vozes, 2002.



QUALIDADE DE VIDA NA VELHICE: A APLICABILIDADE DE RECURSOS EDUCACIONAIS E SOCIAIS

Luciane Weber Baia Hees

Carlos Alexandre Hees

Quando dizem que estou demasiadamente
velho para fazer uma coisa, procuro fazê-la
logo em seguida - Pablo Picasso

Nos dias atuais é possível observar o crescimento do número de idosos ativos em nossa sociedade. Segundo dados recentes, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹, o Brasil possui cerca de 21 milhões de pessoas com 60 anos ou mais, o que representa mais de 11% da população brasileira. É a faixa etária da população que mais cresce no Brasil e o país já é considerado

¹ IBGE, 2010

o sexto em número de idosos no mundo. A população idosa, portanto, está aumentando em todo o mundo, e em vários países já ultrapassou 7% do total de habitantes. Em virtude desse processo, muito projetos e estudos estão sendo realizados para identificar as necessidades dessa população.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2008), no ano de 2025 serão 1,2 bilhão de pessoas com 60 anos ou mais e 2 bilhões em 2050. Por volta de dois terços das pessoas idosas vivem em países em desenvolvimento; em 2025, serão 75%. Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta a diminuição das taxas de fecundidade e aumento da expectativa de vida da população brasileira, estimando para os próximos 20 anos que a população idosa poderá exceder 30 milhões de pessoas, quase 13% da população.

Esta mudança no cenário nacional e mundial se deve ao fato de que a ciência e os inúmeros avanços em estudos referentes à saúde e qualidade de vida têm melhorado significativamente. Para Kachar (2001), o perfil do idoso do século XXI mudou; atualmente o idoso é uma pessoa ativa, capaz de produzir, participante do consumo e das mudanças políticas e sociais do País.

Dentro desse contexto, faz-se coerente discutir as contribuições da educação na melhora da qualidade de vida do idoso, favorecendo mais interação social, valorização pessoal e a estimulação cognitiva nesta fase da vida, visando aprendizagem contínua, evitando a estagnação e regressão do conhecimento.

1 Amparo Legal ao Direito e Acesso a Educação

A implementação da Política Nacional do Idoso, definida pela Lei n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994, atribuiu ao Poder Público responsabilidades muito claras quanto à educação. Em seu Capítulo 4º presume: a adequação dos currículos escolares com conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos; a inserção da Gerontologia e da Geriatria como disciplinas curriculares nos cursos superiores; a criação de programas de ensino destinado aos idosos; o apoio à criação de universidade aberta para a terceira idade² (BRASIL,1994). O Art. 208 da Constituição Federal afirma que o dever do Estado, com a educação, será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)(...) V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um (BRASIL, 1988).

Outra lei que é importante citar é a Lei n. 10.741 de 1º de

² Terceira idade é uma etapa da vida de uma pessoa, considerada idosa. A terceira idade varia conforme a cultura e desenvolvimento da sociedade em que vive. Em alguns países o indivíduo é considerado de terceira idade a partir dos 60 anos.

outubro de 2003, sobre o Estatuto do Idoso, onde se pode observar os direitos fundamentais dos idosos:

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. [...]

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. [...] Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003).

O Estatuto do Idoso respalda ainda a elaboração de projetos educacionais voltados a esta parcela da população.

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade (BRASIL, 2003).

A questão metodológica está contida, no mesmo Estatuto,

nos artigos 21 e 22, que preceituam:

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados. [...] § 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna. [...] § 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais. [...] Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (BRASIL, 1988).

O Estatuto tornou os direitos dos idosos mais objetivos, listando-os na seguinte ordem, como direitos inalienáveis¹: ocupação e trabalho; participação na família e na comunidade; acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; acesso à justiça; exercício da sexualidade; acesso à saúde; acesso aos serviços públicos; acesso à moradia; participação na formulação das políticas para o idoso; acesso à informação sobre os serviços à sua disposição.

Na relação acima, observa-se que o acesso à educação e cultura são aspectos básicos de direito do idoso. Mas quais desses benefícios (educação, cultura, interação social), podem efetivar a

sua qualidade de vida, e como esses aspectos podem ser viabilizados? Uma resposta que pode atender a essas preocupações é a de Lima-Costa e Veras (2003, p. 700),

Temos de encontrar os meios para incorporar os idosos em nossa sociedade, mudar conceitos já enraizados e utilizar novas tecnologias, com inovações e sabedoria, a fim de alcançar de forma justa e democrática a equidade na distribuição dos serviços e facilidades para o grupo populacional que mais cresce em nosso país.

A preocupação com a qualidade de vida e da educação de pessoas idosas tem incentivado diversos centros educacionais a desenvolverem programas de extensão e implementação de ações direcionadas para esse segmento da população. É nítida a insuficiência desses programas no tocante a amplitude das necessidades dessa camada social. Além disso, as propostas parecem, além de limitadas, não abranger todas as possibilidades, e apresentam algumas contradições ao propor esses projetos como forma de “inclusão social”, o que de imediato já cria a exclusão do idoso. É necessário oferecer espaços educacionais que ampliem “o exercício da cidadania e façam com que os olhos cansados, mas ainda curiosos, que envelheceram, possam olhar mais longe e mais alto” (TAAM, 2009).

2 Contribuições da Educação na Velhice

Para discutir os benefícios da educação para a qualidade de vida dos idosos, precisamos descrever o quadro histórico do pro-

cesso educacional desse segmento e definir o que consideramos qualidade de vida. Mas a educação para a terceira idade constitui um dos desafios para a sociedade brasileira atual.

A multidimensão da qualidade de vida foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, ao conceituá-la como a percepção do indivíduo de sua posição no contexto da cultura e sistema de valores nos quais vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. A OMS estruturou um instrumento para a verificação da qualidade de vida em seis domínios: físico, psicológico, nível de independência, relações sociais, meio ambiente e espirituais/religião/crenças (OMS, 1998).

A expressão “qualidade de vida”, no sentido pedagógico, refere-se ao ato de criar espaços onde seja possível desenvolver conceitos existentes e adquirir novas práticas que permitam motivar o idoso a considerar novas, ou reestruturar antigas, dimensões relativas à saúde física, mental, social, emocional e espiritual.

O objetivo é que o idoso possa relacionar as novas aprendizagens a valores já existentes, a fim de encontrar uma aprendizagem emancipatória que irá promover a qualidade de vida a que nos referimos. Esta educação que promove o melhoramento da condição de vida na velhice é, portanto, fundamental no contexto atual.

O processo de educação das pessoas idosas da atualidade, quando ainda jovens, ocorreu de uma forma autocrática, passiva, muito voltada para o aspecto disciplinar, sistemática e diretiva. Dentro desse quadro, é possível verificar que a formação educacional dos nossos idosos, além de altamente repressiva, limitava a criatividade, a interação e a participação, comprometendo assim a satisfação de suas necessidades humanas básicas. Este sentimento justifica o pre-

conceito demonstrado por alguns idosos em buscar novas formações educacionais, ou mesmo aprimorar a formação que já tem.

Os idosos edificaram seus conhecimentos diferentes dos conteúdos formais ensinados na escola hoje; todavia, não menos significativos. Eles vão dar significado aos novos conhecimentos quando relacionados aos alcançados durante a vida e assim são um caminho para a construção dos novos conhecimentos, utilizando a mídia internet (RODRIGUES, 2000). Segundo esse autor, a comunicação e a tecnologia podem ser recursos importantes que irão favorecer a aquisição desses novos conhecimentos.

O desenvolvimento cognitivo é resultado do aprendizado do indivíduo, que acontece através de relações com o meio ambiente. Essas relações, sistematizadas ou não, é que estabelecem a construção do conhecimento e reconstrução através das reflexões e das ações. Desta forma, as pessoas que estão na fase da velhice sentem a vida como um movimento constante, onde é preciso trocar, socializar e buscar o equilíbrio natural (PALMA, 2000). A atividade mental pode modificar o comportamento ao envelhecer, assim como o exercício físico prolonga a vida e a saúde. (VERGARA, 1999).

São muitos os benefícios da educação para o idoso. Haddad (1986, p.92) afirma:

A educação deve servir como instrumento para prolongar, até a terceira idade, a intensa socialização que se dá na infância e adolescência. Sendo assim, a educação torna-se necessidade fundamental para que o velho possa viver bem numa sociedade que o ameaça, não por dominá-lo econômica e politicamente, mas por obrigá-lo, sob pena de condená-lo à solidão, a uma permanente atualização face

as abruptas mudanças que lhe são impostas.

A educação pode oferecer ao idoso a oportunidade de redescobrir interesses e habilidades. Esta motivação e novo despertar podem retardar os sintomas da velhice. Barros (1998, p.44) assevera que a velhice pode ter um novo significado proporcionado pela educação e que este pode ser o momento próprio para aprender novas coisas. Segundo a autora,

A educação é ressaltada como necessária para que o indivíduo aproveite as vantagens para a velhice na sociedade contemporânea. [...] Ao dissociarem a velhice na sociedade contemporânea ao dissociar a experiência dos anos vividos da sabedoria, valorizam a ideia de que a educação deve ser uma atividade permanente na vida dos indivíduos, e não somente em sua fase inicial.

3 Características do processo de aprendizagem dos idosos

O processo de ensino e aprendizagem envolve muitos aspectos e é importante saber como acontecem com os idosos para deixá-los mais seguros e confiantes no momento da interação. Não estamos nos referindo a uma escolaridade específica, pois o idoso pode escolher entre completar um ciclo que não foi concluído ou adquirir novos conhecimentos, em diversas áreas. Independente do que for escolhido, algumas variáveis, como alterações físicas e psicológicas, precisam ser identificadas.

Papaléo Netto (2002, p.10) conceitua o envelhecimento da seguinte forma:

O envelhecimento (processo), a velhice (fase da vida) e o velho ou idoso (resultado final) constituem um conjunto cujos componentes estão intimamente relacionados. [...] o envelhecimento é conceituado como um processo dinâmico e progressivo, no qual há modificações morfológicas, funcionais, bioquímicas e psicológicas que determinam perda da capacidade de adaptação do indivíduo ao meio ambiente, ocasionando maior vulnerabilidade e maior incidência de processos patológicos que terminam por levá-lo à morte. [...] Às manifestações somáticas da velhice, que é a última fase do ciclo da vida, as quais são caracterizadas por redução da capacidade funcional, calvície e redução da capacidade de trabalho e da resistência, entre outras, associam-se a perda dos papéis sociais, solidão e perdas psicológicas, motoras e afetivas.

Portanto, esta fase é caracterizada pelo desgaste do processo fisiológico, pela diminuição progressiva de eficiência das funções orgânicas e pelo declínio das capacidades física e mental, assim como o aparecimento de doenças crônicas, provocadas pela herança genética, por estresse oxidativo e pela diminuição do nível hormonal adequado para manutenção do metabolismo.

O envelhecimento, apesar de ser um processo irreversível e natural a todos os seres vivos, apresenta características peculiares para os seres humanos (NUNES, 1999). Ainda segundo Nunes (1999, p.25)

(...) com o envelhecimento ocorrem vários fenô-

menos físicos que variam de indivíduo para indivíduo e portanto é necessário considerar o modo de vida desses indivíduos, sua alimentação, profissão, habitação, etc. Dentre os principais problemas físicos que podem ocorrer freqüentemente nos idosos, mas que os jovens não estão livres, pode-se citar: osteoartrose ou artrose, osteoporose, perda de audição, perda da visão, doenças cardíacas, diminuição da memória imediata e da fixação, entre outras.

Para Beauvoir (1990), o envelhecimento é um fenômeno biológico, que promove também conseqüências psicológicas. Para a autora, os aspectos fisiológicos e psicológicos não podem ser considerados separadamente, pois eles se relacionam fortemente.

A aposentadoria interfere de forma significativa no aspecto psicológico nesta fase da vida. O sentimento de afastamento e solidão, de perda, insegurança e tristeza, se associam aos problemas de saúde, afetando a auto-estima. A aposentadoria tende a levar à redução das atividades da vida o que acarreta problemas de concentração, reação e coordenação. A aposentadoria, algumas vezes, é um fator de desequilíbrio emocional que pode levar o idoso à depressão.

De acordo com Oliveira (1999, p.105)

A primeira crise do idoso é a crise de identidade, quando existe a necessidade de estabelecer novas relações consigo mesmo e com o mundo dos valores. Uma segunda crise é de autonomia quando o fundamental é o estabelecimento de novas relações com os demais, com referência à satisfação das próprias necessidades. Por último, a crise da velhice é uma crise de pertencimento que fundamenta a bus-

ca de novas relações com a sociedade. Constituem desta forma, três condições necessárias para se alcançar a integridade da personalidade da velhice.

Ao se conscientizar dessa realidade, o idoso vê reduzida a sua auto-estima, torna-se apático, desmotivado e acaba se isolando socialmente. Neste cenário, a possibilidade de adquirir novos conhecimentos, de pertencer a novos grupos de estudos, podem se abrir como um leque de soluções para estas questões.

Os aspectos físicos e psicológicos parecem se relacionar de maneira muito mais nítida nesta fase da vida. Portanto, ao criar projetos nas universidades para idosos, um cuidado muito especial deve ser tomado para que a interação emocional seja favorável à aprendizagem. Uma pessoa emocionalmente envolvida, de maneira positiva, com o processo, vai ter muito mais condições de desenvolver-se cognitivamente.

Cognição é o tratamento da informação: a manipulação de símbolos a partir de regras. Este processo ocorre através de dispositivos que representam os símbolos (FIALHO, 2001). Para Rybash (apud FIALHO, 2001), cognição refere-se à coleção de processos que servem para transformar, organizar, selecionar, reter e interpretar informações. Não é intenção deste trabalho discorrer sobre todas as alterações físicas e mentais que ocorrem no processo de vida, mas precisamos rapidamente delinear alguns aspectos para conscientizar que existe a necessidade de quebrar paradigmas ao desenvolver projetos educacionais para idosos, pois existem evidências significativas de declínios relacionados ao envelhecer, sendo que a maioria dos aspectos é relacionada ao processo cognitivo.

A compreensão deste processo interfere diretamente na

construção de um conhecimento, visto que o envelhecimento pode ser acompanhado da diminuição das funções cognitivas. Alguns fatores podem interferir nestas funções, e podem estimular ou promover o declínio. Podemos citar a interferência do ambiente em que o indivíduo vive, o condicionamento físico, a carga de trabalho, doenças, uso ou não de medicamentos, questões emocionais e alimentação. Na velhice, as respostas aos estímulos ficam mais lentas e aumenta a possibilidade de serem incertas. Estes efeitos são observados em tarefas mais complexas. Dificuldades para manter a atenção, guardar e processar informações, interpretar, codificar e compreender determinados discursos (HAYFLICK, 1996). Mas, para muitos idosos, as funções cognitivas permanecem intactas e não sofrem praticamente nenhum comprometimento. Mattos (1999) e Hayflick (1996) afirmam que o desempenho de escrita e leitura permanece inalterado. A capacidade de aprendizagem não é afetada; podemos considerar que é até mesmo facilitada pela associação com conhecimentos prévios.

4 Um breve retrato da realidade

A Fundação Perseu Abramo (FPA), em parceria com o SESC Nacional e o SESC São Paulo, realizou uma pesquisa em abril de 2006 com a população brasileira urbana adulta (16 anos e mais), dividida em dois sub-universos, o da terceira idade (60 anos e mais) e o de jovens e adultos (16 a 59 anos). Nosso foco, no momento, serão os resultados obtidos com os indivíduos da terceira idade na pesquisa denominada “Idosos no Brasil, vivências, desafios e expectativas na terceira idade”.

A amostragem foi estratificada com 2.136 entrevistas com idosos. A dispersão geográfica foi de 204 municípios (pequenos, médios e grandes), distribuídos nas cinco macro-regiões do país (Sudeste, Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste), através da abordagem domiciliar, com aplicação de questionários estruturados, que somaram 155 perguntas dirigidas aos idosos (cerca de 350 variáveis).

Quanto ao aspecto Educação e Formação, é possível observar que: 80% dos idosos não estavam estudando; 18% nunca foram à escola; 22% estavam estudando; 44% gostariam de estudar (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2006). É possível constatar, através desses resultados, que uma porcentagem significativa dos idosos brasileiros tem o desejo de estudar. Ao serem perguntados sobre o que gostariam de fazer, as respostas foram: continuar os estudos, ensino formal (7%); ler e escrever/alfabetização (6%); curso superior (3%); informática/computação (6%); Tricô/ crochê/ bordado (7%); Corte e costura (4%); Culinária (4%); Pintura (3%); Dança (2%); Música – violão, piano, percussão (1%); Serviços de manutenção – elétrica, hidráulica, alvenaria (2%); Mecânico – autos, refrigeração (1%); Marcenaria – Artesanato, trabalhos manuais (1%); Religião (1%); Enfermagem (1%); Outros (6%) (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2006)

Outros dados: 66% sabem ler e escrever; 4% fizeram o Ensino Superior; 58% não têm interesse em usar a internet (idem). Assuntos de maior interesse: 42% - Saúde; 37% - Religião; 30% - Família; 19% - Televisão; 16% - Esporte; 16% - Atualidades; 14% - Economia/ dinheiro; 14% - Jornal da TV; 13% - Política; 13% - Vida doméstica; 9% - Arte/ cultura; 8 % - Trabalho/ emprego; 8% - Meio ambiente; 8% - Culinária; 4% - Ciência (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2006).

Esses resultados podem nos orientar quanto aos cursos e projetos que podem ser desenvolvidos e oferecidos aos idosos. Observar e pesquisar quais as áreas de interesse nesta idade é uma forma de identificar os projetos que irão atender aos anseios e necessidades dos idosos.

Meios como mais aprendem: 65% - Assistindo TV; 30% - Lendo jornais/ revistas; 39% - Conversando com as pessoas; 14% - Lendo livros; 31% - Ouvindo rádio; 7% - Estudando; 2% - Computador/ Internet; 12% - Com as próprias experiências; 4% - Indo à escola; 7% - Com os idosos ou mais velhos; 0% - Com a família; 2% - Com os jovens (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2006).

Sobre essas respostas, pode-se levantar duas hipóteses. A primeira delas é sobre a conceituação de aprendizagem. Será que realmente aprendem mais com a televisão? Ou, já levantando a segunda hipótese, a televisão é o meio que mais eles estão tendo contato? Como a pesquisa foi realizada por uma fundação juntamente com o SESC, não há como identificar o contexto em que o questionamento foi realizado. Obviamente a televisão tem um alto poder de transmissão de informações, fator este que poderia ser explorado também para oferecer cursos ao público dessa faixa etária. Existem alguns cursos que são oferecidos à distância (EAD). Todavia, nos deparamos com o desafio de que muitos idosos têm preconceitos e se sentem inseguros para manusear os equipamentos de informática.

Pelas respostas pode-se observar a influência das questões psicológicas. Com quem eles menos aprendem é com a família (0%). Isto nos remete à questão de se sentirem abandonados pela mesma. Com este sentimento, buscam na televisão (65%), no rádio (31%) e em conversas com terceiros (39%) suprir este vazio que a aposentadoria lhes trouxe.

Espaços e Ações Educacionais

A educação oferecida aos idosos não visa ocupar o tempo ocioso, tampouco divertir ou repetir conhecimentos já vistos no decorrer da vida mas, sim, ajudá-los a manter e estimular os níveis normais de desenvolvimento e a reconstrução da sua identidade. São espaços, no processo de educação permanente, para o idoso voltar a estudar, refletir sobre a sua vida, ampliar suas habilidades, participar de novos objetivos. Promover condições para educação dos idosos é oferecer uma velhice saudável, com qualidade de vida, na qual os idosos poderão ser ativos e vibrantes.

Existem alguns projetos educacionais disponíveis para os idosos. Mas, muita coisa ainda precisa ser feita. Pesquisas como a da Fundação Perseu Abramo citada acima permitem identificar os interesses dos idosos para a criação de novos projetos.

A Gerontologia tem sinalizado aspectos importantes para novas propostas em direção à memória, criatividade, cognição, concentração, e outros programas nas áreas da saúde e educação, no sentido de criar condições para o desenvolvimento e manutenção da autonomia e melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa.

A Universidade Aberta à Terceira Idade tem contribuído de várias formas na vida dos idosos que buscam este espaço; isto tem-se refletido na vida familiar e social (WEBER; CELICH,2007). Alguns desses resultados, segundo Taam (2009, p.44) passam pelo aumento da auto-estima, melhoria da auto-imagem, aumento do nível de autonomia, redução da procura por serviços de saúde, redução do nível de tensão e atrito familiar, ampliação dos conhecimentos e do nível cultural

Os Centros de Convivência para idosos oferecem diver-

dos tipos de atividades. São mecanismos de socialização previstos na Política Nacional do Idoso (Portaria n. 1.395, 1999). Esses centros têm como finalidade proporcionar atividades que possibilitem a socialização, independência e desenvolvimento da criatividade. São importantes no sentido de oferecer inserção no convívio social.

Outros projetos, como as atividades educativas nos asilos e os Encontros Educativos com Idosos também favorecem a socialização, mas devemos estar atentos para que estas atividades tenham objetivos educacionais e não apenas ocupar o tempo inativo.

Projetos Intergeracionais oferecem uma ótima proposta na qual diferentes gerações aprendem juntas através da experiência, do lazer, das trocas existenciais, assistência mútua e através dos processos de reflexão. A necessidade desses programas foi identificada em diversos estudos realizados nos Estados Unidos, e comentadas por Araujo (2010, p. 19):

Um estudo realizado nos Estados Unidos, pela Universidade de Washington, mostrou a importância das relações intergeracionais na prevenção de doenças e na promoção de envelhecimento saudável. Essa pesquisa contou com a participação 2000 voluntários, com idade de 55 anos ou mais, que tinham que acompanhar alunos com dificuldades escolares. Seu trabalho era com no máximo dois alunos em sala de aula realizando o papel de tutor dos mesmos. Esses alunos geralmente tinham problemas de concentração e eram mais lentos que a maioria. Assim, cada tutor orientava seu aluno de acordo com seu ritmo e desenvolvia exercícios para

melhorar seu rendimento. Esse trabalho foi desenvolvido em 22 escolas e atendeu 20 000 jovens. Como resultados, 60% dos estudantes melhoraram seu rendimento escolar especialmente na leitura. Sentiram-se mais confiantes e calmos e os professores conseguiram melhorar o nível das aulas e do aproveitamento grupal. Em relação aos voluntários observou-se através da imagem cerebral melhora nas capacidades psíquicas. De acordo com os resultados, Michelle Carlson, responsável pelo estudo, observou que o envolvimento no trabalho de tutor pode reduzir os riscos de demência. Além disso, mostrou ser uma adequada forma de estimulação cognitiva, psíquica e social aos participantes, bem diferente de outros exercícios para memória. O desafio que esse trabalho alcançou foi a melhora da autoestima dos idosos, acompanhado de um novo sentido de utilidade e de realização pessoal.

“As trocas intergeracionais não devem ser limitadas à família e aos programas e políticas governamentais, mas serem expandidas às instituições privadas e a outras representações da sociedade” (FRANÇA; SOARES, 1997, p. 51). A intenção é que por meio desses cursos sejam disponibilizados espaços de educação permanente para que os idosos possam superar limites impostos pela velhice e viver com mais qualidade de vida.

Embora existam todos esses cursos voltados para os idosos, ainda se torna necessária a sensibilização da sociedade e do governo para olhar a velhice de outra forma. As iniciativas estão se ampliando, mas ainda não são suficientes para atender à demanda.

5 Conclusão

Por muitos anos, o processo de envelhecer significava o fim do caminho da vida, a conclusão dos objetivos, a exclusão de muitas atividades. Mas atualmente, com todos os avanços científicos, este quadro mudou, e novos objetivos são traçados, novos horizontes podem ser alcançados e muitos conhecimentos podem ser adquiridos. Considerando as limitações físicas, psicológicas e sociais dessa faixa etária, criar propostas educacionais direcionadas para diversas áreas, será uma revolução. Se os paradigmas do ensino forem alterados simultaneamente, esta nova etapa da vida pode ser vivida com mais qualidade.

Cabe aos estudiosos e pesquisadores da área incentivar e motivar nossa sociedade a planejar sua velhice, a criar desafios para esta faixa etária através de novos estudos, novas aprendizagens. As instituições de ensino, entre as quais as universidades, precisam romper com seus paradigmas e diminuir a distância que existe com os idosos, oportunizando conhecimentos que alcancem esta camada da sociedade. Debater e pesquisar esses assuntos são vitais; mas se não criarmos planos de ação para acompanhar as mudanças sociais não iremos muito longe. É necessário criarmos espaços e incentivos para que a educação abra novos leques e proporcione mais qualidade de vida para esta camada social que está aumentando significativamente.

Referências

ARAÚJO, E. N. P. **Velhice e Relações intergeracionais**. São Paulo: Revista Portal de Divulgação, 2010 (Paper). Referências adicionais: Brasil/Português; Meio de divulgação: Digital; ISSN/ISBN: 2178-3454.

BARROS, M. M. L. de. **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BEAUVOIR, S. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem Populacional. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice>. Acesso em 14.02.2012.

_____. **Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994**. Brasília, DF, Senado, 1994.

_____. **Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003** - Estatuto do Idoso. Brasília, DF, Senado, 2003.

FIALHO, F. A. P. **Ciências da cognição**. Florianópolis: Insular, 2001 p. 263.

FRANÇA, L.H. e SOARES, N. E. A Importância das Relações Intergeracionais na Quebra de Preconceitos Contra a Velhice In: RELUME DUMARÁ, **Terceira Idade: Desafios para o Terceiro Milênio**. Rio de Janeiro, RJ, 1997.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Pesquisa Idosos no Brasil, vivências, desafios expectativas na 3ª idade Disponível em: <http://www.sescsp.org.br/sesc/hotsites/pesquisaidosos2007/resultado.asp>. Acessado em 10 de fevereiro de 2012.

HADDAD, E. G. M. **A Ideologia da Velhice**. São Paulo: Cortez Editora, 1986.

HAYFLICK, L. **Como e por que envelhecemos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1996.

KACHAR, Vitória. A terceira idade e o computador: Interação e produção num ambiente educacional interdisciplinar. Pós-Graduação em Educação: Currículo. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

Lima-Costa MF, Veras R. **Saúde pública e envelhecimento**. Cad. Saúde Pública. [online]. jun. 2003, vol.19, no.3, p.700-701. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000300001. Acessado em Fev de 2012

MATTOS, P. **Cognição e envelhecimento**: diagnóstico diferencial pelo exame neuropsicológico. Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia Seção Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Frôntis Editorial, 1999.

NUNES, R.C. Metodologia para o ensino de informática para a terceira idade: aplicação no CEFET/SC. 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

OLIVEIRA, Rita de Cássia. **Terceira idade**: do repensar dos limites aos sonhos possíveis. São Paulo: Paulinas, 1999.

OMS. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAUDE. Salud mundial: retos actuales. Recuadro 1.3 El envejecimiento de La población. 1998, p. 20. Disponível em <http://www.who.int/whr/2003/en/Chapter1-es.pdf>. Acessado em Fev de 2012

OMS: Organização Mundial da Saúde - Divisão de Saúde Mental Grupo Whoqol. Versão em Português dos instrumentos de avaliação de qualidade de vida. Genebra, 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/psiq/whoqol84.html>>. Acesso em: 13 jan. 2012.

PALMA, L. T. S. **Educação permanente e qualidade de vida**: Indicativos para uma Velhice Bem-Sucedida. Passo Fundo: UPF, 2000.

PAPALÉO NETTO, M. O estudo da velhice no séc.XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, E. et al.(Orgs.). **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Kroogan, 2002. p. 2-12.

RODRIGUES, N. C. **Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre gerontologia social**. 2.ed. Passo Fundo: UPE, 2000.

TAAM, R. . A Educação Não-Formal do Idoso em Universidades da Terceira Idade e Centros de Convivência (no prelo). In: Margareth Park et al. (Org.). **Educação e Velhice**. Campinas: UNISAL, 2009. pp. 1-13.

VERGARA, R. e FLORESTA, C. **Idosos no Brasil estão cada vez mais ativos**. Folha de São Paulo, São Paulo, 06 ago., 1999.. cad. 2, p. 5.

¹ Do latim inalienabilis, inalienável é aquilo que não se pode alienar, ou seja, cujo domínio não pode ser passado ou transmitido a alguém. O que é inalienável não pode ser vendido nem cedido. Os direitos inalienáveis não podem ser legitimamente negados a uma pessoa.



A (RE) CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE VELHICE NA SOCIEDADE BRASILEIRA: VERDADES E MITOS

Rita de Cássia da Silva Oliveira

Flavia da Silva Oliveira

Paola Andressa Scortegagna

1 Para início de conversa...

Envelhecer é um processo natural que caracteriza todos os seres vivos. Mas o ser humano cultiva o desejo de prolongar cada vez mais a própria existência e, como prerrogativa, busca a manutenção da qualidade de vida. Embora seja um processo natural a todos os seres vivos, quando se trata do envelhecimento humano, assinala Oliveira (1999, p.123) “é um fenômeno global que traz importantes repercussões nos campos social e econômico, espe-

cialmente nos países em desenvolvimento”.

Por se constituir um território continental, o Brasil apresenta muitos contrastes e desigualdades. A realidade do envelhecimento imprime um ritmo acelerado e exige estudos mais rigorosos e respostas mais concretas para as mais diferentes situações, diante do “alerta silencioso e importante da própria população idosa” (OLIVEIRA, 1999, p.123).

Dessa maneira, os temas velhice e envelhecimento estão em grande evidência na sociedade brasileira, que ainda não está preparada para atender a essa demanda. Os discursos sobre o tema são vazios e de pouca praticidade ou consistência científica.

Embora muito se discuta sobre o assunto, percebe-se que segmentos da sociedade ainda se apresentam céticos diante da questão no aspecto e na amplitude em que se apresenta e, não raras vezes, desconsideram os reflexos econômicos e sociais que o envelhecimento populacional acarreta ao país.

Trata-se de questão que não pode ser encarada como fator isolado, sendo importante avaliar os múltiplos aspectos que o envolve, dentre os quais preconceitos fomentados e cristalizados pela sociedade, e cuja reflexão, neste texto, tem o intuito de sensibilizar e dirimir dúvidas, além de despertar nos leitores interesse pelo assunto.

2 Envelhecimento e velhice: um processo inexorável, uma etapa da vida

A velhice é uma realidade incômoda, o que retrata a falta

de equacionamento satisfatório por parte dos idosos e suas necessidades, muitas vezes refletidas pela baixa prioridade que lhe é atribuída. Simone de Beauvoir (1990, p.13), ao descrever a velhice, trata-a como

[...] um fenômeno biológico com consequências que se apresentam através de determinadas condutas consideradas típicas da idade avançada. Modifica a relação do homem no tempo e, portanto, seu relacionamento com o mundo e com sua própria história.

Já Oliveira (1999, p.131), referindo-se à realidade brasileira, afirma:

[...] percebe-se que o envelhecimento populacional do Brasil ocorre em razão de alguns aspectos: aumento da expectativa de vida, diminuição da taxa de fecundidade, atribuída em grande parte aos avanços da medicina, e a busca de oferecer melhores condições de vida à população em termos de moradia, saneamento básico, alimentação, transporte, embora ainda exista muito o que fazer.

As demandas sociais da velhice se avolumam e passam a se constituir em desafios para a sociedade política e civil, em que a luta pela construção de uma sociedade democrática impõe o resgate da dívida social, historicamente acumulada com o segmento da população como um todo, onde idosos se encontram.

Importante salientar que hoje se flagra o fenômeno da fe-

minização da velhice. As mulheres vivem cerca de cinco a sete anos mais que os homens, apresentando a tendência de viverem sozinhas na velhice. A questão do envelhecimento e da velhice, além de possuir uma dimensão cronológica e limitadora, envolve uma somatória de complexos fatores para o seu estudo, dentre eles os aspectos biológicos, sociais, econômicos, culturais e psicológicos. Assim, pode-se ressaltar que...

O ser humano, em sua complexidade, não se reduz ao aspecto físico, mas incorpora a influência da sociedade em que vive, aspectos culturais e psicológicos que, inter-relacionados, constituem o “todo do ser humano” e contribuem cada qual com parcelas importantes no processo de envelhecimento (OLIVEIRA, 1999, p. 61).

A maneira como os idosos são vistos pela sociedade manifesta-se de forma distinta entre os diversos países do mundo.

Os atuais idosos são aqueles que conseguiram sobreviver a condições adversas. Expressam, portanto, uma seleção social e biológica diferenciada. Ao se observar a distribuição espacial da população idosa, percebe-se que esta se concentra nas grandes cidades e nos bairros com maiores facilidades; os que sobrevivem até idades mais avançadas são, em média, menos pobres que o conjunto da sociedade. No entanto, esse quadro tende a mudar (VERAS, 1994, p.52).

Os indivíduos precisam se preparar para a velhice, aceitando o próprio envelhecimento como um processo gradativo e natural, necessário para que tenha uma vida social e afetiva de qualidade, participando ativamente da sociedade a que pertence, pois, como afirma Salgado (1992, p. 8) "a velhice é um tempo de síntese de todas as épocas anteriores do ciclo de vida".

De acordo com a classificação de Moody (1989), podem-se considerar quatro modelos de percepção relacionadas com as pessoas na terceira idade. São, na realidade, quatro concepções ou estágios no âmbito cultural e social com respeito à atitude frente ao tema. O primeiro estágio, denominado repulsão, refere-se às atitudes negativas praticadas na sociedade sobre o envelhecimento. A sociedade capitalista baseia-se na produtividade, visando essencialmente o lucro. Nesse contexto, o idoso é considerado improdutivo e excluído do sistema de produção. Sob esse aspecto, repousa de maneira inconsciente a justificativa para muitos procedimentos inadequados e injustos vitimando os idosos, entre eles, a educação que pouco contempla essa faixa etária por não acreditar em um retorno futuro. Esse modelo atribui à velhice um quadro de incapacidade generalizado, com ênfase no declínio cognitivo.

O segundo estágio refere-se à forma de percepção relacionada com os serviços sociais. Trata-se do entretenimento, mantendo os idosos ocupados pela atividade dentro de uma perspectiva não de produtores, mas, de consumidores dentro da sociedade. Refere-se, portanto, a diferentes maneiras de ocupar os idosos no seu tempo de lazer, através de atividades diversificadas. A atenção dispensada pelo segmento da sociedade que encara a velhice sob esse modelo procura adaptar o ambiente às neces-

sidades e circunstâncias dos idosos para que possam desfrutar o que lhes for oferecido dentro de uma perspectiva consumista. As revistas, por exemplo, passam a ser escritas com letras maiores, visando facilitar a leitura, a locomoção fica facilitada com a gratuidade dos transportes e a integração através da criação de associações específicas para essa faixa etária.

O terceiro estágio refere-se à participação, preparando-os para assumirem novos papéis ativos e desafiando estereótipos que buscam definir negativamente a terceira idade de forma apriorística. A atividade criteriosamente selecionada se converte em condição fundamental para uma vida com êxito. A educação assume papel relevante nesse modelo, como condição para permitir ao idoso viver e acompanhar as constantes evoluções da sociedade, adaptando e participando ativamente desse ritmo acelerado de mudanças. Esse terceiro modelo reforça a participação e integração do idoso na sociedade, repudiando a sua segregação e o seu isolamento.

O quarto estágio é o da autorrealização. A velhice é descrita como um período de crescimento, de criatividade, com avanços respaldados na experiência acumulada ao longo dos anos de vivência do indivíduo. É vista como um período com características próprias quando muitos projetos e atividades, até então não realizados, acenam para a concretização, buscando a satisfação pessoal, o crescimento e as mudanças psicológicas.

Pela valorização da criatividade e crescimento, a deterioração intelectual não é atribuída à idade mais avançada, mas é considerada uma questão de diferenças individuais. Por isso, as atividades e a participação social são aspectos relevantes que possibilitam a melhoria do perfil funcional dos indivíduos dessa fai-

xa populacional.

Esses modelos, brevemente citados, estão presentes na consciência coletiva e podem avaliar intervenções sociais e formas de superar os modelos pré-estabelecidos sobre a velhice. Nestes modelos, flagram-se diferentes concepções da velhice. Considera-se negativo e inadequado o primeiro e, bastante limitado o segundo. O terceiro e o quarto podem se tornar pontos de referência importantes para o estabelecimento de diferentes programas e atividades de intervenção. Considera-se que o quarto estágio é o ideal, e dentro dele devem-se dimensionar as atividades voltadas para essa faixa etária.

A educação emerge como uma alavanca para o fortalecimento da autoestima e da integração dos idosos na sociedade, procurando transpor as limitações e os preconceitos que aprioristicamente são impostos a essa faixa etária.

Infelizmente ainda existe, no discurso da Gerontologia, a referência à velhice como “problema”, “questão social” ou “doença”, reforçando atitudes negativas, estereotipadas e preconceituosas em relação ao idoso e que, na grande maioria, não apresentam fundamentação científica.

O envelhecimento não implica necessariamente em deterioração física e mental, porque varia quanto ao estilo de cada pessoa e da fantasia que cada um atribui à velhice; sendo assim, é importante a criação de um modelo positivo do envelhecimento e a conscientização de que a velhice atinge a todas as pessoas. O envelhecer é um caminho que deve ser construído permanentemente, que deve buscar a superação de dificuldades e conflitos para integrar limites e possibilidades. “Envelhecer implica fazer elaborações sociais partindo de novos dispositivos histórico-so-

ciais na determinação das diferenças” (NOVAES, 1997, p. 24).

3 A dimensão social da velhice

O aspecto social assume um grande significado e relevância no estudo da velhice, especialmente pela ampliação do contingente de idosos, exigindo assim, maior reflexão, estudos, elaboração e implementação de políticas públicas para esse grupo etário diferenciado.

Se a pessoa idosa possui autoestima elevada, cultivando um bom relacionamento consigo mesmo, com a sua família e com a sociedade, a idade não se apresenta como aspecto negativo ou empecilho para a felicidade e nem para o exercício da cidadania, embora se precise considerar, como afirma Oliveira (1999, p. 63), que “a tendência no Brasil é valorizar aquilo que é novo e desprezar o que é velho. A própria educação faz o ‘velho’ se sentir um objeto fora de uso” (grifo nosso).

A sociedade necessita reformular a maneira como a população encara o processo de envelhecimento, no aspecto individual e no coletivo. Precisam ser superadas as barreiras de que ser velho é sinônimo de ser improdutivo, incapaz de aprender, de amar ou que é assexuado. O maior número de anos de vida de uma pessoa não implica na diminuição de qualquer faculdade, ou significa sinônimo de incapacidade ou isolamento; antes, ele pode e deve continuar inserido na sua família e na sociedade, como cidadão atuante e participativo.

A atualidade reclama a quebra de paradigmas negativos atribuídos aprioristicamente à velhice sem fundamentação cien-

tífica. Na medida em que a velhice é considerada uma etapa de decadência, leva a um decréscimo do *status* econômico e, sobretudo, do *status* social, como afirma Bazo (1990).

Os indivíduos se deparam com um grande paradoxo: todos querem viver muito, mas ninguém quer envelhecer. Entretanto, essas duas visões são incompatíveis e inatingíveis, naturalmente. Envelhecer e aceitar a própria velhice, em uma sociedade que apresenta a primazia da juventude, constitui um grande desafio que assume especificidades individuais, mas se impõe à sociedade brasileira como um fenômeno coletivo.

Apesar do envelhecimento se caracterizar como inevitável à natureza humana, portanto, um processo natural, ainda é considerado por muitas pessoas como um processo terminal da vida, estabelecendo-se uma relação linear entre velhice e doença. Certamente, muitas mudanças físicas e a vulnerabilidade do corpo afloram com o passar dos anos, surgindo doenças que refletem o estilo de vida em fases anteriores, diminuindo a flexibilidade e a agilidade física, que podem ser compensadas pela inserção familiar e social conquistada e cultivada pelos idosos, acrescida de experiência e sabedoria resultantes da longevidade.

A preparação para a velhice é uma tarefa revestida de subjetividade com reflexos coletivos, e a aceitação do próprio envelhecimento constitui, sem dúvida, um passo relevante nesse desafio humano. As diferenças também se acentuam de acordo com as diferentes classes sociais. As pessoas com mais condições econômicas aproveitam a aposentadoria para realizar atividades e sonhos que, enquanto trabalhador, não tiveram oportunidade. Com a aposentadoria, uma nova caminhada se inicia, ainda que continue com preocupações para suprir as condições básicas da

própria subsistência. Como afirma Oliveira (1999, p. 66),

[...] toda a experiência da velhice supõe uma dimensão adversa que não se pode negar ou ignorar, mas supõe, ao mesmo tempo, uma dimensão positiva não menos real. São duas dimensões contraditórias de uma mesma vivência: uma situação de crescimento ou de decadência.

4 Reflexão necessária: os preconceitos com relação à velhice

Sobre a questão que envolve a velhice está a autoimagem que muitos idosos elaboram, sendo que alguns são hostis a si próprios, rejeitando a velhice ao não preparar-se para enfrentá-la. Se durante a vida o homem incorporar valores estereotipados e negativos em relação à velhice, esses valores irão nortear a sua afetividade para com esse segmento e para consigo mesmo futuramente, pois não se pode esquecer que esse período da vida – velhice – é peculiar a todos, porque todos são membros potenciais do grupo classificado como idoso.

Possuir uma afetividade positiva em relação à velhice representa, certamente, uma grande possibilidade de encará-la com naturalidade e tranquilidade, alcançando uma convivência mais harmoniosa com outros idosos e consigo mesmo. A ausência de atribuição de qualquer lugar social e reconhecimento, simbólico, dos idosos reforça uma visão de terminalidade e os percursos da temporalização se silenciam, impossibilitando qualquer manifestação de subjetividade.

Negar os estigmas e preconceitos atribuídos aos idosos é tão cruel quanto infantilizar ou tratar o idoso de maneira assistencialista. O passo mais importante é o reconhecimento para que os idosos tenham seu valor e papel acolhidos e respeitados dentro da sociedade.

Para Ulrich (1992, p. 14),

[...] o velho é alguém isolado e discriminado do meio social, sem interesse pela vida e sem ocupação. Só que eles não pregam nem fazem revoluções.

Completa, ainda, identificando como grande problema da sociedade atual a falta de consciência da gravidade do sofrimento pelo qual passa o idoso e também dos recursos para solucionar essa situação.

É difícil determinar o que é velho, em todas as delimitações, uma vez que a velhice é um processo; portanto, ela não se dá de repente, mas, gradativamente; trata-se de um período de muitas mudanças para o indivíduo. A sociedade ainda não definiu papéis para essa parcela da população, com graves problemas e prejuízos de diferentes dimensões, em especial de ordem econômica (FARIAS, 1990).

Do ponto de vista axiológico e social, Mira y Lopez (1981) fazem uma análise interessante sobre o conceito de velhice quando atribuem a ela alguns preconceitos, entre os quais: a lei do tudo ou nada; a desigualdade com que a sociedade considera o jovem e o idoso com relação ao aspecto econômico, e a impotência do idoso para a aprendizagem.

5 **Lei do tudo ou nada para a velhice: aposentadoria é morte social?**

A sociedade é a aplicadora das leis do “tudo ou nada” para a velhice. Essas leis são criadas para e em favor do homem jovem e o de meia idade. Os critérios racionais deixam de ser válidos no momento em que o indivíduo transpõe a fronteira da velhice, quando a sociedade o condena à inatividade, improdutividade e dependência. Paradoxalmente, quando a maioria dos idosos é afastada do seu trabalho, até mesmo compulsoriamente, outros alcançam e ocupam cargos mais elevados na vida privada e pública, sugerindo que o desgaste natural da senescência ou a redução das aptidões exigidas pela produtividade no trabalho atingem apenas parte dos trabalhadores. Como afirma Mosquera (1978), o processo de envelhecimento varia consideravelmente de indivíduo para indivíduo e até mesmo de uma classe social para outra.

O segundo preconceito é a forma desigual com que a sociedade enquadra o velho e o jovem com relação ao aspecto econômico. Existe uma predileção pelo jovem em detrimento do velho, sob a alegação de que a velhice acarreta perdas no aspecto físico e mental, com prejuízos para a produtividade.

Não se pode também negar a existência de diferenças nos desempenhos de variadas faixas etárias e no ritmo empreendido em algumas funções, que podem ser superados pela experiência adquirida com a idade.

O aspecto mais significativo da problemática do adulto velho é a indiferença, o desrespeito e o de-

sinteresse que a velhice desperta em um mundo materializado e voltado unicamente para o lucro (MOSQUERA, 1978, p.171).

A fase laboral e produtiva do indivíduo é marcada pela aposentadoria, com a saída do mercado de trabalho, também associada à velhice e todos os estereótipos negativos a ela atribuídos. Aposentadoria significa, pejorativamente, excluir-se, alienar-se. Em francês é *retraite*, cuja tradução é retiro, isolamento. Em inglês é *retirement*, no sentido de retirada, segregação, isolamento, representando o lado negativo de parar de trabalhar (GUIDI; MOREIRA, 1994). Criada em 1923¹ no Brasil, a aposentadoria foi definida como encerramento da vida funcional de um trabalhador, seja por tempo de serviço, idade ou por motivos de doença ou acidente que gere invalidez, com direito a continuar recebendo seus vencimentos integralmente ou de forma reduzida. Uma contribuição obrigatória do trabalhador, durante todo o período ativo, assegura uma renda vitalícia que deveria garantir a subsistência após a vida funcional.

A definição genérica da velhice, segundo as Ciências Sociais, refere-se à idade da aposentadoria como consequência do declínio biológico acarretado pelo processo de envelhecimento. Assim, pois, aposentadoria tem significado geral de exclusão, de descaracterização, de banimento, de despersonalização. A aposentadoria atinge a todos os trabalhadores, naquilo que cultural e socialmente tem como valor central, o trabalho produtivo e eco-

¹ Lei Elói Chaves, n.º 4.862, de 20 de janeiro de 1923, que determinou a criação de uma caixa de aposentadoria e pensões para os empregados das estradas de ferro do Brasil, ponto de partida para a previdência social brasileira.

nomicamente rentável.

Com a chegada da velhice, a produção e o consumo de- crescem. O idoso explorado a vida toda não é mais capaz de pro- duzir como fazia quando jovem, sendo alijado desse sistema, vi- vendo um *status* marginalizado, inútil, dentro do próprio mundo que ele ajudou a construir (CANOAS, 1985). Caracteriza a morte social, a separação dos amigos do trabalho, dos colegas, de igual ou semelhante atividade. Portanto, a aposentadoria nega aos in- divíduos grande parcela de seu valor social e pessoal, sua história e torna todos engrenagens substituíveis no mundo da produção (FRAIMAN, 1991).

A aposentadoria pode constituir-se num período de em- pobrecimento e até mesmo de miséria, dada à depreciação cons- tante de seu valor e a difícil possibilidade de complementação de renda com outro trabalho remunerado. Ainda que não existam proibições legais ao trabalho do idoso, o fato é que praticamente não existem oportunidades de trabalho, o que redundava no mes- mo efeito (SALGADO, 1991).

Isso se deve ao fato da valorização do jovem no mercado de trabalho, desprestigiando a capacidade, competência e experiên- cia profissional do idoso. A aposentadoria é uma forma de produ- zir a rotatividade no trabalho pela troca de gerações, permitindo aos jovens o acesso a uma atividade remunerada.

Numa sociedade eminentemente capitalista, onde muitos lutam pela sobrevivência, enquanto outros paralelamente lutam pelo poder, os discursos giram em torno de desenvolvimento, tecnologia, bem-estar social, fundamentados na relação capital- -trabalho. Considerando o significado de trabalho como a capa- cidade do homem de transformar a natureza que o capital poten-

cializa para o processo de produção, estabelece-se a forma como os homens são valorizados socialmente e como sobrevivem. Nessa relação, privilegia-se o interesse das classes que dominam política e economicamente.

Por sua vez, atrelados ao capital e trabalho, valoriza-se a produtividade e aqui um dos mitos relativos à velhice surge com vigor: o velho é improdutivo e estereotipado como inútil ao sistema, legitimado como incapaz de desempenhar a função social. Trata-se de situação gerada não apenas pelo tempo ou pelo peso dos anos vividos, mas gerada, sim, nas entranhas da própria sociedade.

A aposentadoria sem uma preparação prévia redundando numa desorientação do idoso, aliada a uma perda de poder aquisitivo, causando grande choque e efeitos prejudiciais generalizados. A aposentadoria é, de imediato, ligada à velhice, gerando um quadro desalentador.

Em uma sociedade que privilegia a produção, *corpus viris* e ágeis, a ideia de idoso como o mais sábio, experiente, detentor de conhecimentos e experiências soa como obsoleta, sendo substituída por uma concepção de velho como inútil e improdutivo, acarretando um problema social. Sabe-se que a força de trabalho está a serviço do lucro da classe dominante. Os idosos, com limitações pela própria idade, são cada vez mais excluídos da participação, do convívio social e da vida econômica ativa do país.

Apesar de tudo, pouco se consideram os aspectos positivos da economia brasileira gerada por esse segmento da população. Em grande parte, os idosos pagaram seus impostos e contribuíram durante grande parte de suas vidas como trabalhadores ativos. Se esse tema fosse estudado em profundidade, sem dúvida os

idosos seriam destituídos do estereótipo de carga para um país. Não existe fundamento científico para comprovar a inutilidade profissional dos idosos e os aspectos negativos que a eles se atribuem: ou são mitos, ou então, evidências insignificantes.

Parece necessário emergir uma nova caracterização da velhice centrada em sua flexibilidade e não em sua rigidez. Com maior liberdade de horários, um maior círculo de relações e a diminuição de obrigações pessoais, a velhice se converte em uma fonte inesgotável de oportunidades ainda não exploradas. Envelhecer deve assumir uma conotação distinta da atual, significando libertação.

Na sociedade industrial, onde a essência repousa na produção, o espaço para os idosos é cada vez mais reduzido pela exclusão compulsória desse segmento do circuito de produção. Mas o aumento da população idosa deverá repercutir no aumento de trabalhadores idosos e, aos poucos, superado o pensamento de que são inferiores quanto à produtividade em relação aos jovens. Para tal fato ocorrer será imprescindível que a produção seja incrementada, que os idosos se requalifiquem e adequem-se às necessidades diferenciadas dessa faixa de trabalhadores e do mercado de trabalho.

O envelhecimento da população fatalmente exigirá que um número maior de idosos sejam empregados e não aposentados precocemente; ao contrário, devem ser persuadidos a permanecer ativos e produtivos por mais tempo. Aos poucos percebe-se o delineamento dessas ideias em diferentes sociedades, à medida que se conscientizam da expansão demográfica da população idosa.

Os efeitos da aposentadoria compulsória sobre os indiví-

duos são assombrosos, provocando dificuldades de diversas ordens. Surge como unânime a necessidade de propiciar ao idoso, um período de preparação e orientação para a aposentadoria, a fim de que essa transição tão significativa aconteça suavemente. A sociedade deprime os idosos, rotulando-os de indivíduos que já produziram. No entanto, a vida de cada um ainda não está completa e não pode ser encerrada pela aposentadoria.

6 O idoso é incapaz de aprender: mito ou verdade?

O terceiro preconceito refere-se à impotência do idoso para a aprendizagem. O ser humano é um constante aprendiz. Pela educação, se forma, informa, transforma a si e ao mundo. A capacidade de aprendizagem não é afetada pela idade, antes é facilitada pela associação com experiências anteriores. Os idosos, conforme afirma Arnhoff (1994) podem aprender tão bem quanto os jovens, pelo acúmulo das experiências e habilidades desenvolvidas.

Uma das principais acusações com relação aos idosos é a falta de atualização, atrelando-os a modelos superados e antiquados. Essa realidade é contestada porque os idosos buscam cada vez mais informações, atualização, inserção e reconhecimento social, para a participação e o exercício pleno da cidadania.

O idoso é capaz tanto de aprender como de se adaptar às novas condições e exigências da vida. Apenas deve ser respeitado o próprio ritmo individual que, muitas vezes, pode evidenciar-se mais lento do que na juventude. Fatores sociais como origem, nível de instrução alcançado e profissão exercem influência signi-

ficativa no desempenho do idoso na aprendizagem, mais do que uma determinação biológica ou de pretensas características de idade (ÂNGULO, 1991).

Para muitas pessoas idosas o que falta é uma técnica de aprendizagem. Por exemplo, para respeitar uma posologia medicamentosa, o médico deverá oferecer um maior número de explicações, expor como e porque, além de ressaltar as consequências que o levariam a uma não observação na tomada do medicamento. Dessa maneira, Ângulo (1991) salienta que a apresentação rápida aos idosos de um material novo a aprender, incomoda mais que aos jovens, porém, a supressão do tempo faz com que essa diferença desapareça. O mesmo autor atribui à insegurança alguma dificuldade de aprendizagem e não à deterioração de qualquer faculdade. Entretanto, os idosos são mais sensíveis a perturbações exteriores como pausas, barulhos, não deixando de considerar o fator saúde que, debilitada, pode ser determinante.

Devido a certa lentidão na corrente dos processos neuropsíquicos, que se acentuam com o avanço dos anos, são necessários outros métodos e um espaço de tempo maior para que possam obter máxima eficiência em novos hábitos. E, respeitado esse tempo, os idosos despontam capazes de adquirir e dominar as novas condições e conhecimentos a eles apresentados. As faculdades intelectuais nada sofrem com o envelhecimento e podem se desenvolver com o passar do tempo, como, por exemplo, o conjunto de conhecimentos, o julgamento prático, a aptidão de dominar situações difíceis e o desembaraço verbal.

Um aspecto marcante é a ansiedade; trata-se da impaciência com que é flagrada a sociedade atualmente. Diante dessa neurose de velocidade, para muitos torna-se incompatível e até

perda de tempo aceitar um ritmo mais lento por parte dos idosos.

A educação constitui um processo em que cada ser humano aprende a se formar, a se informar a fim de transformar-se e transformar o mundo. O homem é um ser inacabado que tende à perfeição; em consequência, a educação se torna um processo contínuo que só termina com a morte. A educação não é apenas conservadora, porque assim aceitaria que a situação atual é ideal; ela traz o germe da mudança, tornando-se por isso o instrumento de realização das utopias (PAIVA, 1985).

Não obstante o declínio biológico, os idosos podem aprender tão bem como os jovens, podendo ser melhores nos aspectos práticos e na execução de tarefas com maior habilidade do que muitos jovens praticam (ARNHOFF, 1990).

7 A mística sobre a incapacidade sexual do idoso

A incapacidade sexual também reforça a lista de preconceitos relacionados ao idoso, e se caracteriza como mais um mito que acompanha a velhice, uma vez que robustez física e vida regrada permitem ao idoso usufruir de sua capacidade sexual até idade bem avançada (STEGLICH, 1992).

Não há razão de ser e nem motivo, devidamente fundamentado, para as chacotas e brincadeiras de que são alvo as pessoas idosas, tendo como tema a sua fictícia incapacidade, a menos que apresente uma saúde precária, debilidade física, excesso de álcool e drogas etc. A repressão sexual acontece através do ridicularizar toda e qualquer relação amorosa entre pessoas mais velhas. O temor da censura e da crítica cria barreiras que dificultam

a possibilidade do encontro. No próprio contexto social onde o idoso é discriminado, passa a se sentir acuado e como consequência, perde a iniciativa e a motivação.

Sobre esse aspecto ressalta Ulrich (1992) que existe a falta de interesse e preocupação da sociedade relativa ao sofrimento do idoso e dos recursos para solucionar essa situação. O mais sério é a própria postura do idoso que acata os limites a ele impostos, aceitando com naturalidade as restrições.

Não se pode deixar de considerar que, após os 60 anos, os parâmetros de beleza, de sedução e de atração não dependem tanto da estética convencional do corpo jovem, mas da química da atração entre os seres humanos que ainda se constitui em um dos grandes mistérios da espécie. Os pares da terceira idade, muitas vezes, têm de enfrentar o constrangimento da família e o menosprezo da opinião pública para namorar, dançar, passear de mãos dadas, trocar carinho em público. Tudo lhe é interdito e reconhecido como loucuras ou “caduquices”. O fato é que a paixão e o amor modificam o corpo e o espírito. O interesse mútuo entre duas pessoas as torna mais saudáveis e, quando se trata de pessoa de mais idade, chega a rejuvenescer (MALDONADO; GOLDIN, 1995).

A noção popular é de que o velho tem pouca ou nenhuma atividade sexual, e esse é um dos fantasmas mais sombrios na mente das pessoas idosas, principalmente as do sexo masculino (GAIARSA, 1989). Com o passar dos anos, há uma modificação da sexualidade que não significa necessariamente declínio, muito menos deterioração. O corpo funciona em outro ritmo e com outras possibilidades. A troca de carinho se incrementa na medida em que diminui a preocupação com a exigência de um grande

desempenho sexual. Segundo Maldonado e Goldin (1995), na questão sexual, socialmente o padrão quantitativo é competitivo, motivo de orgulho dos mais jovens.

Aceita-se como natural que a sexualidade mude com a idade. Com o correr dos anos, o ciclo erótico vai aumentando na duração e profundidade e diminuindo na frequência. As frustrações sexuais ocorrem à medida que os idosos têm uma expectativa de um desempenho sexual igual ao que tinham quando jovens. Essa esperança transforma-se em fracasso e abatimento. A atividade erótica dos idosos reside secretamente em reaprender a arte e o brinqueado das carícias (GAIARSA, 1989). Se o idoso tiver sido inibido sexualmente ao longo da vida, a maldição do preconceito se cumprirá nele.

O problema crítico das pessoas idosas em matéria erótica consiste em ganhar coragem e perder a vergonha. Portanto, a vida sexual transforma-se ao longo de toda a evolução individual e só desaparece com a morte. O ser humano sofre pressões também interiores: muitos homens e mulheres renunciam ao amor e ao sexo por motivos impróprios, em função de repressões antigas. Na medida em que, com a idade, a sexualidade perde parte da sua força até por fatores fisiológicos, a resistência ao sexo passa a ser maior. Quando as resistências são mais fortes do que o impulso erótico, a pessoa bloqueia a sexualidade (MALDONADO; GOLDIN, 1995).

As principais barreiras da sexualidade na velhice são erigidas pela precariedade da filosofia e ideologia ao longo da vida adulta. São puras tolices, segundo Fraiman (1991), resultante de uma sociedade opressiva, que se afastou das necessidades mais prementes dos seres humanos, como comer e morar, ocasionan-

do que o sonho e o romance sejam qualificados de pueris e indesejáveis. A maior barreira sexual é, em qualquer idade, a mordada que se coloca na voz do coração.

O preconceito varia de intensidade conforme a classe social. Entre os muitos pobres, a união entre pessoas mais velhas ou entre essas e mais novas é facilmente aceita; ao contrário, nas classes mais altas esse preconceito é mais acentuado, apresentando-se proporcional ao montante da herança que se teme perder ou repartir.

Casais sadios podem manter relações sexuais regulares até cerca de 80 anos de idade, mas, para isso acontecer, exige-se toda uma vida anterior satisfatoriamente controlada e uma saúde quase perfeita. Pessoas sadias de 60 e 70 anos ainda podem praticar sua sexualidade de modo regular. Porém, uma advertência: segundo Steglich (1992), se faz necessário, para os homens idosos, cuidados especiais se estiveram muito tempo sem atividades sexuais e retornarem a elas, pois os colapsos não são raros. Não se atribui à idade a causa dos colapsos, mas, à retomada depois de muito tempo de uma atividade interrompida. A capacidade sexual dos idosos também pode adquirir práticas diferentes como o retorno à masturbação. A prática sexual da masturbação é considerada frequente no sétimo decênio da vida, segundo Geist (1977), e é mais rara nos decênios anteriores.

Se a capacidade sexual da pessoa idosa for prejudicada mais cedo na vida, certamente se deve a uma saúde precária, debilidade física, excesso do uso de álcool ou de drogas, no período enquanto adulto jovem. A história prévia de um indivíduo é fundamental para o que lhe irá acontecer na velhice, o que confirma a aceção de a incapacidade sexual em idosos não passa de mito.

É importante sublinhar o valor positivo de uma ativida-

de erótica na velhice. Como afirma Gaiarsa (1989, p. 56) “o jogo erótico é uma alta expressão da vitalidade e desistir do erótico é verdadeiramente desistir de viver.” Complementando, Fraiman (1991) alerta que o silêncio com que se trata a sexualidade do idoso só tem a função de negá-lo enquanto pessoa e afirmá-lo enquanto doença e degradação.

8 Reflexões finais... Ou um recomeço?

Juntamente com esses preconceitos, existem também alguns estereótipos atribuídos aos idosos, resultado de uma construção cultural sustentada, em grande parte, pela população jovem. A sociedade brasileira, atualmente, apresenta grande tendência em preconizar, através da mídia, das academias, cirurgias, drogas, o culto à juventude, fortalecendo a ideia de que uma velhice feliz consistirá em permanecer jovem. No Brasil, as pessoas idosas são tratadas como se fossem lixo atômico, e os mais jovens estão sendo condicionados, pela massificação de seus hábitos e costumes, a crer que somente o novo é belo (MARDEGAN, 1993). Porém, essa tendência é ilusória e negativa, à medida que leva muitos idosos a valorizarem excessivamente a juventude que possuíram, vivendo do passado, gerando uma incapacidade de considerar e reconhecer o valor na própria velhice que hoje possuem.

Criou-se a mística do envelhecimento, que se transmite para a realidade cotidiana das pessoas e, através da qual, despreza-se ou abandona-se tudo aquilo que envelhece. Com isso, o idoso se transforma em pessoa à margem da sociedade e de uma vida que ainda poderia ser repleta de vivências e realizações.

Enquanto se possuir vigor físico deve-se desfrutá-lo para não se lamentar depois que este tiver desaparecido. O curso da vida é regular e uniforme e cada etapa possui uma prescrição: a fragilidade da infância, a audácia da juventude, a responsabilidade da vida adulta e a maturidade da velhice. Cada etapa evolui por si só e deve respeitar seu tempo.

Se o indivíduo procurar viver sua vida tendo sempre como parâmetro a juventude de outrora, certamente possuirá uma velhice repleta de limitações e frustrações. Mardegan (1993) propõe para essa crise vivencial da velhice uma solução que reside em continuar perseguindo os objetivos que nortearam e revestiram de significado a própria vida. Deve-se viver uma vida comprometida, suficientemente justificada, combatendo a ideia de a velhice ser uma paródia de morte. Diante desse quadro, muitos idosos se abatem, distanciando-se e assumindo o rótulo de incompetentes.

Como afirma Gaiarsa (1989), ser velho, portanto, além de um fato, é um conjunto de convenções sociais da pior espécie. Não se sabe o que pesa mais sobre os velhos, se a idade ou a imagem que fazem de si mesmos, movidos pelo modo como são tratados, levados pelas ideias tantas vezes vingativas que orientam o comportamento da maioria frente a eles.

A pressão social atua no sentido de negar a velhice enquanto tal, valorizando a pessoa que consegue disfarçá-la fisicamente (*velhos bem conservados*) e ou psicologicamente (*velhos de espírito jovem*). O velho sábio desapareceu de nossa realidade, permanecendo apenas como um conceito abstrato.

A velhice é um conceito histórico e culturalmente construído; portanto, varia de sociedade para sociedade, em diferentes épocas.

O envelhecimento é determinado pela vida que se viveu. O processo está relacionado com o ajustamento pessoal e social dos anos adultos e também com a forma de vida que se leva já nesse período de existência (STEGLICH, 1992, p. 48).

Portanto, as pessoas envelhecem conforme a própria história de vida, embora com novas configurações. A velhice constitui uma fase da vida do ser humano que deve ser incorporada com naturalidade. Mosquera (1978) considera como aspectos mais significativos da problemática do idoso, a indiferença, o desrespeito e desinteresse, despertados por um mundo materializado, voltado, unicamente, para o lucro.

Na cultura brasileira ser jovem é ter as possibilidades de fazer coisas, enquanto se nega ao idoso, que passa a ser discriminado na medida em que diminui sua plena participação no contexto socioeconômico e, mais restritamente, no familiar, pela própria mudança no desempenho dos papéis sociais. Para muitos idosos, essa mudança é acompanhada de dependência em diversos aspectos, do físico ao psicológico, do social ao econômico.

O próprio contexto social propicia ao idoso uma marginalização castradora e dolorosa. Certamente é um desperdício excluir pessoas perfeitamente sadias da parte produtiva da sociedade e a inatividade forçada é prejudicial para muitas pessoas de idade. Considerando a sua saída do mercado de trabalho como força produtora da sociedade, pela aposentadoria ou mesmo rótulos que lhes são atribuídos, como incapaz e inútil, cabe ao próprio buscar uma reformulação e reestruturação de objetivos e diretrizes para a sua vida, tendo como ponto fundamental o autoconhecimento, a au-

toestima e autoimagem positivas; caso essa busca não ocorra, ele será, inevitavelmente, consumido pelo mito da juventude.

A criatividade e a vontade de viver devem ser conservadas e cultivadas como fonte alimentadora da própria existência. A crise da velhice é inevitável como a da adolescência ou da idade adulta. Entretanto, a questão não é apenas a crise em si, mas, a estrutura individual e a forma de encarar a vida que cada um possui, que irá favorecer a superação dessa crise de maneira positiva, adaptando-se à nova idade, identidade e a nova forma de encarar e ser encarado pela sociedade.

A arte de viver está justamente na renovação constante dos objetivos e expectativas de vida.

A velhice como estigma já não encontra espaço entre nós, a depreciação do idoso deve ser combatida com sabedoria e valorização do seu potencial. O culto à juventude deve coexistir lado a lado com o espaço deixado para os idosos como testemunho do passado (OLIVEIRA, 1998, p.145).

A remodelação de valores e a criação de imagens positivas relacionadas aos idosos competem a todos. Portanto, é um compromisso do ser humano, enquanto idoso em potencial, conscientizar-se dessa problemática e colaborar para a sua reformulação, possibilitando uma reviravolta na relação da cultura brasileira com a velhice, trilhando passos para o reconhecimento social dessa faixa etária, que atualmente não existe.

No contexto atual brasileiro constata-se uma mínima preocupação com a terceira idade nas políti-

cas públicas, evidenciando uma percepção inadequada das necessidades específicas deste segmento populacional. Assim, a política específica para esse segmento etário, embora ainda insuficiente, necessita de uma implementação com urgência para se prevenir uma catástrofe anunciada e constatada pelos dados demográficos da população brasileira, que está envelhecendo e a sociedade não está preparada adequadamente para atender essa demanda (OLIVEIRA, 1998, p. 515).

A questão crucial que hoje serve de alerta e busca adeptos é, justamente, a transformação progressiva do lugar social da velhice, reconhecendo o idoso como sujeito psíquico existente e como agente social, permitindo outra maneira de redimensionamento da inserção dessa faixa etária na ordem da temporalidade, delineando a possibilidade de dimensão do futuro.

O compromisso de todos os indivíduos, independente da idade que possuam, é possibilitar aos idosos uma vida digna, com respeito e qualidade, exercendo plenamente a cidadania e, em um esforço conjunto da sociedade política e civil, resgatar a dívida e demonstrar o reconhecimento social que essa faixa etária merece.

Referências

- ÂNGULO, M. A aprendizagem na terceira idade, sob o ponto de vista geriátrico. **Cadernos da Terceira Idade**, São Paulo, n.5 , p.17-18, 1991.
- ARHNOFF, F. **Concepto di envejecimiento**. Madrid: Morata, 1990.
- BAZO, M. T. **La sociedad anciana**. Madrid: CIS, 1990.
- BEAUVOIR, S. **A velhice**: a realidade incômoda. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- CANOAS, C. **A condição humana do velho**. São Paulo: Cortez, 1985.
- FRAIMAN, A. P. **Coisas da idade**. São Paulo: Hermes, 1991.
- GAIARSA, J. A. **Como enfrentar a velhice**. Campinas: Unicamp, 1989.
- GEIST, H. **Psicología y psicopatología del envejecimiento**. Buenos Aires: Paidós, 1977.
- GUIDI, M.; MOREIRA, M. R. **Rejuvenescer a velhice**. Brasília: UNB, 1994.
- MALDONADO, M.; GOLDIN, A. **Maiores de 40**. São Paulo: Saraiva, 1995.
- MARDEGAN, E. **A idade do lobo**. São Paulo: Mercury, 1993.
- MIRA y LOPES, E. **A arte de envelhecer**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- MOODY, H. R. Philosophical presuppositions of education for old age. **Educational Gerontology**, Barcelona. n. 1, p. 1-16, mensal 1989.
- MOSQUERA, J. **Vida adulta**: personalidade e desenvolvimento. Porto Alegre: Sulina, 1978.
- NOVAES, M. H. **Psicologia da Terceira Idade**: conquistas possíveis e rupturas necessárias. Paulo Frontim: NAU, 1997.

OLIVEIRA, F. **A implementação do Estatuto do Idoso nas áreas de saúde e educação pela Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas)– Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2006.

OLIVEIRA, R. C. **A Universidade Aberta para a Terceira Idade na Universidade Estadual de Ponta Grossa.** 1998. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências da Educação)– Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 1998.

_____. **Terceira idade: do repensar dos limites aos sonhos possíveis.** São Paulo: Paulinas, 1999.

OLIVEIRA, R. C.; SCORTEGAGNA, P. A.; OLIVEIRA, F. S. **Envelhecimento e velhice: teorias, demografia e política.** Curitiba: CRV, 2011.

PAIVA, V. **Educação permanente e capitalismo tardio.** São Paulo: Cortez, 1985.

SALGADO, M. **Velhice, uma nova questão social.** São Paulo: Sesc, 1991.

VERAS, R. **País jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume: Dumará, 1994.

STEGLICH, L. **Crises normais na vida adulta.** Passo Fundo: UFP, 1992.

ULRICH, M. A. **Idosos.** Porto Alegre: Mundo Jovem, 1992.



NÃO SEI LER, LOGO, NÃO POSSO USAR O COMPUTADOR? ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DIGITAL NO CONTEXTO DA EJA

Lívia Andrade Coelho
Maria Helena Silveira Bonilla

1 Ponto de partida

Convencionalmente, tem-se a ideia de que é preciso saber ler e escrever para utilizar o computador, não só para acessar a internet, mas outros diversos aplicativos disponíveis na máquina. No entanto, o comportamento não só de crianças como também de adultos, diante dos computadores, tem suscitado a discussão acerca do nível de usabilidade dessas tecnologias por pessoas que ainda não estão completamente alfabetizadas, ou estão em processo de alfabetização. É necessário estar convencionalmente al-

fabetizado para usar o computador?

Essas questões brotaram da pesquisa realizada no Mestrado em Educação, no período compreendido entre 2009/2010, em uma classe de alfabetização de pessoas jovens e adultas, num colégio no município de Salvador, Bahia, tendo como objeto de estudo as tecnologias digitais no processo de alfabetização de pessoas jovens e adultas.

A abordagem metodológica para a coleta de dados se deu a partir de entrevista semiestruturada, grupo focal e observações não participantes no laboratório de informática do colégio. As observações no laboratório se constituíram como o primeiro contato com o grupo. A partir delas decorreu a aproximação, as conversas e as demais ações de coleta dos dados. O grupo focal foi composto por dois grupos, um do gênero masculino e outro feminino, com cinco sujeitos cada um, cujo critério para composição foi o percentual de alunos(as) encontrados(as) em cada faixa etária. Por exemplo, 29% das alunas da turma tinham entre 18-28 anos de idade; significou que 29% dos sujeitos que compôs o grupo de mulheres estão nessa faixa etária e assim sucessivamente. O objetivo da delimitação a partir desse critério foi compor um grupo heterogêneo e representativo da turma, partindo do pressuposto de que a apropriação e a significação das tecnologias digitais na vida das pessoas diferem em razão da faixa etária de vida em que se encontram. A amostra com essa composição levou em consideração também a paridade de gênero, pressupondo que implicações diretas do uso dessas tecnologias possam ser diferentes entre homens e mulheres.

O objetivo desse texto é fazer uma discussão sobre a possibilidade de pessoas que não lêem nem escrevem convencional-

mente ou estão em processo de alfabetização, se apropriar dos ambientes digitais, tendo em vista que a alfabetização digital vem se destacando enquanto demanda de uma sociedade cada dia mais tecnologicizada em todos os seus setores e a escola, frente a essa demanda, vem sofrendo severas críticas e reflexões acerca das suas funções e postura diante dessa situação.

Discutiremos a importância de promover não só a alfabetização digital como o letramento digital, na perspectiva de uma educação para toda a vida, de forma contextualizada e comprometida com a formação crítica do cidadão, tendo em vista que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vêm se destacando também como elemento estruturante não só das relações econômicas, mas também sociais.

2 Não estar alfabetizado impossibilita o cidadão de utilizar o computador?

Os sujeitos colaboradores da pesquisa revelam a preocupação em aprender a ler e escrever para poder utilizar o computador, ao mesmo tempo em que confidenciam a sua surpresa em ver crianças que, assim como eles, ainda não dominam a língua escrita, contudo utilizam as tecnologias digitais com certa “facilidade”.

Nessa perspectiva, eles nos dizem que: “Tem que aprender a ler primeiro pra avançar mais no computador” (Julia, 50 anos). “Você tem que saber o que você tá lendo para fazer seu trabalho no computador” (Valdeci, 47 anos). “O filho de minha patroa tem 4 anos, não sabe ler, ele bota tudo no computador. Se ele fizer

errado a mãe dele ensina, mexe aqui, mexe ali, ele grava tudo, não esquece de nada” (Roberta, 27 anos). “Nós somos capazes de aprender assim também. Depende da força de vontade, as pessoas vão treinando e vai aprendendo” (Jaurene, 35 anos).

A dinâmica da sociedade e o próprio ritmo das estruturas sociais demandam dos cidadãos posturas, habilidades, competências muito próprias ao contexto tecnológico que vão além do saber ler e escrever. Por exemplo, no livro *Cidade digital: infoinclusão social e tecnologia em rede*, Evandro Guerreiro (2006) relata a vivência de um repórter que queria saber um pouco sobre os usuários de um quiosque para inclusão digital, na cidade de São Paulo, em 2000. Ele se depara com um cidadão navegando na internet sem saber ler e escrever. Essa situação traz alguns fatos importantes que merecem ser destacados, *in totten*, nessa longa citação:

Naquela tarde, o repórter de um grupo jornalístico nacional queria saber o que pensava o usuário do projeto de quiosques para inclusão digital [...] Observando um usuário que usava o quiosque no momento, sugeri ao repórter que perguntasse diretamente a ele, uma vez que eu também gostaria de saber qual a impressão do usuário a respeito do projeto. [...] procurando ser o mais discreto possível, já que o cidadão acessava com muita atenção o conteúdo da tela do computador, dirigiu-se a ele, perguntando-lhe se sabia usar o equipamento. Entusiasmado, com segurança e convicção, disse que sim, que sabia usar [...]. O repórter perguntou em

seguida se ele conseguia navegar na internet. O usuário rapidamente respondeu que havia aprendido com o tempo, que no início havia tido alguma dificuldade, por não saber nada e não ter quem lhe ensinasse, mas que, com a ajuda de outros usuários e um pouco de insistência, acabara aprendendo. [...] Vale ressaltar que, enquanto o usuário mostrava sua habilidade no uso da internet, navegava em um site em língua inglesa para outro no mesmo idioma. [...] O repórter perguntou se ele entendia o que estava escrito naqueles sites em que navegava. Para nosso espanto, o cidadão, com a maior naturalidade, respondeu, com o olhar fixo na tela do quiosque: - Não. Eu não sei ler! [...] Imediatamente estabeleci ali um divisor de águas entre a alfabetização digital e a alfabetização de escrita e leitura. De alguma forma aquele cidadão conseguia significar e representar simbolicamente para si o que ele via na tela do computador. Isto é, na sua realidade concreta, algo fazia sentido em sua mente e em seu ser (GUERREIRO, 2006, p. 180-181).

Causa surpresa e até espanto para algumas pessoas constatar que alguém que convencionalmente não sabe ler nem escrever possa “navegar” na internet. No entanto, o fato de não estar alfabetizado não impossibilita o cidadão de utilizar o computador, tendo em vista que a alfabetização e o letramento, como afirma Soares (2003, p. 43), são “processos distintos de naturezas essencialmente diferentes” sendo que,

A alfabetização – a aquisição da tecnologia da

escrita – não precede nem é pré-requisito para o letramento, isto é, para a participação em práticas sociais de escrita, tanto assim que analfabetos podem ter um certo nível de letramento: não tendo adquirido a tecnologia da escrita, utilizam-se de quem a tem para fazer uso da leitura e da escrita; além disso, na concepção psicogenética de alfabetização que vigora atualmente, a tecnologia da escrita é aprendida não como em concepções anteriores, com textos construídos artificialmente para a aquisição das “técnicas” de leitura e de escrita, mas através de atividades de letramento, isto é, de leitura e produção de textos reais, de práticas sociais de leitura e de escrita.

Essas “práticas sociais de leitura e escrita” podem se tornar um potencial imensurável a ser aproveitado no cotidiano das escolas, no trabalho de alfabetização dessas pessoas, tendo em vista que todos estão imersos (alguns em maior, outros em menor proporção) em um cotidiano impregnado de práticas de leitura e escrita. Nesse sentido, ainda segundo a autora,

[...] um indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto, mas ser, de certa forma, letrado. [...] se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros que lêem para ele [...], esse analfabeto é de certa forma um letrado, por que faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 2001, p.24)

Esses exemplos evidenciados pela autora apontam para a importância e necessidade de partir, nos processos educativos de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita voltados para adultos, de uma clara concepção desses fenômenos e de suas diferentes relações (Soares, 2003). Até porque, as habilidades e práticas sociais de leitura e de escrita vêm passando por um alargamento em suas possibilidades e potencialidades em termos de portadores textuais, em consequência da multiplicidade dessas práticas no cotidiano, principalmente por conta do avanço das tecnologias na contemporaneidade.

Os alunos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), de alguma forma, têm uma ideia de como essas tecnologias funcionam, embora ainda não consigam ter uma noção aproximada da extensão de suas potencialidades e possibilidades. “Eu quero aprender muitas coisas ainda que eu sei que não passa pela minha cabeça, mas eu sei que tem” (João Paulo, 20 anos). Além disso, a forma e o ritmo com que cada um se apropria e se percebe nesse processo é bastante peculiar:

‘Computador não é uma coisa rápida. Se fosse uma coisa rápida que fosse passando ali né, aí dificultaria. O computador dá toda paciência do mundo ali para nós, a gente só pode clicar quando a gente lê tudo, aí a gente vai descendo para ler mais e mais. A dificuldade é a gente mesmo que cria, fica nervoso. A gente tem que parar, raciocinar’ (João Paulo, 20 anos).

Ou seja, o processo de funcionamento do computador pode possibilitar que esse aluno se aproprie da tecnologia em um

ritmo próprio, de acordo com o seu perfil de letramento, na medida em que ele vai conhecendo a dinâmica dos aplicativos, assim como as possibilidades da internet, potencializando com isso o seu processo de alfabetização.

Segundo Warschauer (2006, p. 159), no passado,

[...] o letramento era, sobretudo, baseado em texto. Isso acontecia porque as principais tecnologias de letramento, como a prensa tipográfica, privilegiavam a linguagem escrita em relação a todas as outras formas de *semiosis*, separando, assim, a informação e a representação verbal da informação e da representação iconográfica.

Agora, em outro momento histórico, o leitor da sociedade contemporânea tem diversas possibilidades de produção textual e de leitura potencializadas pelas TIC. Para Chartier (2002, p. 22):

É essa ordem dos discursos que se transforma profundamente com a textualidade eletrônica. É agora um único aparelho, o computador, que faz surgir diante do leitor os diversos tipos de textos tradicionalmente distribuídos entre objetos diferentes.

Todos os textos, sejam eles de qualquer gênero, são lidos na tela não só do computador, mas a partir de outras tecnologias digitais.

Nessa perspectiva, o autor define o texto eletrônico como “uma leitura descontínua, segmentada, fragmentada [...]”

(CHARTIER, 2002, p. 1) e ainda com outras características bastante distintas da cultura do papel. Segundo Goulart (2005, p. 55),

[...] no texto eletrônico as pessoas lidam com temporalidades e espacialidades que estão inscritas na modificação das bases materiais do novo objeto que geram diferentes estratégias de leitura e de diálogos.

Pode inclusive ser compartilhado, fazer links com outros textos, dentre outras possibilidades que emergem do ciberespaço e assim potencializam a construção do conhecimento.

A disposição de formatação do texto nos ambientes digitais, em si, já possibilita infinitas possibilidades de construção de saberes. Segundo Soares (2002, p. 150),

[...] o texto na tela – o hipertexto – é escrito e lido de forma multilinear, multisequencial acionando-se *links* ou nós que vão trazendo telas numa multiplicidade de possibilidades sem que haja uma ordem pré-definida.

O hipertexto é um gênero textual que propicia um modo de leitura não linear e, por isso, acreditamos que esse aluno letrado possa fazer uso das mesmas e, assim, potencializar também seu processo de alfabetização.

Segundo Lévy (1993), na década de 1960, Theodore Nelson inventou o termo hipertexto para exprimir a ideia de leitura/escrita não linear em um sistema de informática.

Ainda segundo LÉVY (1993, p. 29), “tecnicamente” o hipertexto é

[...] um conjunto de nós ligado por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou partes de gráficos, sequências sonoras, documento complexos que podem eles mesmos ser hipertextos. Os itens de informática não são ligados livremente, como em uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. Navegar em um hipertexto significa, portanto desenhar um percurso em uma rede que pode ser tão complicada quanto possível. Por que cada nó pode, por sua vez, conter uma rede inteira.

Isso posto, acreditamos que a apropriação dessas tecnologias, assim como a potencialidade de suas funções e possibilidades, poderá agregar sentido, valor e incentivo ao processo de alfabetização de pessoas jovens e adultas, e promover a inserção desse aluno efetivamente no ciberespaço. Portanto, acompanhando Queiroz (2001), fazemos a crítica ao pressuposto de que é preciso estar alfabetizado para que o cidadão possa usufruir das tecnologias.

O valor atribuído normalmente ao signo linguístico, privilegiando a palavra escrita, desloca-se para interações que surgem dos espaços intermediários gerados por uma linguagem hipertextual. A capacidade de leitura depende da habilidade topográfica do novo leitor, ao deslocar-se pela multiplici-

dade instável, característica da mídia eletrônica e digital. Nesse universo labiríntico perder-se pode ser a melhor forma de se encontrar. Cada um diante das telas eletrônicas da TV ou do computador está exatamente onde está, o que não depende do grau de alfabetização ou da capacidade de decifrar signos linguísticos linearizados.(QUEIROZ, 2001, p. 197-198).

É a partir dessas potencialidades presentes nas tecnologias digitais que acreditamos na possibilidade do aluno da EJA interagir com essas tecnologias e, aos poucos, se apropriar plenamente das suas potencialidades, mesmo estando em processo de alfabetização.

‘Eu achava que o computador era só para quem sabia ler. Agora tem gente que não sabe ler e sabe o que tá fazendo com o computador’ (Roberta, 27 anos).

As imagens, os ícones, os sons – a multimídia - como elementos semânticos e integrantes do contexto digital é o que contribui para esse processo mais complexo de letramento, daí a possibilidade de, mesmo não estando convencionalmente alfabetizado, ele ter condições de fazer uso das tecnologias digitais.

Um modelo digital não é lido ou interpretado como um texto clássico, ele geralmente é explorado de forma interativa [...] o modelo informático é essencialmente plástico, dinâmico, dotado de uma certa

autonomia de ação e reação (LÉVY, 1993, p. 121).

Por isso, é necessário que o professor se aproprie do potencial de letramento que os alunos da EJA trazem, por conta das suas experiências de vida, as quais são também mediadas por práticas sociais de leitura e de escrita e que os mobilizam para o domínio do código da leitura e da escrita:

‘Fazer um bilhete para passar para minha família para saber como é que tá e ela responder de lá e eu de cá. Vou tentar para chegar lá. Como minha sobrinha manda para mim e minha outra sobrinha me chama para vê’ (Sônia, 59 anos); ‘Acessar internet para pesquisar várias coisas que vejo os outros pesquisando, curiosidade’ (Robson, 25 anos).

A partir dessas intencionalidades, o professor pode promover atividades que potencializem não só as condições de letramento, mas oportunizar subsídios contextualizados para o processo de alfabetização.

Nessa perspectiva, Soares (2003) defende a complementaridade e o equilíbrio entre alfabetização e letramento, e chama a atenção para o valor da distinção terminológica:

Porque alfabetização e letramento são conceitos frequentemente confundidos ou sobrepostos, é importante distingui-los, ao mesmo tempo em que é importante também aproximá-los: a distinção é necessária porque a introdução, no campo da educação, do conceito de letramento tem ameaçado peri-

gosamente a especificidade do processo de alfabetização; por outro lado, a aproximação é necessária porque não só o processo de alfabetização, embora distinto e específico, altera-se e reconfigura-se no quadro do conceito de letramento, como também este é dependente daquele (p. 90).

Não se trata aqui de valorizar um em detrimento do outro, mas de destacarmos as possibilidades e características inerentes a cada um deles e, de que formas eles se completam no âmbito dos processos de construção e desenvolvimento das práticas, para a promoção da apropriação da leitura e da escrita. Daí a importância dos ambientes digitais utilizados para tal fim. Nessa perspectiva nos reportamos a Colello (2006, p. 1), quando afirma que

[...] ao lado dos processos cognitivos de elaboração absolutamente pessoal (ninguém aprende pelo outro), há um contexto que, não só fornece informações específicas ao aprendiz, como também motiva, dá sentido e ‘concretude’ ao aprendido, e ainda condiciona suas possibilidades efetivas de aplicação e uso nas situações vividas (grifo da autora).

A postura do professor, nesse processo, é de grande relevância, no sentido de desenvolver atividades contextualizadas, que possam motivar aos alunos, a ponto de se sentirem capazes de se apropriar das tecnologias digitais, mesmo estando em processo de alfabetização, e ainda potencializar essa alfabetização.

‘Às vezes, quando preciso pesquisar, ela (esposa) senta comigo no computador e já me ajuda’ (Val-

deci, 47 anos). ‘Eu tinha medo de pegar no computador, hoje já sento, já faço algumas letras, palavras’ (Jailson, 27 anos). ‘Eu tinha medo do computador. A primeira vez foi aqui na escola. Pegar no mouse, eu tinha medo que tremia. Hoje não tenho mais medo’ (Jaurene, 35 anos).

Percebe-se, pelos relatos dos nossos colaboradores e observações realizadas no laboratório de informática, a importância substancial da ajuda do outro nesse processo inicial, não só na exploração da internet e demais aplicativos do computador, mas como incentivo para continuar a explorar os demais ambientes.

3 Como e porquê o medo se manifesta diante do computador?

O acesso ao mundo da escrita – num sentido amplo –, segundo Soares (2003), se faz basicamente por duas vias: uma, através do aprendizado de uma "técnica", pois aprender a ler e a escrever envolve relacionar sons com letras, fonemas com grafemas, para codificar ou para decodificar. Envolve, também, aprender a segurar um lápis, aprender que se escreve de cima para baixo e da esquerda para a direita; enfim, envolve uma série de aspectos a que ela chama de técnicos ou, aquele das ideias e suas interpretações (SOARES, 2003).

No caso do computador não existe o lápis e sim o *mouse*, leitura/navegação, o texto produzido com caracteres alfanuméricos/hipertexto, multimídia, dentre outras características trazidas

pela navegação nesse ambiente. Para os adultos, a dificuldade inicial de apropriação do *mouse* e de todas essas outras linguagens pode ser tão difícil quanto a apropriação com o lápis, embora também possam existir demandas por outras habilidades e, daí, conseqüentemente, a expressão do medo envolvido nesse processo de apropriação das tecnologias digitais.

Acomodar o *mouse* à mão e guiá-lo pela interface do computador exige coordenação motora e certa dose de paciência para um adulto iniciante nesse processo, que não tem familiaridade em conduzir o cursor pela tela do computador. Contudo, aos poucos essa dificuldade vai sendo superada e a solicitação de ajuda para o desenvolvimento das atividades no computador se traduz em uma busca para entender a forma como deverá ser realizada a atividade proposta pelo professor.

As pessoas se sentem impotentes e/ou inibidas ao lidar com situações, e/ou máquinas, cujo funcionamento não compreende. É normal, e até natural, que eles sintam certas dificuldades, até por que são cidadãos em processo de alfabetização e com pouca ou nenhuma vivência com os computadores. Essas duas situações simultâneas, seguramente constituem-se fatores determinantes para o estabelecimento do medo do computador. Tal fato foi constatado nas observações das atividades realizadas no laboratório de informática.

No entanto, a partir do momento em que eles passam a utilizar essas tecnologias no cotidiano escolar, aos poucos, algumas dificuldades, assim como o medo vão sendo superadas.

‘Hoje eu já não tenho medo de enfrentar o computador. Muitas coisas eu aprendi depois das aulas

aqui do colégio' (João Paulo, 19 anos). 'Não vou mentir que quando entrei na aula de informática fiquei meio cabreiro, nunca tinha pego em computador' (Valdeci, 47 anos). 'Eu tremia, tinha medo, isso não vou esquecer não' (Jaurene, 35 anos).

Daí a importância da imersão nos ambientes para construir familiaridade, desenvoltura, compreensão, e assim entender as potencialidades e possibilidades e, conseqüentemente, chegar à perda do medo.

Como afirma Ribeiro (2005), a tecnologia é parte da história e está interligada à formação e à construção de saberes. E ainda, segundo Grinspun (apud RIBEIRO, 2005, p.86), a tecnologia é "parte de um todo em que o homem cria, recria e se beneficia da sua própria realização e das demais colocadas na sociedade".

A superação do medo se dá a partir do ganho da confiança que ocorre quando eles começam a ter contato direto com essas tecnologias na escola. Paralelo a isso, como as tecnologias estão presentes em todos os espaços e, a partir do momento que se passa a conhecê-la, "o homem se beneficia da sua própria realização" (Ribeiro, 2005, p. 88), vai se apropriando delas e, assim, potencializa a sua autoconfiança no sentido de se sentir capaz de utilizá-las e usufruir do seu potencial.

Com o objetivo de vencer essas dificuldades iniciais, a professora e a monitora da escola em análise agrupavam os alunos no laboratório em dupla, tendo como critério o nível de alfabetização ou de familiaridade com o computador, para que eles pudessem ajudar um ao outro. Há alunos que embora ainda não tenham construído a base alfabética, têm certa facilidade em uti-

lizar o computador, assim como também há alunos que, embora já estejam em um nível próximo ao silábico alfabético, têm dificuldades em usar o computador, principalmente com o *mouse*.

Esse trabalho em dupla contribuiu para a execução das atividades, na medida em que os alunos conversavam entre si e também com as duplas ao lado: um ajudava ao outro, o que é muito produtivo, além de significativo ao processo de ensino-aprendizagem. Independente da construção silábica (eles estavam em processo de alfabetização), aos poucos eles criavam meios para dar conta da atividade proposta pelo professor.

Percebemos que, aos poucos, os alunos vão se apropriando do *click*, do apagar, a familiarização com os sons, imagens, ícones, teclado, a possibilidade de escrever e depois apagar ou inserir novas letras no que já havia sido escrito, habilidade construída com o tempo, que difere da pretensa linearidade da escrita com o lápis no papel pautado. O respeito e o carinho que eles têm um com o outro nesse processo de aprendizagem é bastante significativo e com certeza contribui potencialmente nesse processo inicial.

Como já afirmamos,

Podemos perceber a importância de o professor ser criativo, fazer uso de diferentes linguagens, para que o aluno sinta-se instigado pelo desconhecido, surpreendido pelo novo. Esse dinamismo é que dá vida à sala de aula e gera o movimento de transformação, tanto no aluno quanto no professor (BONILLA, 2005, p. 79).

Trabalhar com o aluno da EJA que ainda não está alfabetizado convencionalmente é “ser criativo e fazer uso de diferentes lin-

guagens” (DI PIERRO; GALVÃO, 2007, p.20). É uma postura que o professor precisa adotar para que o aluno se sinta capaz, mesmo diante de algumas limitações, e se torne sujeito partícipe nesse processo de construção e aprendizado. Ainda segundo as autoras, nas

[...] sociedades urbanas, mesmo o indivíduo que não sabe ler, tem um nível de inserção na cultura escrita – e elabora hipóteses a respeito desse sistema – que deve ser considerado. (Ibid, p. 21)

São essas hipóteses que possibilitarão a esses alunos fazer uso das tecnologias.

4 Letramento digital na perspectiva de uma formação crítica e autônoma

O trabalho mediado por essas tecnologias, além de promover a inserção desse aluno no ciberespaço, também contribuirá para que ele desenvolva a língua escrita e oral, o que possibilita outros meios de aproximação e leituras da realidade, interagindo com o mundo de outras formas. Nessa vertente, nos reportamos a Goulart (2005, p. 55), quando afirma que

[...] espaços educativos devem estar trabalhando na direção de incorporar novos saberes/modos de conhecer, como forma de garantir o fortalecimento da expressão política das subjetividades dos sujeitos.

Em se tratando de pessoas jovens e adultas imersas na sociedade, essa “incorporação de novos saberes e modos de conhecer” poderá refletir diretamente no exercício de sua cidadania, na perspectiva de fortalecê-los como cidadãos, não só conscientes dos seus direitos, mas com competência para se apropriar desses direitos e assim assumir uma postura crítica e atuante no meio em que vivem.

Cotidianamente, o cidadão se vê diante das tecnologias digitais. Seja no supermercado, no banco, na farmácia, no trabalho, essas tecnologias estão presentes para agilizar as operacionalizações e demais tarefas do cotidiano das pessoas e trabalhadores de modo geral. Em muitos desses lugares eles se veem obrigados a operar essas máquinas para que possam efetivamente efetuar algum tipo de ação: bancária, compras, solicitação de serviços, comunicação. Conseqüentemente, eles precisam compreender e se apropriar dessas tecnologias para que consigam realizar não só suas atividades com êxito, sem ter que solicitar a ajuda de alguém, como para continuarem aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida, de forma crítica e autônoma ao utilizar e explorar o ciberespaço.

Entendemos que é imprescindível não só a alfabetização digital, como o letramento digital. Letramento digital como a

[...] ampliação do leque de possibilidades de contato com a escrita também em ambiente digital (tanto para ler quanto para escrever) (RIBEIRO, 2005, p. 9).

A professora Magda Soares (2002, p. 151) o define como

[...] um certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela, diferente do estado ou condição do letramento dos que exercem práticas de leitura e escrita no papel.

O exercício da leitura e escrita em ambientes digitais vêm acompanhado de um leque de possibilidades, sejam ela de construção de conhecimentos, de obtenção de informações, de compartilhamento, dentre tantos outros comportamentos nesses ambientes que, inevitavelmente, irão caracterizar novas formas de construir saberes.

O exercício dessas práticas de leituras e de escritas, em diferentes linguagens, por meio das tecnologias digitais, precisa também ser pensado levando-se em consideração a necessidade do cidadão obter sucesso em suas atividades e demais situações de imersão nesse ambiente, de forma autônoma, crítica, participativa, capaz de estabelecer relações e significados a partir do que vê, lê e ouve. Para tanto, é fundamental a implementação de um trabalho voltado para o desenvolvimento do letramento digital, na perspectiva anunciada por Marcelo Buzato (2007, p. 16),

Letramentos digitais são conjuntos de letramentos (práticas sociais) que se apóiam, entrelaçam, e apropriam mútua e continuamente por meio de dispositivos digitais para finalidades específicas, tanto em contextos socioculturais geograficamente e temporalmente limitados, quanto naqueles construídos pela interação mediada eletronicamente.

Inserir imagens no editor de texto que estão salvas no computador, escrever uma frase para cada imagem (relógio, celular, cédulas de dinheiro, dentre outras), copiar as palavras do computador no caderno, atividades de soma e adição utilizando jogos em um *site* na internet, são algumas das atividades realizadas pelos alunos da EJA no laboratório de informática, que demonstram que esses alunos estão bastante distantes de um processo de letramento digital, nessa perspectiva anunciada por Buzato.

O cidadão, imerso na sociedade contemporânea, muito além da alfabetização digital, precisa se apropriar das tecnologias no sentido técnico e lógico, como também desenvolver e exercer as práticas de leitura, escrita, e outras tantas ações sociais que fazem uso das tecnologias digitais, de forma autônoma, crítica, para que seja capaz de estabelecer *links* entre ideias, informações e sujeitos, que contribuam e favoreçam a construção de conhecimentos, assim como o desenvolvimento de suas atividades em sociedade. Nessa perspectiva, Pretto (2000, p. 179) nos diz que

o simples domínio da técnica não possibilita o uso da tecnologia no seu sentido pleno: como uma máquina de raciocinar que interage com o ser que a opera.

Seguramente, com as atividades que vêm sendo desenvolvidas na escola, essas habilidades e construções dificilmente serão alcançadas ou, se forem, levará mais tempo para se consolidar como uma proposta viável para uma apropriação crítica e autônoma.

‘Faço palavras, junto às sílabas, jogos educativos, mais outras que esqueci’ (Júlia, 50 anos); ‘Jogo,

faço frases, formo palavras’ (Sônia, 59 anos).
‘Soma e adição, sopa de letras’ (Valdeci, 47 anos).

O professor precisa criar condições e atividades que oportunizem ao aluno a construção de saberes significativos, que se distancie dessa linearidade que por tanto tempo esteve presente no contexto escolar, onde primeiro conheciam-se as letras, depois juntavam-se as sílabas e por último, fazia-se a leitura do texto. Se os alunos têm a oportunidade de trabalhar com os computadores conectados à internet, por que não explorar de forma mais significativa esses momentos no laboratório?

Reportamos-nos a Tapscott (2010, p. 156), quando afirma que os estudantes

[...] precisam ser capazes de pensar de forma criativa, crítica e colaborativa para dominar os ‘aspectos básicos’ e se destacar em leitura, matemática e ciências, para ter competência de leitura e para reagir às oportunidades e desafios com rapidez, agilidade e inovação (grifo do autor).

Seguramente não será formando palavras e operando jogos simples de memorização que contribuiremos para a formação do aluno nessa perspectiva apontada por Tapscott. Desta forma, estaremos apenas potencializando a proliferação de meros consumidores de serviços e aplicativos, sem nenhuma visão crítica da construção e desenvolvimento dessas tecnologias.

Os alunos percebem o quanto esse contato com as tecnologias possibilita o próprio desenvolvimento, assim como o atri-

moramento em algumas atividades.

‘Já tô lendo algumas coisas também no computador’ (Julia, 50 anos). ‘Aprendi umas coisas no computador. Antes do colégio eu não tinha acesso’ (Jailson, 29 anos). ‘No banco mesmo, ele tá me ajudando muito’ (Valdeci, 48 anos).

Eles acreditam no potencial do trabalho mediado pelo computador, na medida em que têm a percepção de avanço no próprio processo de aprendizagem. No entanto, o que é realizado ainda é pouco, diante do potencial e possibilidades que emergem dessas tecnologias, que poderá agregar valor imensurável junto às possibilidades de letramento e das histórias de vida de cada aluno da EJA.

Como afirma Kenski (2007, p. 19),

A escola representa na sociedade moderna o espaço de formação não apenas das gerações jovens, mas de todas as pessoas. Em um momento caracterizado por mudanças velozes, as pessoas procuram na educação escolar a garantia de formação que lhes possibilite o domínio de conhecimentos e melhor qualidade de vida.

Diante dessas constatações, insistimos na necessidade de desenvolvimento não somente da alfabetização digital enquanto procedimento inicial, mas, também, do letramento digital. Contudo, alguns alunos afirmam que o fato de ainda não estarem alfabetizados limita bastante a utilização do computador, impede-

-os de usar a internet, de fazer tudo que gostariam de fazer. Por isso, alguns acreditam que o trabalho desenvolvido no laboratório com palavras, sílabas e jogos é o “melhor” para que consigam realizar suas expectativas.

‘Eu quero aprender a fazer a leitura na tela. Ai eu vou poder ter meu e-mail, armazenar meus compromissos, meus horários de trabalho, todos os compromissos meus’ (Valdeci, 47 anos).

É fato que, por ainda não estarem alfabetizados, eles apresentam algumas dificuldades. Essas se manifestam em maior ou menor proporção, de acordo com o nível de desenvolvimento de cada um, assim como de familiaridade com o computador. Ainda assim, acreditamos que essa situação não se traduz na impossibilidade de desenvolver atividades mais significativas para os processos de ensino-aprendizagem mediados pela tecnologia, tendo em vista o nível de letramento desses alunos.

Nessa perspectiva, as TIC devem fazer parte do processo de ensino-aprendizagem como elementos carregados de conteúdo, como representantes de uma forma de pensar e sentir que, segundo Pretto (1996, p. 115),

[...] começa a se construir no momento em que a humanidade começa a deslocar-se de uma razão operativa para uma nova razão, ainda em construção, porém baseada na globalidade e na integridade, em que realidade e imagem fundem-se no processo.

O aluno precisa explorar o ciberespaço, ressignificar as informações e, a partir daí, construir conhecimentos. Acreditamos que ele terá também maior potencial para compreender a dinâmica do meio em que vive, de tal forma que possa reunir as competências e habilidades necessárias a uma participação ativa e autônoma nesse meio.

5 O jovem ou adulto que não sabe ler nem escrever não é incapaz

Esses jovens e adultos em processo de alfabetização são cidadãos que transitam por diversos espaços urbanos, que diariamente precisam ler, compreender e decodificar suportes escritos e, por isso, trazem um potencial de letramento que, se bem explorado pelo professor em sala de aula, poderá minimizar as dificuldades na utilização do computador, tendo em vista também a vontade expressa por cada um de aprender a usar essa máquina pelos mais diversos motivos.

‘Passar um *e-mail*, fazer um Orkut’ (Jaurene, 35 anos). ‘Mandar *e-mail* para o Programa do Luciano Huck para reformar minha casa’ (Roberta, 27 anos). ‘Conversar pela internet, mandar mensagem pela internet’ (Robson, 19 anos).

Eles acreditam e defendem a ideia que o Orkut é um meio de manter contato com parentes e amigos. Que passar *e-mail* é muito mais rápido e prático do que escrever e postar uma carta

via correios. Por isso querem se apropriar de todos esses recursos.

O jovem ou adulto que não sabe ler nem escrever não é incapaz, não é “puro” ou ingênuo, nem é uma criança crescida. O analfabeto é produtor cotidiano de riqueza material e cultural e não ignorante de saber (DI PIERRO; GALVÃO, 2007). O fato de ainda não estarem convencionalmente alfabetizados, não se constitui em impeditivo para utilização do computador no cotidiano das classes de alfabetização de pessoas jovens e adultas, nem deve limitar a utilização das tecnologias digitais ao desenvolvimento de atividades restritas à alfabetização alfanumérica. Deve, sim, se constituir, enquanto estruturante e fundamento da prática, no sentido de potencializar, o processo de alfabetização, incentivando no aluno a aprendizagem e o conhecimento das possibilidades trazidas por essas tecnologias digitais.

Afinal de contas, essas pessoas transitam por espaços que, em função do processo de tecnologização da sociedade, vêm passando por diversas transformações, principalmente estruturais. O trânsito, o transporte coletivo urbano, as ruas e avenidas, as imagens dispostas nos ambientes como meio de informação, enfim, toda a dinâmica e estrutura sociais vêm sendo alteradas, reconfiguradas por tecnologias cada vez mais sofisticadas. As pessoas analfabetas, para transitarem por esses lugares, utilizam diversas estratégias para chegarem a seus destinos e para desenvolverem suas atividades rotineiras sem prejuízos. Em muitas situações, sequer solicitam a ajuda de terceiros, até mesmo para pegar um ônibus. Daí o potencial letramento que pode e deve ser explorado para a apropriação crítica dessas tecnologias.

Referências

BONILLA, Maria Helena Silveira. **Escola aprendente**: para além da sociedade da informação. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

BUZATO, Marcelo El Khouri. **Entre a fronteira e a periferia**: linguagem e letramento na inclusão digital. 2007. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada)– Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CHARTIER, Roger. **Os desafios da escrita**. São Paulo: UNESP, 2002.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. **Alfabetização e Letramento: repensando o ensino da língua escrita**, 2006. Disponível em: < <http://www.hottopos.com/videtur29/silvia.htm> > Acesso: 30.03.2011

DI PIERRO, Maria Clara; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007.

GOULART, Cecília. Letramento e novas tecnologias: questões para a prática pedagógica. In: COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa (org.) **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2005.

GUERREIRO, Evandro Prestes. **Cidade digital**: infoinclusão social e tecnologia em rede. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2006.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias**: o novo ritmo da informação. Campinas: São Paulo: Papyrus, 2007.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. ... Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

PRETTO, Nelson De Luca. **Desafios da educação na sociedade do conhecimento**. Salvador: UFBA, [200-]. Disponível em: <<http://www2.ufba.br/~pretto/textos/sbpc2000.htm>>. Acesso em: 18 nov. 2010.

_____. Linguagens e tecnologias na Educação. In: CANDAU, Vera (org). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000b.

QUEIROZ, Sônia. Poesia em imagens, sons e páginas virtuais. In: MARINHO, Marildes (org.). **Ler e navegar**: espaços e percursos da leitura. Campinas: Mercado de Letras: ALB, 2001.

RIBEIRO, Ana Elisa. Ler na tela – letramento e novos suportes de leitura e escrita. In: COSCARELLI, Carla; RIBEIRO, Ana Elisa (org.) **Letramento digital**: aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte: Ceale: Autêntica, 2005.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos – Diretrizes Curriculares Nacionais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, Magda. Letramento e escolarização. In: RIBEIRO, Vera Masagão. (org.) **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. 2. ed. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TAPSCOTT, Don. **A hora da geração digital**: como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas ao governo. Tradução Marcello Lino. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.

WARSCHAUER, Marc. **Tecnologia e inclusão digital**: A exclusão digital em debate. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Senac, 2006.



ADULTOS E IDOSOS NO ENSINO MÉDIO: PERCEPÇÕES E FRAGMENTOS DE UMA TRAJETÓRIA ESCOLAR

Marjorie Aparecida Soares
Raimunda Silva d'Alencar

A convivência de gerações diferentes em um mesmo espaço é um fato nas escolas, mais especificamente nas escolas de nível médio que oferecem o ensino regular. Gradativamente, adultos e idosos retornam à sala de aula, não só buscando aprimoramento cognitivo, mas a manutenção de suas capacidades, na tentativa de continuar ativo, interagindo e pertencendo à sociedade onde vive.

Compreender porque adultos e idosos retornam à sala de aula para cursar o Ensino Médio e lá permanecem até a conclusão do curso pode favorecer os estudos relacionados com a evasão, valorização do escolar adulto e idoso ou um novo significado

do trabalho pedagógico para esta faixa etária. Pode, enfim, abrir espaços para a compreensão de uma multiplicidade de grupos e contextos, favorecendo a aprendizagem como um processo contínuo, aberto e, ao mesmo tempo, desafiador.

Buscando compreender porque e como se dá o processo de inserção de pessoas idosas, já afastadas ou mesmo nunca integradas, ao ambiente escolar e as motivações que orientam esse retorno, esse estudo foi realizado em um colégio estadual situado em uma zona periférica de uma cidade do sul da Bahia, com boas instalações, laboratório de informática, televisores, vídeos, antenas parabólicas, aparelhos de som portáteis, mapas, globos e outros materiais de uso didático. Dos 15 professores que atuam no turno noturno, 11 possuem especialização *latu sensu*, enquanto outros a estão cursando. Seis professores especialistas participaram da pesquisa, além de quinze alunos com idades acima de 45 anos, considerados na cultura da escola como idosos, tanto por docentes quanto pelos próprios discentes; nove desses estão desempregados, quatro são do lar e dois são trabalhadores informais.

1 A Educação de Adultos e perspectivas de novos desafios

A relação aprendizagem-conhecimento nas escolas continua sendo tratada isoladamente das outras questões. Atitudes de conformismo de educadores e educandos diante do que se considera aquisição de conhecimento têm sido comuns. Para alguns, aprender alguns conteúdos sem relação com a vida e/ou dissociados da construção de um projeto que motive na direção

de novas aprendizagens e novas ações é suficiente para justificar a passagem pelo universo escolar. Infelizmente, se aceita a ideia de que a conclusão de um roteiro de conteúdos e a formalização dos resultados ao final de uma etapa seriada, etapa esta retratada como “coroação do êxito escolar”, é tarefa isolada, ora da escola, ora dos educadores e ora dos educandos.

Vista dessa forma, a escola perde seu brilho, reduz-se ao espaço legal de ensino, quando deveria ser muito mais que isso, podendo representar um espaço com vida, espaço onde os sujeitos interajam na busca de elos que os integre sem, no entanto, uniformizar; em que todos se reconheçam, se aceitem, desenvolvam-se, aprendam-conheçam ao longo da vida. Educadores e educandos precisam conscientizar-se de que o conhecimento não deve submergir, ser efetivado, encerrado; pelo contrário, é, e deve ser, construído, renovado, reformulado, reaprendido, continuado, pois, com a sociedade e o próprio homem em constante transformação, em que a diversidade humana cada vez mais se revela, novas ações, novos comportamentos e atitudes deverão ser cada vez mais exigidos de todos e, em especial, dos envolvidos diretamente no processo educacional.

Já se fala na consolidação de um novo paradigma do conhecer, onde a cisão entre o saber e o fazer não deve existir e a velocidade com que as informações se estabelecem começa a exigir que se formem novas competências. Isso leva o indivíduo a organizar-se para que, na troca com o outro, articule o acesso ao saber num diálogo franco, aberto, numa situação de mudança em que o saber e o agir aconteçam ao mesmo tempo, e no presente. Isto porque, o não desenvolvimento de novas competências leva o indivíduo a correr o risco de ser excluído dessa nova sociedade ou, simplesmente, ser incluído na exclusão.

A educação, em especial a que se revela sob a forma de capital social, produto de longos anos de investimento, constitui-se em atributo para as classes sociais assalariadas. Materializada em títulos, imaginam os trabalhadores que o alcance de posições privilegiadas ou de *status* na estrutura social só será possível pela escolaridade. Assim, ascender socialmente, construir uma identidade sociocultural específica e desenvolver uma visão de mundo coerentemente estruturada, só será possível pela via da educação. Este é o discurso presente no imaginário coletivo.

No entanto, o discurso e a representação social da educação feitas por professores e alunos são construídos diferentemente e essa construção está condicionada ao lugar de onde fala cada ator; portanto, aluno e professor não têm a mesma identidade, tampouco os mesmos papéis quando em sala de aula, o que significa que a representação da educação é construída de lugares e posições diferentes, tanto através da fala do professor e de como ele percebe a presença do aluno adulto/idoso em sala de aula, quanto através da fala do aluno e da percepção que tem dessa busca por escolarização.

Ao questionarmos sobre o que motiva os alunos a retornarem à escola, as respostas dos professores enfatizam vários motivos, a depender da faixa de idade. Para os professores entrevistados, os alunos com idade até 45 anos, são motivados pelas exigências do mercado de trabalho por profissionais mais escolarizados, e certificação do segundo grau para ascensão no trabalho. Acima dessa idade, afirmam, a motivação passa pela necessidade de ocupar o tempo, fugir dos problemas familiares e da depressão, ou recuperar o tempo perdido.

Qualquer que seja a motivação, há um reconhecimento do papel da escola como espaço para “aprender a fazer”, que é

um dos pilares da educação ao longo da vida; porém, este “fazer” não se restringe à certificação para ascensão profissional, mesmo porque, a evolução no mundo do trabalho é incessante e o simples “certificar-se” não habilitará esses sujeitos. Quanto à qualificação, é fundamental reconhecer a importância de se estabelecer situações de aprendizagem que promovam a aquisição de competências que os preparem para o mundo, não para o mundo do trabalho, hoje não mais garantido, mas, para uma sociedade globalizada, onde o indivíduo possa desenvolver sua capacidade de adaptação a situações diversas, quaisquer que sejam elas.

O retorno à sala de aula das pessoas de idade mais avançada, para esses professores, é considerado como uma etapa de escolarização que finaliza no segundo grau, desconsiderando o princípio de que “não existe uma aprendizagem formal circunscrita a um determinado momento da vida e a um lugar específico” (MORAES, 2003, p.180b).

A mesma questão foi formulada aos alunos, e a vontade de concluir o segundo grau se alia a outras expectativas como o autodesenvolvimento e ingresso na universidade. Estabelecendo uma relação entre o processo de aprendizagem e o nível de motivação do indivíduo para se autodesenvolver, é possível afirmar, de acordo com a teoria de Maslow (CHIAVENATO, 1993, p. 538), que o homem tem um enorme potencial e uma tendência inata para crescer, auto-orientar-se e autodesenvolver-se.

O comportamento humano é orientado por necessidades fisiológicas (como alimentação, repouso, abrigo, sexo), de segurança (proteção contra qualquer perigo, seja real ou imaginário), sociais (amizade, amor, associação, participação, interação, aceitação); de crescimento (autoestima, autoconfiança, *status*, prestí-

gio), agrupadas basicamente em deficiências e crescimento. Sob a ótica de Maslow, portanto, as motivações não se resumem a certificação, mas envolvem conquistas, crescimento e autoestima.

Assim, depoimentos como os que seguem imprimem à escola a conotação de que é o “portal” para o mundo, para o reconhecimento e ampliação da vida social, como se o fato de estar fora dela significasse exclusão do desenvolvimento e da evolução pela qual o mundo e o homem passam.

– Eu voltei a estudar para ter um conhecimento melhor e também para me sentir dentro da sociedade, porque parece que quando a gente está fora da sala de aula parece que está fora da sociedade. Cada vez que passa, o estudo, a tecnologia, vai se desenvolvendo, assim mesmo somos nós; a gente precisa se desenvolver nos estudos para poder continuar, porque quando a gente pára o estudo, parece que a gente pára de andar, então quando a gente vai estudando, vai tendo um conhecimento melhor, até mesmo para se comunicar mais [...]; ou

– Fora da escola era como se estivesse no mundo da lua, como se não tivesse conhecimento de mais nada na vida...

Os depoimentos acima permitem fazer algumas considerações a partir de Álvaro Pinto (1998), quando afirma que onde há sociedade há educação e que, por isto, ela é contínua. Os alunos afirmam que se sentem fora do mundo quando fora da escola. Há que se considerar, portanto, que a escola tem a função de atender,

também, aos anseios, que vão além do ler, escrever e contar. Esse autor afirma que

[...] entre o educador e o educando se interpõe a sociedade que, de uma parte, constitui o educador (e o institucionaliza) para educar, e de outra, pressiona o educando para educar-se (1998, p.42).

Os docentes costumam distinguir os alunos a partir da expressão interesse. Os mais jovens eram considerados menos interessados, apesar de inteligentes, enquanto aqueles considerados idosos¹ eram tratados como mais interessados, comprometidos e com vontade de aprender, embora tenham mais dificuldades. Os docentes esquecem que a aprendizagem não possui como condição intrínseca o esforço de aprender. Na verdade, ela ocorre a partir da auto-organização, quando há interação com o meio e com o outro; quando, mediante trocas e experiências, há possibilidades de reestruturação do aprendido. Os depoimentos dos professores sintetizam a informação de que os alunos são vistos por características limitadas ao interesse e rapidez na assimilação. A compreensão de como se processa a aprendizagem (e se efetivamente ocorre) está restrita a uma generalização, estereotipada, em dois grupos distintos: mais jovens (podem aprender mais, mas não se dedicam) e mais velhos (aprendem menos, mas são mais dedicados); confunde-se ritmo lento, devagar, com capacidade para aprender.

A questão da aprendizagem mais lenta, abordada pelos professores, pode estar relacionada à falta de conhecimentos es-

¹ Os alunos com idades a partir de 35 anos já são considerados idosos na cultura da escola, tanto por docentes quanto pelos próprios alunos.

colares prévios e não à capacidade cognitiva decorrente da idade. Isto porque os sujeitos desta pesquisa não tiveram a etapa regular de estudos como os jovens ali matriculados. Passaram por experiências diversas de Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que significa estarem na escola fora da idade prevista, e desconhecem conteúdos escolares básicos, por força de evasão em etapas pretéritas, sem oportunidade para construir uma base escolar, por situações diversas - econômica, social, cultural -, não necessariamente por incapacidade ou deficiência cognitiva.

É importante observar que dos quinze alunos entrevistados nesta pesquisa, apenas três registraram repetência numa série após terem retornado à sala de aula. Verifica-se, em todas as demais trajetórias, a seriação sem interrupção, seja por evasão, seja por fracasso escolar. Isto nos leva à conclusão de que a visão que os professores têm dos alunos reflete um desconhecimento desses alunos com quem trabalham, não sabem quem são, de fato, essas pessoas, quais atitudes são inerentes à idade ou à formação cultural dos mesmos. Há um estereótipo forjado nas salas de aula, de complacência para com os mais velhos (são quietinhos, me admiram porque sou jovem, são respeitosos) e de resignação para com os mais jovens (são irreverentes e dispersos, porque são jovens).

Os alunos também registram a impressão de aprenderem mais lentamente devido à idade e pelos seguintes motivos:

- [...] o ensino de 20 anos atrás era diferente [...]; o que aprendi naquela época foi bom, mas para aquela época;
- [...] eu demoro mais de aprender porque mudou

muita coisa, também porque estou mais velha;

- [...] a mente já está cansada devido às preocupações e fica um pouco mais lenta para aprender.

Observando-se os depoimentos, reforça-se a necessidade de confirmar para alunos e professores que o que determina o nível de competência cognitiva de adultos, e de pessoas mais velhas, não é a idade, mas fatores como saúde física, mental e, principalmente, motivação. A aprendizagem deve ocorrer de forma significativa, independente do tempo que o sujeito leva para aprender. Deve-se considerar que o ser humano, ao longo de sua vida, deve “reconhecer e afirmar sua capacidade de se ultrapassar em toda idade e em todas as situações” (SOUZA, 1997, p.101).

Conclui-se, pois, que a escola é um espaço onde diferentes gerações (de professores e de alunos) convivem e não se reconhecem como semelhantes em suas ações e objetivos; reconhecem-se e classificam-se por faixa etária, repetindo comportamentos que estão longe de serem vistos como inerentes ao ser humano, independente de atributos como idade, cor, gênero.

2 Desafios cotidianos para além dos muros escolares

A questão da convivência e das trocas intergeracionais é mais um dado para a compreensão do que ocorre no espaço escolar, visto que, transitar no campo da educação é transitar na dimensão da emancipação e da autonomia. E ter autonomia é ser capaz de convi-

ver, comunicar, dialogar, construir e intervir num mundo interativo e interdependente, como descrito por Moraes (2000). Ou, como quer Delors (2000), é também aprender a viver junto, sem se importar com as diferenças, sejam elas de cor, idade, religião, opção sexual.

A convivência de alunos jovens e idosos não apresenta qualquer dificuldade, na visão dos professores. No entanto, alguns alunos mais velhos não se sentem à vontade com alunos mais jovens no mesmo espaço, por serem muito barulhentos. Outros louvaram a administração da escola por não separá-los por faixa etária, em especial porque os colegas mais jovens os incentivam e os alegam, além da oportunidade de troca de experiências e de ajuda mútua. Por outro lado, os idosos se enxergam tratados diferentemente por alguns professores, por conta da idade. Afir-mam ser tratados não só com diferença, mas, com preconceito. Os depoimentos seguintes dão a medida desse entendimento:

- A gente ouviu alguns professores dizerem para os mais jovens: – Ah! Vocês estudem para depois não estarem na sala de aula, depois de certa idade ficar com a mente cansada; ou,
- – O que faz uma pessoa dessa aqui estudando? Está tomando o lugar de um mais jovem. Aí pensei: Essa pessoa sou eu; fui pra casa, chorei, chorei, [...] e voltei no outro dia e continuei vindo, mas, quando esse professor entrava na sala eu já ficava com medo e ainda mais que ele ameaçava que com ele tinha que aprender, essas coisas [...] essa experiência quase me fez desistir [...].

Esta questão do preconceito em relação a pessoas adultas e/ou idosas nos ambientes escolares, que foram convencionalmente estabelecidos para as crianças e jovens, passa pela necessidade de uma reflexão acerca do processo de exclusão que está sedimentado na sociedade. Às vezes, em atitudes não reflexivas, estabelece-se o preconceito e o sujeito que segrega não se dá conta da responsabilidade dos seus atos e do poder que tem em destruir a autoestima do outro, considerando-se, ainda gravemente, o caso de um educador que, sendo exemplo e cercado de expectativas pelos alunos pode, na relação de poder (convencionalmente estabelecida) sobre os alunos, destituir-lhes o autorrespeito e a crença no próprio potencial.

É importante considerar que os males causados por uma ação intempestiva de um educador podem invalidar todo um processo de construção da afetividade, do respeito e da amizade em uma sala de aula. O idoso até pode superar o preconceito, mas não respeitará o indivíduo preconceituoso e poderá ter para com este, atitudes de repulsa e medo.

Assim, perde-se entre esses indivíduos a oportunidade de uma vivência prazerosa, visto que o idoso também busca na escola o resgate de alegrias, de fazer parte de um grupo “de iguais”, certeza de que nesse ambiente obterá mais alegrias e nunca decepções, conforme afirmam os depoimentos abaixo:

– Depois que eu voltei para a escola eu passei a ver a vida de uma maneira diferente, parece, assim, mais bonita, mais diferente, parece que passei a ter mais vontade de fazer as coisas, porque antes eu passava o meu dia naquela coisa, levantava cedo, fazia o café, aí ficava, vou lavar a roupa, fazer

almoço, arrumar a casa, vou dormir, amanhã levantar cedo e fazer tudo de novo. Agora não, hoje não, hoje eu já vejo que amanhã eu tenho um trabalho, que vou entregar na escola, um debate para apresentar, assim passei a ver possibilidades, um futuro mesmo, um futuro mais bonito e antes eu não tinha expectativas;

– Eu hoje sou uma pessoa realizada porque descobri que a juventude está na cabeça e não na idade. Estou fazendo aquilo que eu não tive oportunidade de fazer na juventude, que é aproveitar os estudos, os conhecimentos. É um sentimento de vitória, eu me considero uma guerreira porque, para mim, nunca é tarde para aprender.

Apesar das opiniões contrárias ao retorno da pessoa idosa à sala de aula, eles demonstram capacidade de autonomia, desconsiderando-as e estabelecendo que todos podem viver juntos, todos são iguais, todos se complementam mutuamente, quando o respeito e a paz se estabelecem. O aumento de idosos nos ambientes escolares pode consolidar-se como uma rede de interação social, visto que os sujeitos motivados, que alcançam o patamar de atendimento das necessidades de autoestima e autodesenvolvimento, buscam o alcance da satisfação.

Esses alunos, na riqueza das suas experiências, referendam o sentido da vida escolar e também da trajetória fora da escola, pois vislumbram o sonho, a esperança. Da certeza que têm de ser realidade inacabada, continuam a exercer a busca por uma vida melhor para si e para o outro. Confirmam que a aprendizagem é

contínua; que aprender ao longo da vida é estabelecer não apenas saberes escolares, mas o resgate da capacidade de aprender, de conviver, de superar limites. E superar limites é ter

A certeza de que há tempo para se continuar habitando o mundo, estabelecendo marcas e mudanças pelo caminho percorrido. É a coragem de enfrentar o novo, de viver o diferente, de se permitir a evocação de um desejo (KACHAR, 2001, p.162).

Referências

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 4.ed. São Paulo: Mahron Books, 1993.

D'ALENCAR, R. S. Ensinar a viver, ensinar a envelhecer: desafios para a educação de idosos. **Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**. ,Porto Alegre: RS, v. 4, p. 61-83. Semestral. 2002.

DELORS. J. **Educação um tesouro a descobrir**. 8. ed. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira Revisão: Reinaldo de Lima Reis ...São Paulo: Cortez, 2003

KACHAR, V. (org.). **Longevidade** - um novo desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001.

MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. São Paulo: Papirus, 2000.

_____. **Educar na biologia do amor e da solidariedade**. Petrópolis: Vozes, 2003

PINTO, A. V. **Sete lições sobre educação de adultos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SOUZA, P. N. P. de S. ; SILVA, E. B. da. **Como entender e aplicar a nova LDB: lei nº 9.394/96**. São Paulo: Pioneira,1997.



EDUCAÇÃO EM SAÚDE PARA O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO: CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM

Jossiana Wilke Faller

Marcos Augusto Moraes Arcoverde

Dentre as diversas experiências humanas, o processo do envelhecimento é uma delas; não é estanque, tampouco privilégio exclusivo de algumas classes sociais ou população específica. O fato é que constantemente envelhecemos e ingressamos na chamada terceira idade ou, melhor, entramos em um período da vida em que somos denominados pessoas idosas. Assim, o que chamamos de processo de envelhecimento é o envelhecer a cada dia, não apenas aos 60 anos de idade. Esse processo é definido como um fenômeno presente em toda a trajetória humana e é marcado por mudanças biopsicossociais específicas associadas à passagem

do tempo (VIEIRA, 2004).

As ideias sobre a velhice são tão antigas quanto a origem da humanidade, visto que o processo de envelhecimento e sua consequência natural, a velhice, é uma das preocupações do homem desde o início da civilização. A evolução do conhecimento científico possibilitou que Metchnikoff, em 1903, e Nascher, em 1909, dessem início ao estudo sistemático da gerontologia e da geriatria, respectivamente, pois acreditavam que essas ciências iriam se transformar, em um futuro próximo, num campo profícuo de realizações científicas (PAPALÉO-NETTO, 2006).

Atualmente o crescimento da população idosa é um fenômeno mundial; entretanto, no Brasil, as modificações se dão de forma radical e bastante acelerada (VERAS, 2009). Nas três últimas décadas, a redução da mortalidade infantil e o declínio acentuado da fecundidade – que em 1907 era de 5,8 filhos, passando em 2000 para 2,3 filhos por mulher em idade reprodutiva – foram um forte contribuinte para esse fenômeno (LITVOC; BRITO, 2004). Em outros países, a exemplo da Inglaterra, o envelhecimento já se evidenciava após o início da revolução industrial no período do Império Britânico, quando o estado e a sociedade puderam dispor de recursos para atender a demanda exigida (PAPALÉO-NETTO, 2006).

As mudanças ocorridas na realidade populacional brasileira ocasionaram um aumento do interesse pela investigação e por estudos sobre a velhice, o envelhecimento e a criação de alternativas de promoção à saúde (NASRI, 2008). Portanto, tornou-se necessário conhecer o envelhecimento; contudo, conhecê-lo somente pelo aspecto biofisiológico é desconhecer a importância dos problemas ambientais, psicológicos, sociais, culturais e eco-

nômicos que afetam a população diretamente.

Outro aspecto a ser considerado é que a busca por esse conhecimento deve levar a uma compreensão do que vem a ser um processo de envelhecimento saudável e o que o transforma em processo saúde-doença, além de permitir aos profissionais de saúde as práticas de educação para os idosos, pautada nas informações adquiridas da própria clientela.

1 Marco Legal: educação em saúde e envelhecimento

Em nível mundial, temos como marco de políticas públicas a Assembléia Mundial sobre Envelhecimento, promovida pela Organização das Nações Unidas, em Viena (Áustria), no ano de 1982. Na ocasião, estiveram presentes 124 países, e desse evento originou-se o Plano de Ação para o Envelhecimento. De um modo geral, esse documento teve como objetivo sensibilizar os governos e sociedade para a necessidade de criar políticas públicas voltadas para os idosos e incentivar pesquisas sobre os aspectos do envelhecimento (RODRIGUES et al., 2007; ONU, 1982).

Como resposta a essas demandas, no Brasil, são aprovados alguns documentos, como a Lei 8.842/1994, que “Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências”; o Decreto 1948/1999, que “Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências”; a Lei 10.741/2003 que “Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências”; e a Portaria nº 2.528/2006 que “Aprova a Política Nacional de Saúde

da Pessoa Idosa”.

Referente à educação em saúde, ou um conceito que se aproxime dele na legislação brasileira, temos na Lei 8.842/1994 em seu art. 4º e inciso VII, uma das diretrizes da política nacional do idoso que “estabelece mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento”.

Nessa mesma lei, no art. 10 encontram-se várias alíneas que remetem a práticas educativas com idosos, dentre as quais: inciso III, alínea f) “apoiar a criação de universidade aberta para a terceira idade, como meio de universalizar o acesso às diferentes formas do saber”. Cabe salientar que a Lei 8.842/1994, apesar do avanço, foi bastante genérica quanto à assistência prestada ao idoso, motivo pelo qual dois anos depois, foi promulgado o Decreto 1.948/1996 para regulamentá-la.

Este Decreto 1.948/1996, que detalha algumas ações a serem desenvolvidas pela Política Nacional do Idoso, estabelece no art. 4º, inciso I, que os Centros de Convivência para Idosos (CCI) sejam locais destinados à sua permanência diurna; trata-se de locais onde devem ser desenvolvidas atividades físicas, laborativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania. Já no art. 9º, os incisos VII e VIII também abordam questões referentes à educação e prevenção, a saber: “VII – desenvolver políticas de prevenção para que a população envelheça mantendo um bom estado de saúde” e “VIII – desenvolver e apoiar programas de prevenção, educação e promoção da saúde do idoso de forma a: a) estimular a permanência do idoso na comunidade e junto à família, desempenhando papel social ativo, com a autonomia e independência que lhe for própria; b) estimular o auto-cuidado

e o cuidado informal; c) envolver a população nas ações de promoção a saúde do idoso; d) estimular a formação de grupos de auto-ajuda e de grupos de convivência, em integração com outras instituições que atuam no campo social”.

Em complemento a essas ações, o art. 9º refere-se a ações do setor saúde, mas que podem ser desenvolvidas em parceria com outras áreas.

Já a Lei 10.741/2003, conhecida como Estatuto do Idoso, apresenta um parágrafo (art. 21º, § 1º) que remete à educação voltada aos idosos: “Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdos relativos às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna”. Cabe salientar que a Segunda Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Madri em 2002, já recomendava que os países criassem programas educativos nos quais fosse possível a troca de conhecimento e de experiência entre as gerações (ONU, 2002).

Em 2006 foi publicada a Portaria 2.528/2006 que aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa a qual se refere às diretrizes adotadas para a atenção à saúde integral dessa população. Dentre essas diretrizes apresentadas está a “Promoção do envelhecimento ativo e saudável”, na qual, dentre outros objetivos, estão os de: “informar e estimular práticas de nutrição balanceada, sexo seguro, imunização e hábitos de vida saudáveis; realizar ações motivadoras ao abandono do uso de álcool, tabagismo e sedentarismo, em todos os níveis de atenção; estimular programas de prevenção de agravos de doenças crônicas não-transmissíveis em indivíduos idosos; e implementar ações que contraponham atitudes preconceituosas e sejam esclarecedoras de que envelhe-

cimento não é sinônimo de doença”.

Cabe lembrar que a Portaria de 2006 já trazia a concepção adotada pelo Brasil no documento “Envelhecimento ativo: uma política de saúde” da Organização Mundial da Saúde (OMS), traduzido para o português em 2005 pela Organização Pan-Americana de Saúde, o qual tem como objetivo minimizar os problemas advindos do envelhecimento populacional.

Ao propor o conceito de envelhecimento ativo, a OMS o define como um “processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas”. Para tal feito, determinou os três pilares do envelhecimento ativo: saúde, segurança e participação, que asseguram ao idoso a possibilidade de envelhecer com baixos riscos de adoecimento, participação ativa e segurança do indivíduo (OMS, 2005).

2 Educar para a saúde no processo de envelhecimento

A educação em saúde é uma prática presente nas ações cotidianas dos enfermeiros e ganha destaque pelos resultados obtidos nas ações educativas desenvolvidas pelos profissionais, tanto no âmbito da atenção primária quanto secundária.

A prática da educação em saúde sofreu inúmeras alterações ao longo dos anos. No Brasil, ela surge sob a influência europeia do século XVIII e XIX, como prática normatizadora. A ideia dominante era a de entender as condições de vida que influenciavam o dia-a-dia do indivíduo, e assim efetuar a intervenção sobre

estas objetivando mudanças de comportamento.

Foi nesse âmbito, pela necessidade de um profissional encarregado da educação sanitária da população, que ocorreu a abertura da Escola de Enfermagem Anna Nery em 1923, no Rio de Janeiro, momento em que surge a Enfermagem profissional no Brasil. Para isso, as ações educativas do setor saúde estavam focadas basicamente nas situações de epidemia e restringia-se ao ensino de hábitos de higiene, pois era visto como um processo individual de mudança de comportamento, sem considerar qualquer influência dos fenômenos sociais e muito menos as origens estruturais, sociais e econômicas dos problemas de saúde (BECHTLUFFT; ACIOLI, 2009).

A OMS, criada em 1945, traz novas discussões a respeito do processo saúde/doença, o que alterou o conceito de saúde como “o estado de mais completo bem-estar e não simplesmente ausência de doença”, e que foi considerado uma evolução no processo de transformação da educação sanitária.

A partir desse período, a educação sanitária passa a ser chamada de educação em saúde, baseada na concepção de que o indivíduo aprende a cuidar de sua saúde, sendo ela resultante de múltiplos fatores intervenientes no processo saúde/doença. Desse modo, a educação em saúde se torna crítica, problematizadora da realidade, reflexiva e construída a partir de ações conjuntas como planejamento participativo dos indivíduos da comunidade e dos profissionais dos serviços de saúde (PELICIONI; PELICIONI, 2007).

É nesse contexto que a educação em saúde deve ser entendida, como construtora e veiculadora de conhecimentos e práticas relacionados ao modo como cada cultura concebe o viver de

forma saudável e o processo saúde/doença. Os diferentes sujeitos de uma esfera social são formados ao considerar as diferentes práticas socioculturais, o que permitirá ao profissional de saúde compreender a maneira de pensar e agir do ser humano mediante seus problemas de saúde, facilitar a comunicação de modo a proporcionar um cuidado coerente, que favoreça as intervenções de saúde (ROSA, *et al.*, 2009).

Assim, o conhecimento do perfil da população deve ser incorporado ao planejamento das políticas públicas, como auxílio no desenvolvimento de ações concretas, visto que apresentam situações especiais de necessidades sociais e de saúde (LITVOC; BRITO, 2004). Todavia, ao conhecer esse perfil, somente a longevidade não deve ser considerada como critério, mas também fatores ambientais e sociais, que determinam e modificam o estado de saúde da pessoa idosa (TEIXEIRA; NERI, 2008).

Essas ações educativas no processo de envelhecimento não devem apenas abranger os idosos, mas todos os indivíduos que compõem seu grupo social, pois há comprovação de que relações afetivas seguras na infância predispõem o convívio em sociedade ao longo de toda vida, além do emprego e o acesso à saúde como influenciadores durante esse período (OMS, 2005).

As políticas públicas voltadas à saúde para esse público, muitas vezes, revelam uma imagem de dependência do idoso, observada de forma empírica e científica, uma visão que demonstra fragilidade, intimamente ligada ao processo de envelhecimento e que contribui para um estereótipo de uma população dependente e vulnerável (CAMARANO, 2009).

Esse fato também pode ser vivenciado pelos sujeitos como a perda de tudo o que é valorizado na sociedade contemporânea

neoliberal, centrada no empreendedorismo, no dinamismo, na eficácia, na estética e na juventude, levando vários idosos a exclusão, marginalização e solidão.

Porém, seria possível nos dias de hoje eliminar esses estereótipos? Acredita-se que sim, tanto possível quanto desejável, por meio da ampliação da autonomia, da participação do idoso como cidadão, como humano, com suas conquistas e superações, pois esses idosos são capazes de amar e ser amados, de trabalhar, de contribuir, de ter ideias, de gerar renda, de ensinar e, claro, de aprender.

É neste atributo, aprender, que educar para a saúde torna o idoso apto a desafiar a sociedade, com sua capacidade de se adaptar ao meio diante de tantas alterações biopsicofisiológicas ocorridas durante sua vida. Embora o processo de envelhecimento reduza em parte, suas capacidades intelectuais, não o deixa incapaz de aprender e principalmente ensinar a cada dia.

Promover e educar para a saúde é considerar a velhice em suas multidimensionalidades, em uma fase de busca de novos significados, de forma a se vencer os mitos e os preconceitos e buscar novos posicionamentos, considerar seus princípios, entendidos como sua bagagem, seus valores e necessidades, e deste modo, almejar a satisfação com a própria vida (VERAS, 2009a).

Acreditamos que, na atenção à pessoa idosa, é necessário contribuir para que o indivíduo com mais de 60 anos possa redescobrir as possibilidades de viver com a máxima qualidade possível, mesmo que ocorram progressivas limitações e para isso, reconhecer as potencialidades e o valor de cada idoso é imprescindível.

3 Contribuições da enfermagem à educação em saúde para idosos

A importância do preparo do profissional de saúde, em particular do enfermeiro, é fundamental para o desenvolvimento das ações de políticas públicas, dentre elas as ações educativas que envolvam tanto o indivíduo, a família e a comunidade, e que objetivem a integralidade do cuidado e a autonomia do ser humano.

Chegar à velhice é quase uma certeza nos dias de hoje, mas chegar a uma velhice bem-sucedida dependerá de diversos fatores e esforços que devem iniciar bem mais cedo que imaginemos. Neri (2009) considera três principais pilares para viver mais e melhor: evitar as doenças, encontrar um sentido para a vida e usar constantemente os recursos intelectuais, emocionais e sociais.

Com grandes avanços da medicina percebidos a cada ano e o incentivo das políticas de prevenção e promoção da saúde, atingir o primeiro pilar está cada dia mais próximo da realidade de nós brasileiros. As políticas de participação social do idoso, por meio das Universidades Abertas da Terceira Idade (UnATIs), favorecem o segundo pilar, pois são comprovadamente eficazes no sentido de promover a qualidade de vida e a participação nas diversas esferas sociais que, conseqüentemente, levam o idoso ao terceiro pilar.

Nesse sentido, a enfermagem gerontogeriatrica está se aproximando cada dia mais desse universo, e traz grandes contribuições. A definição ditada pela Organização Pan-americana de Saúde considera a enfermagem gerontológica ou gerontogeriatrica – entendidas como sinônimos – como o estudo científico do cuidado de enfermagem ao idoso (BRASIL, 2002).

Esta especialidade da enfermagem tem como propósito

utilizar os conhecimentos do processo de envelhecimento para planejar a assistência de enfermagem e os serviços de promoção da saúde, à longevidade, à independência e ao nível mais alto possível de funcionamento do idoso, incluindo assim ações educativas, de forma a considerar a totalidade biopsicossocial do idoso (SANTOS, 2010).

A enfermagem gerontogeriátrica tem sido incluída nos Projetos Políticos Pedagógicos de Cursos (PPC) de Enfermagem para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação em Enfermagem. No entanto, apenas implementar novas disciplinas nos PPCs não é suficiente, pois não se concretiza o processo de ensino/aprendizado no momento em que não há articulação com o meio externo, entendido aqui como a comunidade/família, com diferentes necessidades e realidades sociais vivida pelo graduando. E são nessas práticas interdisciplinares que a relação docente-discente-idoso adquire um saber articulado e de caráter permanente.

Promover a saúde e estimular a autonomia é um objetivo alcançável para quem planeja e trabalha para isso, e nos remete a um comportamento denominado de autocuidado, que visa valorizar o bem-estar de forma a encontrar maneiras criativas de se cuidar, de buscar potencialidades e de superação das limitações. Para isso, compreender os determinantes dos problemas de saúde e orientar quanto às soluções que mais atendam às necessidades, utilizar modelos e teorias, favorece um modelo de cuidado (SILVA, SANTOS, 2010).

A participação da enfermagem é crescente na geriatria, pois ela atua juntamente com o indivíduo, a família e a comunidade e desenvolve de maneira peculiar as ações de saúde que

promovam a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida do ser humano. Portanto, desenvolver um cuidado gerontológico na enfermagem fundamentado em práticas socioculturais pode aproximar o profissional do idoso e de sua família e, assim, criar ações planejadas baseadas nas experiências do indivíduo, na integração social e nas trocas de saberes entre os atores envolvidos.

Destarte, os profissionais de saúde, preocupados em atender as necessidades básicas da população idosa, devem centrar suas atividades na educação para a saúde e no 'cuidar', com o intuito de estimular essa população para a autonomia e a busca pela felicidade. Por isso as instituições de ensino superior têm um papel de agente transformador da realidade local e regional, ao envolver tanto a capacitação do discente para as mudanças no perfil populacional como também melhorar a qualidade de vida dos que estão envelhecendo e dos que já integram a velhice ao proporcionar a educação para o autocuidado.

Assim, cuidar do idoso/família somente é possível no momento em que se une pesquisa e educação. No instante em que a pesquisa proporciona e fundamenta as reflexões, a educação permite compartilhar o conhecimento, resultando na melhoria do processo de cuidar, o que torna uma tarefa desafiadora tanto para o profissional enfermeiro como para a equipe multidisciplinar atuante na saúde (MARTINS, et al, 2007).

No Brasil, as ações educativas em saúde no envelhecimento datam em torno de dez anos, focando os discursos nos trabalhos da Enfermagem. Infelizmente, as pesquisas demonstram trabalhos ainda fundamentados em modelos biomédicos, de intervenção e análise de riscos, relativos às disfunções da idade e sua capacidade cognitiva (FERNANDES, 2010).

Percebe-se, deste modo, uma ação unilateral e passiva, vertical e acrítica, evidenciando uma necessidade de serem questionadas, reconfiguradas e ressignificadas para que assim, se potencialize tanto as competências profissionais como a dos usuários dos serviços de saúde, de modo a conquistar melhores condições de vida e saúde.

Portanto, há um caminho promissor em termos de pesquisa que apontem técnicas para a realização de ações educativas para os idosos, os quais superem as práticas atuais e dêem suporte às ações assistencialistas dos profissionais de saúde. O que se propõe aqui é que isto se inicie com a formação do profissional, com o preparo, com a capacitação para tal ação, mesmo enquanto discente. Para isso, é necessário repensarmos as políticas de educação do ensino superior e quais metodologias estão sendo utilizadas dentro do espaço universitário.

As articulações utilizadas nas relações educativas de profissionais de saúde com a população têm demonstrado mais um ritual de informações do que um encontro promissor com a aprendizagem, pois é necessário um espaço interativo, dialogado, que resgate reflexões, que se utilize da motivação e incentivo a participação no envolvimento das atividades; um espaço em que se superem os formalismos didáticos tradicionais, pois, caso contrário, contribui-se para o desinteresse da população em participar (SAID, 2001).

Utilizar a práxis da enfermagem pode ser um caminho palpável, rápido e prático de se articular teoria e prática na vivência diária dos envolvidos, sejam eles profissionais de saúde ou alunos, pois no momento que se conhece as dificuldades e necessidades de sua clientela e se propõe a contribuir para mudanças,

criam-se alternativas para atingir uma meta, lembrando de uma abordagem crítica e dialógica, ou seja, bilateral, em que ambos os lados tem a possibilidade de aprender e de ensinar.

Outro meio é a integração do ensino, pesquisa e extensão, não necessariamente nesta ordem, mas aliadas e conjuntas, avaliadas e reavaliadas em todo seu alcance. Projetos de caráter extensionista desenvolvidos pelas universidades não só proporcionam o elo entre o futuro profissional e a realidade a ser vivenciada como também favorecem o sistema de saúde ao atendimento de uma maior parcela da população.

O objetivo de educar em saúde é romper o método tradicional de transmissão de informações para os idosos, utilizado pela técnica exclusivamente expositiva, promover um grupo mais comunicativo, questionador, reflexivo, desenvolvendo a autonomia, auto-estima, autocuidado, de forma a prepará-los para as mudanças consigo mesmo, com os outros e com o meio (SAID, 2001).

Para o êxito desta prática, os envolvidos diariamente com essas atividades são unânimes em declarar a importância da capacitação do coordenador, cabendo a ele o planejamento das atividades e a previsão de recursos para a condução do grupo. Com este preparo, o condutor direciona de forma segura os objetivos, o método e conteúdos propostos.

Apoiar o grupo na construção de conhecimentos e habilidades, ter o domínio das temáticas abordadas e ainda, estar consciente da necessidade de continuamente se educar no aprofundamento das questões do trabalho educativo em saúde fazem parte das atribuições de um bom coordenador nas práticas educativas em saúde (SAID, 2001).

4 Considerações finais

Um bom envelhecimento é condicionado por necessidades próprias do ser humano em detrimento das situações vivenciadas e o meio em que essas vivências aconteceram. A concepção de bom envelhecimento é particular a cada indivíduo, mas pode ser influenciada por mitos e estereótipos que a própria sociedade criou e que muitas vezes insiste em mantê-las, embora as características demográficas tenham se alterado significativamente ao longo dos anos.

Promover a autonomia do idoso, outorgar-lhes a decisão sobre si, seu corpo e suas vontades, por meio da atuação do profissional capacitado, permite que os concentre em aspectos e projetos que ainda tenham a realizar não os deixando focados naquilo que se perdeu. Isso pode ser conquistado em uma atuação em práticas educativas, utilizando métodos que desafiem a articulação do profissional/cliente, pois a transição demográfica nos impõe a necessidade de reavaliarmos a assistência prestada, tendo em vista que o idoso também é promotor de conhecimentos em franco processo de aprendizagem e desenvolvimento de novas potencialidades.

As práticas educativas são consideradas emancipatórias e inclusivas quando, de fato, possibilitam ao sujeito a escolha e mudança, ou seja, de posse de conhecimentos que façam sentido em sua realidade, esse sujeito opta por melhores condições de vida, assim, trazendo melhoria para sua saúde.

Ao pensar em educação em saúde para idosos deve-se planejar os conteúdos a partir de suas necessidades, determinar os métodos conforme a população a ser trabalhada e o ritmo será dado pelo próprio grupo. Assim, torna-se impossível pensar em uma

educação em saúde pautada pelo modelo tradicional de educação, mas sim na reciprocidade e troca de conhecimentos e experiências.

Os profissionais de saúde têm a responsabilidade de promover espaço e oportunidade para que, de fato, a educação em saúde ocorra ao longo de todo o processo de envelhecimento. Entretanto, o trabalho mais específico com a população idosa deve ser ainda mais estimulado, pois outras reflexões são possíveis devido à vasta experiência de vida que os participantes têm, em vista que o benefício sempre será coletivo.

Referências

BECHTLUFFT, L. S.; ACIOLI, S. Produção científica dos enfermeiros sobre educação em saúde. **Rev. APS.**, Juiz de Fora, v. 12, n. 4, p. 478-486, out./ dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Redes estaduais de atenção à saúde do idoso. Guia operacional e portarias relacionadas.** Brasília: MS, 2002.

CAMARANO, A. A. Relações familiares, trabalho e renda entre idosos. In: BARROS JÚNIOR, J. C. (orgs.). **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade.** 1ª.ed. São Paulo: Edicon, 2009.

FERNANDES, W. R. **Educação em saúde da pessoa idosa:** discursos oficiais e subjetivações no município de Lages, SC. [tese] Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Saúde. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Ciências da Saúde. Rio de Janeiro: 2010

LITVOC, J.; BRITO, F. C. **Envelhecimento:** Prevenção e Promoção da Saúde. São Paulo: Atheneu, 2004.

MARTINS, J. J., ALBUQUERQUE, G. L., NASCIMENTO, E. R. P., BARRA, D. C. C., SOUZA, W. G. A., PACHECO, W. N. S. Necessidades de educação em saúde dos cuidadores de pessoas idosas no domicílio. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, Abr-Jun; v. 16, n. 2, p. 254-62, 2007.

NERI, A. A. O envelhecimento no universo do trabalho: desafios e oportunidades depois dos 50 anos. In: BARROS JUNIOR, J. C. (org.). **Empreendedorismo, trabalho e qualidade de vida na terceira idade.** São Paulo: Edicon, 2009.

NASRI, F. O envelhecimento populacional no Brasil - Demografia e epidemiologia do envelhecimento. **Hospital Israelita Albert Einstein – HIAE**, São Paulo, SP, v.6, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Plan de Acción Internacional de Viena sobre el Envejecimiento.** Asamblea Mundial sobre el Envejecimiento. Viena, Áustria: ONU, 1982.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Informe de la Segunda Asamblea Mundial sobre el Envejecimiento**. New York: ONU, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde** (Suzana Montijo, trad.). Brasília, DF: Organização Pan-americana da Saúde, 2005.

PAPALÉO-NETTO, M. O Estudo da Velhice: Histórico, definição do campo e termos básicos. In: FREITAS, E. V.; PY, L.; CANÇADO, F. A. X.; DOLL, J.; GORZONI, M. L. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

PELICIONI, M. C. F, PELICIONI, A. F. Educação e promoção da saúde: uma retrospectiva histórica. **O Mundo da Saúde**. São Paulo. v. 31, n.3, p. 320-8, 2007.

RODRIGUES, R. A. P. et al. Política Nacional de Atenção ao Idoso e a contribuição da Enfermagem. **Texto Contexto Enferm**. v.16, n.3, p.536-45, 2007.

ROSA, L. M.; SILVA, A. M. F.; PEREIRA, R. S. M. R.; SANTOS, S. M. A.; MEIRELLES, B. H. S. Família, cultura e práticas de saúde: um estudo bibliométrico. **Rev. Enferm. UERJ**, Rio de Janeiro, v.17, p.516-20, 2009.

SAID, F. A. **Dinâmicas Pedagógicas na perspectiva da educação em saúde**. Curitiba: do Autor, 2001.

SANTOS, S. S. C. Concepções teórico-filosóficas sobre envelhecimento, velhice, idoso e enfermagem gerontogeriatrica. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, DF, v. 63, n. 6, p. 1035-9, 2010.

SILVA, A. C. S.; SANTOS, I. Promoção do auto-cuidado de idosos para o envelhecer saudável: aplicação da teoria de Nola Pender. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 19, n. 4, p. 745-53, out/dez., 2010.

TEIXEIRA, I. N. A. O.; NERI, A. L. Envelhecimento bem-sucedido: Uma meta no curso da vida. **Psicol. USP**, São Paulo, v.19, n.1, p. 81-94, jan./mar. 2008.

VERAS, R. P. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Rev. Saude Publica**, São Paulo, v. 43, n.3, mai./jun. 2009.

_____. Pra início de conversa. In: BARROS JÚNIOR, Juarez Correia (org.). **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade**. 1ª.ed - São Paulo: Edicon, 2009a.

VIEIRA, E. B. **Manual de Gerontologia**: um guia teórico-prático para profissionais, cuidadores e familiares. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

SOBRE OS AUTORES

Carmen Maria Andrade. Doutora em Educação, Vida Adulta e Envelhecimento Humano. Professora Titular aposentada da Universidade Federal de Santa Maria, RS. Fundadora e atual coordenadora do Núcleo Palotino de Estudos do Envelhecimento Humano (Faculdade Palotina de Santa Maria, RS). Pesquisadora, orientadora e autora de livros e artigos na área Vida Adulta e Velhice. Contato: carmena@brturbo.com.br

Carlos Alexandre Hees – Graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade de São Paulo, graduado e mestre em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba. Professor e vice-coordenador do Curso de Direito do Centro Universitário Adventista de São Paulo e doutorando em Direito Previdenciário na PUC-SP. Contato: carlos.hees@ucb.org.br.

Celia Maria Souza Sanches Vieira. Pedagoga, Gerontóloga com título pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia SBGG, pós-Graduada em Docência do Ensino Superior- FABES, Mestre em Ciências Pedagógica - ISEP. Coordenadora Pedagógica da UnATI/UERJ - Universidade Aberta da Terceira Idade/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Contato: Sanches@uerj.br

Conceição de Maria Goulart Braga Cuba - Assistente Social. Professora da UnATI/UERJ. Coordenadora do projeto “Amizade dos Idosos na Família e na Sociedade”. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC,

Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de Estudos da PUC, RJ
- “Diálogos com Hannah Arendt: espaço público e política”.
Contato: cmgoul@gmail.com

Flávia da Silva Oliveira. Bacharel em Direito. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutoranda em Ciências Jurídicas na Universidade Católica de Buenos Aires. Professora e Coordenadora do Curso de Direito na Faculdade União em Ponta Grossa. Contato: flasoliveira@uol.com.br

Jossiana Wilke Faller. Enfermeira, Mestre em Enfermagem pela Universidade Estadual de Maringá. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Contato: jofaller@hotmail.com

Lívia Andrade Coelho Professora Assistente da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestre em Educação. Doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Bahia. Membro do grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias. Professora formadora e pesquisadora do Projeto UCA. Atua na área de Educação, Comunicação e Tecnologias no tema Inclusão digital - Políticas Públicas para Educação de pessoas jovens e adultas. Contato: coelho.livia2@gmail.com

Luciane Weber Baia Hees - Doutoranda em Psicologia da Educação na PUC SP na área de Formação de Professores. Mestre em Educação, especialista em Supervisão Escolar e Docência Universitária. Professora Titular e coordenadora do Curso de Pós Graduação em Docência Universitária do Centro Universitário Adventista de São Paulo. Contato: luciane.hees@unasp.edu.br

Marcos Augusto Moraes Arcoverde. Enfermeiro, Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Paraná. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa Saúde Coletiva em Enfermagem.

Maria Helena Silveira Bonilla. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC). Mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Doutora em Educação, com estágio de pós-doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Marjorie Aparecida Soares. Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia. Especialista em Educação de Jovens e Adultos. Autora do Programa de Formação de Professores das salas Multifuncionais do município de Itabuna, Bahia. Tutora no Núcleo de Tecnologia Municipal de Itabuna - Formação à distância e em serviço de professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Contato: majaasoares@yahoo.com.br.

Monica Meirelles – Graduada em Pedagogia, especialista em Gerontologia Social. Coordenadora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Itabuna, Bahia. Supervisora Pedagógica da Rede Municipal de Ensino de Ilhéus, Bahia. Atua como formadora do Programa Todos Pela Alfabetização (Universidade Estadual de Santa Cruz). Docente do curso de Pedagogia da Plataforma Freire, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Contato: monicabmeireles@hotmail.com

Paola Andressa Scortegagna. Pedagoga. Mestre em Educação. Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora Formadora da Universidade Aberta do Brasil.

Raimunda Silva d' Alencar – Professora Assistente. Pesquisadora do Núcleo de Estudos do Envelhecimento. Fundadora da Universidade Aberta à Terceira Idade da Universidade Estadual de Santa Cruz. Autora de artigos publicados em periódicos nacionais. Coordenadora Editorial da Revista Memorialidades. Membro da Comissão Editorial da Revista Especiaria – Ciências Humanas. Contato: r_alencar2@yahoo.com.br.

Rita de Cássia da Silva Oliveira. Pedagoga. Gerontóloga. Doutora em Educação. Professora Associada do Mestrado e Doutorado em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora da Universidade Aberta para a Terceira Idade. Pesquisadora Produtividade do CNPq. Contato: soliveira13@uol.com.br

Wagner A. H. Pompéo. Bacharel em Direito. Advogado, inscrito na OAB- Subseção Rio Grande do Sul, Seccional Santa Maria. Pós-graduando em Ciências Criminais. Professor de Direito em Cursos Preparatórios para Carreiras Públicas. Tem escritório profissional em Santa Maria, RS. Contato: wagner@mmtadvogados.com.br.

ISBN 978-85-7455-298-9



9 788574 552989